

GT – FAMÍLIA E GERAÇÃO

ANA MARIA DE OLIVEIRA URPIA, SÔNIA MARIA DA ROCHA SAMPAIO

Significados do tornar-se mãe no contexto acadêmico

DARLANE SILVA VIEIRA ANDRADE

Dados sobre as pessoas solteiras e que moram sozinhas no Brasil contemporâneo: uma leitura geracional e de gênero

ELSA DE MATTOS

A transição para o trabalho entre adolescentes aprendizes – um estudo de caso com adolescentes de Salvador

ISADORA BROWNE PORCIUNCULA DE MORAES RIBEIRO

Meninas de Apipucos

JANE DE JESUS SOARES

As mulheres chefes de família e seus filhos

KÁTIA JANE C. BERNARDO

Como viviam os idosos baianos na segunda metade do séc XIX: uma retrospectiva histórica

MARCELA MOURA TORRES PAIM

O discurso de falantes idosas numa perspectiva temporal

MÁRCIA DOS SANTOS MACÊDO

Mulheres chefes de família de classes médias: na trama das interseccionalidades

MÁRCIA SANTANA TAVARES

Sexo, afeto e solteirice: intersecções de gênero, raça e geração entre mulheres de classe média

SILVANA APARECIDA MARIANO

Cidadania sexuada e maternidade: uma leitura feminista acerca do Programa Bolsa Família

VICTORIA ROMEO TOMAZ

De Jece Valadão à Brad Pitt: percepção do homem carioca sobre as novas formas de organização da vida familiar

GT- Família e Geração
Ana Maria de Oliveira Urpia
Sônia Maria da Rocha Sampaio
Palavras-chave: significados, mulheres, maternidade, contexto acadêmico



Significados do tornar-se mãe no contexto acadêmico

Introdução

Não obstante a potente mistura do saber cultural, social, moral e das práticas que envolvem as percepções da maternidade, juntamente com o ato biológico de ‘dar à luz’, as mulheres, não necessariamente, se sentem como mães no nascimento da criança. Ao invés disso, cada mulher precisa de tempo para chegar a esse estágio e desenvolver um *self* social como mãe. Já para aqueles à sua volta: família, amigos e *experts*, tão logo a criança nasce ou, mais ainda, tão logo a mulher engravida, torna-se mãe, uma identidade poderosa, muitas vezes capaz de dominar todas as outras (MILLER, 2005).

Muito embora o mito do amor materno venha sendo desconstruído, desde o movimento feminista e as importantes contribuições de Badinter (1985) e seus seguidores, as mulheres da atualidade ainda debatem-se entre as suas experiências concretas em torno da maternidade e os ideais em torno do “amor materno”. Por todos estes motivos, as narrativas produzidas nos primeiros momentos após o nascimento mostram-se, como afirma Miller (2005), ao mesmo tempo complexas e contraditórias.

Elas baseiam-se na experiência do nascimento e na recente maternagem; de um lado, buscam confirmar a ideologia em torno da maternidade e, de outro, diferem ou desafiam prévias expectativas da cultura dominante e idéias sociais que permeiam a maternidade. O grande desafio para a mulher parece ser, hoje, reconciliar experiências individuais com expectativas e suposições sociais (MILLER, 2005). Além de equilibrar-se em meio às inúmeras demandas da maternagem e as demais demandas, relativas a outros campos de sua vida como mulher.

A narrativa que apresentaremos neste trabalho revela que a própria gravidez, ainda que em condições físicas de saúde, pode ser um período difícil

para jovens mulheres da atualidade, mais particularmente, para jovens na condição de universitárias. Nesse período e condição, as jovens não apenas confrontam-se com a nova situação e com a possibilidade de interrompê-la, como antecipam, de algum modo, os desafios que as aguardam após o nascimento, sofrendo pela possibilidade de interrupção de seus projetos para o futuro, no que se refere ao processo de formação/profissionalização.

Após o nascimento, deparam-se com uma equação de difícil solução: a conciliação maternidade e vida acadêmica, que cotidianamente dialoga com o imaginário sócio-cultural, no qual as mulheres são vistas, de modo geral, como possuidoras de uma 'essência feminina' que as orienta, naturalmente, para as necessidades de seus filhos. Nesse imaginário, a mulher (no singular), é aquela que gosta de criança e, intuitivamente, sabe o que fazer com ela, cuidando, portanto, de seus filhos, sem qualquer tipo de ambivalência.

Dentro desse 'círculo mágico' de mãe e criança, a mãe é aquela mulher que se devota 'naturalmente' às necessidades de seu filho e detém o destino dele em suas mãos, sacrificando-se por ele, se necessário. O problema é que no contexto dessas idealizações, a imagem cultural da maternidade é, indubitavelmente, incompatível com a sexualidade da mulher e, também, com o trabalho pago e a realização profissional (THOMPSON & WALZER, 1989). Assim como se configura extremamente difícil, para uma jovem mulher em pleno processo formativo, como as jovens universitárias que se tornam mães, *objeto de estudo* dessa pesquisa.

Desse modo, esse recorte de pesquisa parte da constatação da relevância desta temática para a atualidade, quando a universidade torna-se, progressivamente, um espaço predominantemente feminino, e precisa mais que preocupar-se, ocupar-se e adequar-se a essa nova realidade. Estudos recentes sobre as mulheres nas universidades brasileiras indicam uma tendência ao predomínio das mulheres tanto na matrícula quanto nos concluintes dos cursos universitários (BELTRÃO; ALVES, 2004; LETA, 2003; TABAK, 2002). Contudo, o que se observa, é que embora o hiato de gênero tenha sido revertido no âmbito do ensino superior, uma análise cuidadosa da situação das mulheres no contexto acadêmico nos faz questionar até que ponto pode-se falar de transformações nas relações de gênero na academia.

Para Wolf-Wendel e Ward (2005), que analisaram os desafios e possibilidades que se desenham para profissionais da área acadêmica ao tornarem-se pais e mães, a história e tradição androcêntrica da academia, pautada na realidade de homens sem filhos tem continuado a colocar barreiras para a mulher que pretende avançar na carreira acadêmica. A questão é que na profissão acadêmica, o 'trabalhador ideal' é, em essência, aquele que é 'casado' com seu trabalho e deixa pouco tempo para cuidar das crianças. Do mesmo modo, na formação universitária, o estudante ideal também parece ser aquele que se dedica, integralmente, aos estudos acadêmicos, ou seja, jovens sem filhos ou família. O tempo de trabalho da carreira acadêmica e também o da formação é construído sobre um caminho normativo masculino, e assume liberdade diante das responsabilidades familiares que, em geral, afetam as mulheres mais que os homens.

O fato é que há meio século atrás, quando a maioria das mulheres estava afastada do trabalho pago e das universidades para cuidar das crianças e o status de provedor do homem era inquestionável, trabalho e vida familiar eram compreendidos como duas 'esferas separadas'. Nos dias atuais, entretanto, em que um crescente número de mulheres passa a integrar os quadros discentes e docentes das universidades, é crucial integrar gênero nas pesquisas e análises sobre trabalho e família, ou, academia e maternidade, de modo a visualizar as conexões entre essas esferas e suprir uma estrutura para o desenvolvimento de políticas que possam ajudar nesses dilemas, que ainda afetam, preponderantemente, as mulheres (GERSON, 2004).

De acordo com a autora acima citada (2004), ao focalizar em como escolhas privadas são delimitadas pela conjuntura social, das quais homens e mulheres têm somente um controle limitado, a *lente de gênero* permite ao pesquisador mudar o foco de um julgamento no indivíduo para entender o amplo contexto social em que as escolhas pessoais e as estratégias são construídas. Uma *lente de gênero* encoraja o(a) pesquisador(a) a rejeitar a concepção que considera os dilemas trabalho-família ou formação acadêmica e maternidade como problemas individuais – e especialmente, problemas de mulheres. Sem uma estrutura que reconheça a natureza de gênero desses dilemas, mulheres individuais podem ser deixadas de lado, suportando toda a responsabilidade para 'resolver' um problema que foi construído socialmente.

Levando em consideração todas estas discussões, esse trabalho tem por objetivo *analisar os significados construídos por jovens mulheres acerca de suas experiências no processo de transição para maternidade, quando este ocorre ao longo da vida acadêmica*. Nesse artigo, a análise será realizada a partir da narrativa de uma das quatro participantes de nossa pesquisa, jovens graduandas da Universidade Federal da Bahia, que experienciaram o processo de transição para a maternidade no percurso de sua formação universitária. Essa narrativa compõe uma investigação de mestrado, intitulada *Mulheres em transição: significados do tornar-se mãe no contexto acadêmico*, que faz parte de uma pesquisa maior, de caráter etnográfico, denominada Observatório da Vida Estudantil da UFBA, e tem como principal instrumento metodológico a entrevista narrativa. Esse tipo de entrevista, que se utiliza da memória autobiográfica, nos tem fornecido a possibilidade de confrontar as contradições e interseções entre a experiência das jovens entrevistadas, as construções do self e as expectativas baseadas em modelos culturalmente regulados, constituindo-se como uma estratégia metodológica fundamental nessa pesquisa. O propósito desse recorte é, então, discutir acerca das ambigüidades vividas por jovens mulheres que experienciam, simultaneamente, o tornar-se mãe e universitária, buscando possíveis respostas para a seguinte questão-problema: *Que significados são construídos por jovens mulheres acerca de suas experiências no processo de transição para a maternidade, quando esta ocorre no percurso da vida acadêmica?*

Na investigação realizada por Manson e Goulden (2002), que analisava os efeitos de ter bebês ao longo da carreira acadêmica para homens e mulheres da Universidade da Califórnia, Berkeley, 59% das pesquisadoras casadas e com filhos, participantes da pesquisa, afirmaram que já haviam pensado em deixar a academia. Mulheres casadas e com filhos apontam o fato de serem mães e precisarem cuidar de seus filhos para justificar as mudanças de planos no que se refere à carreira. Elas indicam a necessidade de equilibrar carreira e família como responsável pelo alto estresse em que vivem. Nesse sentido, os autores ressaltam: abrir as portas da educação superior para as mulheres não é o bastante para assegurar igualdade de oportunidades para a carreira daquelas mulheres que se tornam mães. Embora a nossa pesquisa não trate da experiência de pesquisadoras ao tornarem-se mães, as pesquisas

desses autores, como as realizadas no Brasil, por Tabak (2002) e Velho e Léon (1998), podem nos ajudar a compreender os desafios e as possibilidades que se colocam diante daquelas mulheres que experienciam a maternidade no contexto da vida acadêmica.

A pesquisa de Manson e Golden (2002), por exemplo, teve como principal propósito examinar os efeitos da formação da família na carreira acadêmica de mulheres e homens, fazendo uma análise a partir da época em que receberam o título de doutores até vinte anos depois. Os autores testaram a hipótese de que as condições estruturais dos locais de trabalho não acomodam famílias com crianças. Os achados desta pesquisa indicam que bebês trazem dificuldades para mulheres que têm 'filho cedo', ou seja, nos primeiros cinco anos após receber o título de doutoras, o que significa dizer, no início da carreira acadêmica, quando as exigências acadêmicas são grandes e ainda não foi alcançada a estabilidade no emprego. Por outro lado, eles também revelam que homens que trabalham na academia e têm bebês cedo são, notavelmente, mais bem sucedidos que mulheres na mesma situação. Surpreendentemente, ter bebês mais cedo parece ajudar os homens em suas carreiras acadêmicas, homens que tiveram seus bebês cedo, conquistam a estabilidade em níveis levemente mais altos que pessoas de ambos os sexos que não tiveram bebês cedo.

Contrastantemente, os resultados da pesquisa sugerem que mulheres que tiveram filho cedo avançam mais lentamente no que se refere à conquista da estabilidade que mulheres que têm seus filhos mais tarde e mulheres sem crianças. De acordo com os autores (2002), mulheres com bebês, frequentemente, não conseguem alcançar posições mais altas em seus empregos. Elas, de modo geral, constroem escolhas que podem forçá-las a deixar a academia ou colocá-las em posições secundárias nas universidades em que trabalham. *O que acontece, então, quando jovens mulheres ainda nos primeiros passos da carreira acadêmica são surpreendidas por uma gravidez imprevista, e tornam-se mães no percurso da formação universitária?* Segundo dados do Censo 2000, realizado pelo IBGE, 8,81% das mulheres cursando o ensino superior, com idade entre 19 e 29 anos têm filhos na faixa etária de 0 a 4 anos, o que significa dizer que quase 10% das mulheres universitárias nesta faixa são mães de crianças pequenas. Além disso, uma mudança observada

nos últimos anos entre mulheres na faixa dos 20 é, justamente, o aumento da simultaneidade de participação em vários eventos como: escola e trabalho, trabalho e maternidade, escola e maternidade ou, a trinca: escola, maternidade e trabalho (CAMARANO, 2006).

Entre Teoria e Método: Diálogos Possíveis

A suposição central do método biográfico, com o qual trabalhamos nessa pesquisa, é de que a vida pode ser ‘capturada’ e representada em um texto. A vida é um texto social, uma produção narrativa carregada de significados culturais. Esta abordagem metodológica trabalha com os significados das expressões verbais e escritas dadas pelos indivíduos que estão sendo estudados, estas expressões são como janelas para a experiência de vida das pessoas. Mas como enfatiza Denzin (1989), a partir das contribuições de Derrida (1972), essa visão através da janela é sempre filtrada pela linguagem, signos e processos de significação.

Ao propor aqui um diálogo entre este método e a Psicologia Cultural do Desenvolvimento, partimos do pressuposto de que a natureza dinâmica e processual do funcionamento da cultura é parte constituinte tanto dos sistemas psicológicos humanos intra-pessoais (sentir, pensar, agir) quanto inter-pessoais (conduta em relação aos outros seres humanos) (Valsiner, no prelo). E nesse sentido, ela se fará presente, também, nas produções narrativas das participantes dessa pesquisa, nos fazendo ver o intenso diálogo entre *self* e cultura, entre a constituição do “feminino” e os símbolos culturais.

A idéia de cultura, assim, nos remete à visão de Wang & Brockmeier (2002, p. 46). Pois, para esses autores, cultura é [...] um sistema e um processo de mediação simbólica – um modo de configuração no qual a linguagem é fundamental. Manifestando-se nas instituições sociais tão bem quanto nas ações, pensamentos, emoções, crenças e valores morais dos indivíduos, [...]”. Desse modo, a cultura é compreendida como fazendo parte de todos esses campos. Ela está presente tanto no âmbito das experiências pessoais narradas pelas participantes dessa pesquisa, como no âmbito institucional e familiar nos quais essas experiências se desenrolam.

As experiências de vida, por sua vez, podem ser expressas em uma variedade de formas, incluindo rituais, rotinas, mitos, canções populares,

dramas ou, como no caso dessa pesquisa, podem ser escritas sob a forma de biografias. Essas experiências narradas tornam-se também uma atuação e expressão dos textos sociais e culturais, na medida em que há entre sujeito e cultura uma íntima relação. O significado dessas vidas, desse modo, é dado no texto que descreve a vida, em sua narrativa, de modo que as biografias são expressões formalizadas da experiência de pessoas cultural e socialmente situadas (Denzin, 1989), posto que *cultura* e *self*, nesta abordagem, são mutuamente inclusivos (Valsiner, no prelo).

A partir desse marco teórico e metodológico, propomos, então, uma interlocução entre a Abordagem do *Self* Dialógico e a Perspectiva de Gênero, ambas ancoradas na idéia de cultura e construção de significados. Destacando, na primeira, a multiplicidade de vozes presentes na “cultura coletiva” da qual a jovem mulher faz parte, cultura que dialoga em um *self* que é inclusivo da cultura. Na segunda, enfatizando os signos culturais do feminino e do masculino, e suas implicações para a experiência da maternidade entre jovens universitárias, assim como destacando a relevância dos estudos de gênero para a compreensão da maternidade.

Para Valsiner (2003), a teoria do *Self* Dialógico é uma estrutura holística e de perspectiva dinâmica que divide o todo complexo rotulado de *Self* em subpartes funcionais. O *self* dialógico é concebido como social, mas não no sentido de um indivíduo independente que entra em interação com os outros sociais, do lado de fora. Nesse *self*-social, outras pessoas ocupam posições no ‘espaço interno’ do *Self* multivocalizado. Essa teoria é baseada na construção de significado do *self* na relação com os outros. A construção de significados torna possível para o *self* a criação de diferentes e distanciadas *posições do eu* no tempo e no espaço. Desse modo, o eu pode ser mãe e universitária ao mesmo tempo, mas ainda pode assumir, como mãe, a posição de sua sogra, graças ao diálogo que se estabelece entre o eu e o outro, ambos fazendo parte do *self*, que é dialógico.

Hermans (2001), citando Sampson (1993), argumenta que relacionamentos sociais são governados por oposições polares, conduzindo para dicotomias sociais, tais como homens e mulheres, jovens e adultos, brancos e negros. Porque estas oposições são carregadas com diferenças de poder, as vozes de alguns grupos têm mais oportunidade de serem ouvidas

que outras. Isso se dá, no entanto, não apenas na sociedade de um modo geral como no espaço dialógico do self. Como resultado dos circunscritores de vozes coletivas, pessoas não constroem significados no espaço livre de oportunidades iguais para expressar suas visões. Ao contrário, os significados são organizados e coloridos por posições sociais específicas e representadas por coletividades as quais eles pertencem. Isto porque, como dissemos, as vozes coletivas não estão somente fora, mas também em um *self* particular e multivocal. Daí a importância de articular as discussões de gênero ao construto do self dialógico, compreendendo que as prescrições do feminino e masculino não estão presentes apenas nos signos culturalmente compartilhados no contexto mais amplo da sociedade, mas antes, dialoga, através das múltiplas posições do eu, nesse self multivocalizado.

Nessa pesquisa, abordaremos gênero a partir da definição de Scott (1989). Pois para esta pesquisadora, gênero é “uma categoria útil de análise histórica”, o que pode nos ajudar a perceber as mudanças nos significados que temos atribuído, ao longo dos séculos, para categorias aparentemente fixas como homens e mulheres. Isso pode nos ajudar a escapar desse circular processo de idealização da maternidade, que acaba perpetuando a compreensão desta como um vínculo natural e único do feminino, que tem sido um importante mecanismo de manutenção das desigualdades de gênero.

O núcleo da definição de gênero de Scott (1989) pode ser organizado em torno da conexão de quatro proposições: a) gênero como um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos; b) gênero como uma forma primária de significar relações de poder, uma vez que é um campo primário dentro do qual e por meio do qual se articula o poder; c) gênero como um conjunto de saberes sociais – crenças, discursos, símbolos culturalmente disponíveis, instituições, práticas e prescrições – sobre as diferenças entre os sexos; d) gênero como um processo de construção subjetiva, que não nega o caráter biológico e psicológico da identidade de gênero, mas também reivindica seu caráter histórico e social.

Nesse sentido, a Perspectiva de Gênero nos permite, em diálogo com a Psicologia Cultural e a Abordagem do Self Dialógico, compreender a maternidade em suas “múltiplas faces”, podendo ser abordada tanto como símbolo de um ideal de realização feminina, como também, símbolo da

opressão das mulheres, ou símbolo de poder das mulheres, evidenciando assim, as inúmeras possibilidades de interpretação de um mesmo símbolo. Mais que isso, essa perspectiva nos faz compreender a maternidade como um símbolo construído histórico, cultural e politicamente, resultado das relações de poder estabelecidas, cotidianamente, entre homens e mulheres (Scavone, 2001).

Significados do Tornar-se Mãe no Contexto Acadêmico

A passagem para o *status de mãe* nem sempre ocorre de forma tranqüila, a mulher, ao experimentar as mudanças corporais parece dar-se conta, ao poucos ou abruptamente, das transformações que se darão em outras tantas dimensões de sua vida. Algumas delas vivenciam momentos difíceis diante desse confronto com a realidade que se faz pressentir, e referem-se aos primeiros momentos como confusos e angustiantes, pois já vislumbram os desafios a enfrentar. Na narrativa de Marisa, nome fictício de uma das participantes dessa pesquisa, isso fica muito evidente.

“Então na minha cabeça foi muito confuso quando eu disse “estou grávida” [...], *eu me imaginei assim em um abismo, sabe?* Muito grande. Eu não queria, *não aceitei assim de primeira a gravidez não.* Meu parceiro até aceitou mais do que eu, mas eu *porque eu sabia que ia acarretar uma série de responsabilidades*, que no momento minha atenção não estava voltada para isso, não estava voltada para atividades de mãe, e eu sabia que se eu tivesse um filho naquele momento, né, eu ia... eu não ia largar de mão, às vezes, como muitas mães fazem, deixam com os avós ou então não dão atenção” (grifo nosso).

A metáfora do *abismo*, utilizada pela jovem entrevistada para dar significado ao que sentiu quando ficou sabendo que estava grávida, sugere que saber-se grávida não corresponde a sentir-se mãe. Ao contrário, a aceitação da nova condição só vem com o tempo, pois, como Marisa mesmo afirma: “[ela] não estava voltada para as atividades de mãe”. Mesmo com a aceitação do parceiro, que se mostrou bastante receptivo à nova situação, ela não se sentia feliz, pois não havia planejado aquilo para sua vida, pelo menos não naquele momento, como afirma mais adiante.

Ela antevia, ainda na gravidez, as muitas responsabilidades que ela teria ao tornar-se mãe, e não queria correr o risco de ser uma *mãe desnaturada*,

queria assumir sua filha, apesar de estar em conflito entre os sonhos de realização profissional e a idealização da maternidade. Afinal, é nesse “fogo cruzado”, que vivemos hoje, nós mulheres. A jovem entrevistada segue, assim, sua narrativa, revelando, por diversas vezes, o quão difícil é, para uma jovem em um processo formativo, aceitar, nos dias de hoje, uma gravidez “imprevista” (HEILBORN, 2006).

Ao contrário do que acontecia com as gerações precedentes, o esperado hoje para as jovens mulheres é que, no mínimo, elas concluam os estudos e conquistem uma profissão. Embora a maternidade ainda esteja vinculada às expectativas em torno da ‘figura feminina’, a conclusão dos estudos parece constituir-se, hoje, em um requisito mínimo para isso acontecer. A gravidez ou a experiência da parentalidade na juventude passa a ser vista como um acontecimento que perturba o desenvolvimento ideal da jovem, e em função das prescrições de gênero, pode, inclusive, tomar feições de ilegitimidade (HEILBORN, 2006). Ao referir-se aos seus 22 anos, Marisa expõe não apenas a sua frustração em engravidar “tão jovem”, mas o ideário contemporâneo em torno da condição juvenil feminina, que já não se resume mais à maternidade.

“Ser mãe aos 22 anos também era algo que eu não queria assim, e só depois mesmo assim, até mesmo depois que eu a tive foi difícil. Eu via assim, e era muito ruim eu ver aquilo ali regendo minha vida, sabe? Era muito difícil aceitar que eu fui capaz... era como se eu estivesse me traindo, sabe, meus princípios assim, eu não queria ter filho agora, mas eu traí isso, em ter um filho. Até mesmo depois que eu tive foi difícil, mas depois que tudo foi se resolvendo...” .

Aqui, a jovem põe mais uma vez em questão um símbolo cultural bastante difundido nas sociedades ocidentais, especialmente, a partir do século XIX: o *mito do amor materno*, que parte do pressuposto de que a maternidade e o amor estão inscritos desde toda a eternidade na “natureza feminina”. Mas é necessário constatar, como afirma Badinter (1981, p. 15), “[...] que há demasiadas exceções à regra do amor materno para que não sejamos forçados a questionar a própria regra”. Se é que podemos continuar dando a este fenômeno o título de regra.

Mesmo depois do nascimento de sua criança, Marisa ainda experimenta uma série de sentimentos ambíguos, que longe de demonstrar o tão difundido

instinto materno, revelam o dilema de uma mulher jovem quando engravida e precisa refazer os seus planos em função da nova condição. Marisa sente-se traída, ela não planejou essa nova situação, e sentiu-se angustiada ao deparar-se com “aquela criança” regendo sua vida, como ela mesma afirma. Ao olhar para a sua filha, Marisa parecia defrontar-se com a sua própria traição e com a possibilidade de perder a sua liberdade, abdicando de seus sonhos. Só mais tarde, e com a ajuda do companheiro e da sogra, que segundo ela, ficava com a criança para ela dormir, é que foi acostumando-se com a nova condição. Mas ainda assim, questionava-se sobre os seus reais sentimentos em relação à sua filha. Nesses primeiros momentos, fica muito claro o diálogo conflituoso entre a posição de jovem livre e independente e a posição altamente dependente de mãe. Segundo a jovem, a creche e a vida universitária funcionaram, nesse momento, como um importante suporte social/institucional, fundamental para a reconstrução de sua vida e continuidade de seus planos formativos e profissionais, como veremos na próxima fala.

“Eu fazia tudo, cuidava... As amigas chamavam... e eu ficava pensando: “será que eu amo porque tenho que amar ou será que eu amo porque eu amo”, entendeu? Aí era aquele dilema assim, mas depois eu fui me acostumando. A creche também foi ajudando porque o fato de ter logo entrado na vida acadêmica também ajudou bastante e foi um processo lento, e ao mesmo tempo rápido assim [...]”

Aos poucos, os sentimentos ambíguos desse primeiro tempo foram sendo superados, mas, ao mesmo tempo, substituídos por outros, não menos ambivalentes que os primeiros. Com sua filha na creche, Marisa pôde retomar sua vida estudantil, o que parece ter tido um efeito positivo nesse processo. Contudo, depois de apegar-se à criança, e também em função do ideal do amor materno, tão arraigado em nossa cultura, a jovem mãe-universitária experienciou, após o nascimento e os primeiros meses do pós-parto, um outro dilema: será que estou dando atenção suficiente para minha filha ao deixá-la na creche? Será que ao deixá-la na creche, estou sendo uma boa mãe?

“E às vezes é frustrante, assim, você saber que você não está cuidando devidamente, né. É estranho assim, por exemplo, ela fica na creche, aí eu deixo lá e fica o dia todo. Então, acho que o que eu poderia estar dando a ela, fica voltado todo para a creche. A creche é como se fosse a mãe mesmo, né? Ela tem mais convivência na

creche do que comigo. Eu pego só de noite, então, fica como se fosse o resto só pra mim. Aí é difícil pra caramba isso, é muito difícil”.

Mesmo nos dias atuais, em pleno século XXI, as mulheres continuam a vivenciar sentimentos de culpa e frustração quando pensam não estar correspondendo aos ideais da maternidade. Mas, a verdade é que raramente dão-se conta de que os filhos são responsabilidades de homens e mulheres. A culpa e a fadiga diante da difícil tarefa de conciliar maternidade e vida profissional ou acadêmica, como é o caso das participantes de nossa pesquisa, continuam a desestabilizar a vida de muitas mulheres da contemporaneidade. No entanto, poucas vezes a nossa sociedade dispõe-se a pensar sobre este assunto através de uma lente de gênero que ultrapasse a discussão sobre a condição feminina ou “os dilemas da mulher moderna”. Os cuidados com os filhos continuam, de modo geral, a serem entendidos como “coisa de mulher”, de modo que embora alguns direitos tenham sido garantidos no plano das leis, estes ainda estão longe de favorecer uma experiência de maternidade compartilhada.

De acordo com Bila Sorj (2006), podemos afirmar que após a Constituição Federal de 1988, que prevê tratamento igualitário para homens e mulheres, a legislação trabalhista vem sendo alterada de modo a garantir, cada vez mais, condições igualitárias para homens e mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, no que se refere às medidas de conciliação entre trabalho e vida familiar, a legislação brasileira ainda é bastante tímida. Apresenta um viés natalista, ou seja, só assegura proteção à mulher no período da procriação e nos primeiros meses após o nascimento dos filhos, e é desigual em relação às responsabilidades atribuídas a homens e mulheres.

No universo da vida acadêmica, seja profissional ou estudantil, as coisas não parecem muito diferentes, e as jovens universitárias que vivenciam a experiência do tornar-se mãe nesse contexto, precisam fazer verdadeiros malabarismos para conciliar as diferentes e, por vezes, conflitantes demandas da academia e da maternidade após o nascimento de seus bebês. Se, no princípio, o mais difícil é lidar com a nova condição, que envolve um estado de conflito psicológico e, na maioria das vezes, também familiar; depois do nascimento, o desafio é superar-se, dia após dia, na tarefa de conciliação entre o eu-mãe e o eu-universitária. Isso fica muito claro quando perguntamos a

Marisa sobre o principal desafio da experiência de tornar-se mãe no contexto da vida acadêmica, e ela responde:

“Eu acho que é a todo momento você estar tendo que provar pra você mesmo alguma coisa sabe? Estar tendo que provar que você é responsável, que você consegue. Eu já levei assim, por exemplo, Carolina pra aula e estar acontecendo uma prova e eu ter que fazer a prova e estar com ela, ao mesmo tempo, e estar com as duas atenções, sem perder o fio da meada”.

Considerações Finais

Desse modo, considerando o nascimento da criança como um marco, a narrativa de Marisa demonstra que tanto antes como após o nascimento de sua filha, os desafios foram muitos, embora diferentes. Os significados em torno desta experiência podem ser organizados, então, em dois momentos: antes do nascimento e após ele. No primeiro, a experiência significou a *reorganização de suas metas, conflitos psicológicos, sentimento de estar traindo seus ideais e a não-aceitação da maternidade*. No segundo, significou *abdicar de lazer e prazeres pessoais, o desafio de conciliar maternidade e vida acadêmica e de superar-se e provar-se capaz cotidianamente*. Articulando-se a esses dois momentos, como foi possível observar, estavam os discursos sócio-culturais acerca da maternidade (juvenil), estabelecendo com o self da jovem mulher um diálogo intenso e, por vezes tenso, entre a posição de mãe e estudante universitária.

Sua narrativa revela uma maternidade construída (com esforço) no jogo das relações sociais e não inerente à sua condição de mulher, e nos adverte, assim, quanto à necessidade de se pensar em políticas efetivas de apoio à mulher brasileira no contexto acadêmico, encarando a questão da maternidade como uma *problemática social* e não como *problema de mulheres*. É necessário compreender que nesse momento, em que mais mulheres integram-se ao quadro das universidades, seja como profissionais ou como estudantes, as universidades precisam preocupar-se em construir políticas que venham a apoiar essas mulheres na difícil tarefa de experienciar maternidade e vida acadêmica. Nesse sentido, existe, hoje, uma necessidade crescente de compreender as barreiras, desafios e possibilidades que a mulher, na condição de professora/pesquisadora ou graduanda/pós-graduanda enfrenta antes e

após o nascimento de um filho. Mas é importante ressaltar, que esta é uma questão que deve ocupar homens, mulheres e Estado num esforço conjunto, na medida em que a parentalidade não diz respeito apenas ao sexo feminino, antes, é um projeto coletivo, e deve ser compartilhada entre ambos os sexos.

Referências

BADINTER, E. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A Reversão do Hiato de Gênero na Educação Brasileira no Século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP – 2004, Caxambu. Disponível em: <<http://www.metas2015.unb.br/Documentos/Educacao%20Universal/Reversao%20do%20hiato%20de%20genero%20na%20educacao.pdf>>. Acesso em: 2 de julh. 2008.

CAMARANO, A. A.; LEITÃO e MELLO, J.; KANSO, S. Do nascimento à morte: principais transições. In: A. A. Camarano (org.), **Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006, p. 31-60.

DENZIN, N. K. **Interpretative Biography**. California: Sage Publications, 1989. 95 p.

GERSON, Kathleen. Understanding Work and Family through a Gender Lens. **Community, Work & Family**, n. 7, v. 2, p. 163-178, aug. 2004. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 27 mai. 2008.

HEILBORN, M. L.; CABRAL, C. S. Parentalidade juvenil: transição condensada para vida adulta. In: CAMARANO A. A. (org.). **Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006. 330 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática - **SIDRA**. Censo 2000. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso: 30 de mai. 2008

LETA, Jaqueline. As Mulheres na Ciência Brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, n. 17, v. 49, p. 271-284, 2003. Disponível em: < www.scielo.cl/pdf/udecada/v12n21/art02.pdf>. Acesso em: 24 de maio 2008.

MANSON, L. L.; GOULDEN, M. Do Babies Matter? The Effect of Family Formation on the Lifelong Careers of academic men and woman. **Academe**, n. 6, v. 88, p. 21-27, 2002. Disponível em: <<http://www.aaup.org/AAUP/pubsres/academe/>>. Acesso em: 27 de maio 2008.

MILLER, Tina. **Making Sense of Motherhood: a narrative approach**. New York: Cambridge University Press, 2005. 176 p.

SCOTT, Joan. Gender as a Useful Category of Historical Analysis. In: _____. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1989.

SCAVONE, L. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e ciências sociais**. São Paulo: Unesp, 2004. 205 p.

SORJ, B. Legislação Trabalhista, políticas de gênero. In: SORJ, B.; YANNOULAS, S. C. **Perspectivas feministas sobre as reformas trabalhista e sindical**. Brasília, DF: CFEMEA, 2006. p. 15-36. Disponível em: <<http://www.cfemea.org.br/pdf/PerspectivasReformasTrabalhistaSindical.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2007.

TABAK, Fanny. **O Laboratório de Pandora: Estudos sobre a Ciência no Feminino**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. 264 p.

VALSINER, J. Approaches to Culture — Semiotic Bases for Cultural Psychology. In: _____. **Culture in Minds and Societies**. New Delhi: Sage, No prelo. Cap. 1.

_____. Scaffolding within structure of Dialogical Self: Hierarchical dynamics of semiotic mediation. **New Ideas in Psychology**, p. 1-10, dec. 2003.

VELHO, Lea. LEÓN, Elena. A Construção Social da Produção Científica por Mulheres. **Cadernos Pagu**, n. 10, p. 309-344, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 23 de abr. 2008.

WANG Qi; BRONKMEIER, J. Autobiographical Remembering as Cultural Practice: The Interplay between Memory, Self and Culture. **Culture & Psychology**, Canada, USA, n. 8, v. 45, 2002. Disponível em: <<http://jfi.sagepub.com>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

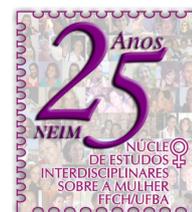
WOLF-WENDEL, L. E.; WARD, K. Academic Life and Motherhood: Variations by Institutional Type. **Higher Education**, n. 52, p. 487-521, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 5 abr. 2007.

HERMANS, H. J. The dialogical self: toward a theory of personal and cultural positioning. **Cultural Psychology**, n. 7, v. 3, p. 243-281, 2001. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 11 abr. 2007

THOMPSON, L.; WALKER, A. J. Gender in Families: women and men in marriage, work, and parenthood. **Journal of Marriage and the Family**, n. 51, p. 845-871. Disponível em: <<http://www.periodicos.capes.gov.br/portugues/index.jsp>>. Acesso em: 5 abr. 2007.

GT- Família e Geração
Darlane Silva Vieira Andrade
NEIM/ UFBA

Palavras-chaves: Gênero, geração, pessoas solteiras, domicílios unipessoais



Dados sobre as pessoas solteiras e que moram sozinhas no Brasil contemporâneo: uma leitura geracional e de gênero

Introdução

A instituição familiar vem passando por transformações significativas na contemporaneidade, quando emergem novos arranjos que começam a ser estudados nas ciências humanas e sociais. Autores como Vaitsman (1994), Castells (1999), dentre outros, observam que a diversidade passa a fazer parte das famílias e dos lares contemporâneos: famílias reconstituídas, famílias homossexuais, pessoas que moram com amigos, e diversas outras configurações. Chamam atenção os números apontados pela demografia que mostram uma tendência mundial para o aumento de lares monoparentais constituídos por crianças e um dos pais, e de pessoas que moram sozinhas principalmente nos países desenvolvidos (CASTELLS, 1999, BERQUÓ & CAZENAGHI, 1988; NÉRI, 2005). Com o objetivo de observar como esse quadro se apresenta no Brasil, com foco em dados sobre pessoas solteiras e domicílios unipessoais, em especial na idade adulta, serão trazidos alguns números da demografia, considerando as diferenças de gênero e geração.

Berquó & Cazenaghi (1988) descrevem e analisam dados dos censos das décadas de 1950, 1970 e dos anos oitenta no Brasil, que mostram como a família brasileira apresenta mudanças em sua configuração tendendo para a diminuição do número dos seus membros e a emergência dos domicílios ou famílias unipessoais:

No Brasil, as famílias unipessoais representaram predominantemente 5% do total de famílias, entre 1950 e 1970 e, a partir daí, se esboça uma tendência ao crescimento deste tipo de arranjo para viver, atingindo 7%, em 1984.

As famílias unipessoais cresceram a uma taxa média anual de 5,43% entre 1970 e 1980, “praticamente duas vezes maior do que o crescimento da população total de 15 anos ou mais” (BERQUÓ & CAZENAGHI, 1988), revelando um quadro que reflete uma sociedade de processo de mudanças importantes e que é um resultado, segundo essas autoras, de dois efeitos distintos: a redução da fecundidade e da mortalidade. Ou seja, com a redução da fecundidade diminui a proporção de famílias grandes e a diminuição da mortalidade permite que os adultos vivam mais tempo.

Com o aumento da longevidade, mais casais envelhecem juntos e sem os filhos - vivem o chamado “ninho vazio”, fase da vida que os filhos saem de casa - ou sozinhos, por estarem viúvos ou por nunca terem se casado. Com isso, aumenta a proporção dos domicílios que contém duas ou uma só pessoa.

Dados recentes mostram que estas mudanças permanecem no Brasil: segundo o censo do IBGE nos anos de 1991 e 2000 há uma diminuição da quantidade de membros da família brasileira que era de 3,9 em 1991, e passou para 3,5 em 2000, assim como o número de famílias nucleares (constituídas por casal e filhos): esse número passou de 65,3%, em 1991, para 61,1%, em 2000. O número de famílias unipessoais foi o que mais cresceu no período analisado, numa proporção de 32,5%, passando de 6,5% (2,4 milhões) do total de famílias, em 1991, para 8,6% (4,1 milhões), em 2000. Grande parte dessas famílias (15%) é constituída por mulheres (NERI, 2005).

Neste cenário, vem ganhando visibilidade os domicílios formados por pessoas solteiras. No ano de 2000, os solteiros, ou seja, as pessoas que não viviam em união, totalizavam 57,9 milhões de pessoas (42,3%) no Brasil, sendo que 52,7 milhões nunca tiveram nenhuma união e 5,2 milhões eram solteiros que já viveram em união consensual, segundo dados do IBGE¹ (dados do censo de 2000). Neri (2005) analisando estes mesmos dados, sinaliza o aumento em quantidade de pessoas solteiras na faixa etária dos 30 a 34 anos, constituindo 26% da população brasileira no ano 2000. Neste quadro, Salvador foi considerada como a capital que tem maior número de solteiros no país: segundo pesquisa do Instituto Ipsos/Marplan/EGM, realizada em nove

¹ Dados disponíveis em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofecundhtml.shtm>

Acessado em: 25 jul 06

idades brasileiras entre os anos de 2007 e 2008, em Salvador 45% da população acima dos 18 anos está sozinha. Na cidade de Jussiapé, na Bahia, é onde se encontra a maior proporção de solteiros que nunca viveram em união no Brasil: 52,7%. A segunda capital com número significativo de pessoas solteiras está Brasília, com 41% de solteiros (51% homens e 49% mulheres), seguida por Belo Horizonte, com 40% (52% homens e 48% mulheres), e Fortaleza, com 38% (49% homens e 51% mulheres)².

Néri (2005) analisa que a taxa das pessoas solteiras acima dos 20 anos³ de idade vem crescendo um ponto anualmente, o que não era de se esperar sócio-demograficamente, já que nesta etapa da vida comumente as pessoas estão casadas. Tem contribuído para mudanças uma série de fatores sócio-comportamentais, como o aumento do número de divórcios e separações, o advento da pílula anticoncepcional, a revolução sexual e a disseminação do discurso feminista em defesa da liberdade de expressão e igualdade de direitos, a flexibilização dos papéis de gênero e críticas a relações amorosas pautadas em hierarquias e desigualdades; a exigência de maior aperfeiçoamento em um mercado de trabalho competitivo, além das próprias características da vida urbana contemporânea: mais individualista, consumista, veloz e imediatista.

Contribuíram também para mudanças de perspectivas a disseminação das idéias do feminismo. O feminismo como movimento social, influenciou comportamentos e lutou para dar voz e vez às diversidades identitárias de homens e mulheres, através dos questionamentos sobre os modelos hegemônicos que promoviam a desigualdade e opressão entre os sexos. Como ciência, é uma teoria que ganha força com o uso da categoria gênero, e permite uma análise mais complexa das relações interpessoais na medida em que “desnaturaliza as identidades sexuais e postula a dimensão relacional do movimento constitutivo das diferenças sexuais” (RAGO, 1998, p. 27).

² Dados apresentados no jornal A Tarde, na reportagem “Salvador é a capital com mais solteiros no País”. Disponível em: <http://www.atarde.com.br/brasil/noticia.jsf?id=931592> acessado em 10 ago 08.

³ A idade referida para o casamento varia de acordo com a análise de diferentes autores, mas há uma observação de que a idade tem aumentado com o decorrer do tempo. Há poucas décadas, as pessoas se casavam antes dos vinte anos e atualmente, acima desta idade.

Gênero, como uma leitura social das diferenças sexuais, envolve relações de poder, símbolos, ideologias, tem caráter subjetivo, discursivo e “performático” (BUTLER, 2003), para citar os principais aspectos teorizados por diferentes autoras como Joan Scott (1998), Tereza De Laurettis (1994), Jane Flax (1992) e Judith Butler (2003). Esta categoria envolve a mulher e a construção da feminilidade, e também o homem e a construção da masculinidade. Nesta direção, a perspectiva de gênero é utilizada para analisar os significados sociais e culturais atribuídos ao sexo, corpo e sexualidades de uma forma localizada e interseccionalizada. Entendendo que, para se compreender as relações de gênero, devem-se relacioná-las com outras categorias como as de raça, classe, localidade, geração, para que o sujeito possa ser visto em sua complexidade.

A categoria geração

A categoria geração é tratada neste texto em seus aspectos teóricos, para visualizarmos e pensarmos sobre uma parcela da população brasileira que se compõe de pessoas adultas que moram sozinhas e estão solteiras, para discutirmos como os diferentes grupos de idades expostos nos dados da demografia, podem ser olhados dentro desta perspectiva e podermos ainda pensar nas questões de gênero envolvidas na temática e refletirmos sobre as gerações de adultos nesta condição, na atualidade.

Britto da Motta (2005) e Domingues (2002) consideram que a questão das gerações vem ganhando força nas pesquisas e nos debates das ciências sociais, com os temas da juventude e mais recentemente, o da velhice ou terceira idade como relevantes para a discussão. A geração vai ser vista em diversos aspectos, em destaque o aspecto sociológico que considera a geração como coletividade, abarcando a concepção de que a geração não pode ser vista exclusivamente como coletividades homogêneas e sim, considerando a pluralização dos estilos de vida e identidades na contemporaneidade. As gerações são vistas, então, contemplando “a heterogeneidade, o descentramento e a interatividade das gerações sociais, sem deixar de lado seu substrato material, inclusive biológico” (DOMINGUES, 2002, p.68)

A categoria geração faz parte das dimensões constitutivamente mais básicas na análise das relações sociais juntamente com as de gênero, raça e classe. Para Britto da Motta (1999, 2005) estas dimensões são realizadas no cotidiano e na história e, portanto, são categorias relacionais ou da experiência. Domingues (2002) amplia o debate afirmando que a “pluralização dos estilos de vida, a multiplicação das ‘tribos’ e grupos, sobretudo distintas sensibilidades e preferências estéticas, [...] agudiza a heterogeneidade dessas subjetividades coletivas [as de gênero, raça e classe]” (DOMINGUES, 2002, p. 69) em uma sociedade contemporânea. E “com a crescente individualização da vida social, com chances de vida diferenciadas e cada vez mais contingentes, inclusive *dentro das mesmas* coletividades de classe e profissionais, essa complexificação social se exponencializa.” (DOMINGUES, 2002, p. 69).

Com exceção da classe (que se refere eminentemente ao social) as categorias de geração, gênero e raça estão inscritas no corpo e na cultura. Estão inseridas no campo da ideologia e do poder porque o elemento biológico é utilizado para justificar ideologicamente o poder e a dominação: o sexo “frágil”, a raça “preguiçosa”, a idade “imatura” e a “esclerose” (BRITTO DA MOTTA, 2005).

A idade se configura como um fator importante de organização social. Comportamentos, posições e situações são definidas e institucionalizadas pela idade em toda sociedade: definem-se idade para votar, para dirigir automóvel, para se aposentar e para casar. A idade também é transitória: “somos sempre jovens ou velhos de alguém” (BRITTO DA MOTTA, 2005, p.3). Para a autora, o tempo individual é definido pela idade, como algo próprio da pessoa. A idade adquire significado social quando referida a grupos ou categorias de idade – jovem, “adultos plenos”, velhos – em termos de legitimidade ou não para realizar tal ou qual ação na sociedade.

O tempo social vai ser expresso, por outro lado, pela geração, com o reconhecimento dos indivíduos como pertencendo a um grupo com idades semelhantes que vivem em uma mesma época e fez parte de acontecimentos semelhantes. As gerações têm como referência este grupo social e a família, diferente das idades, que são institucionalizadas.

Este conceito fala do sentido sociológico da geração, que para Britto da Motta (2005, p. 5)

Designa um coletivo de indivíduos que vivem em determinada época ou tempo social e que tem aproximadamente a mesma idade. E por isso mesmo estão expostos à aproximadamente os mesmos tipos de eventos ou circunstâncias.

A perspectiva sociológica foi firmada teoricamente por Mannheim no seu texto “O problema das gerações” deixando um legado importante para a construção do conceito de geração e legitimação deste tema para as ciências sociais, quando considera o problema das gerações como “um dos guias indispensáveis para uma compreensão da estrutura dos movimentos sociais e intelectuais” (p. 129). Este autor considera o aspecto biológico da geração e seu sentido coletivo: como um tipo de coletividade que se aproxima dos processos históricos de mudança, como alternativa ao conceito marxista de classe. Mannheim discute como o problema das gerações ganhou espaço nos estudos quando buscavam encontrar “uma lei geral para exprimir o ritmo do desenvolvimento histórico, baseado na lei biológica da duração limitada de vida do homem e das sobreposições das gerações novas e velhas” (p.118). Assim, história, psicologia e outras disciplinas colaboraram para a construção deste problema teorizando sobre a duração das gerações e as fases da vida. Para a história, a duração de uma geração é estimada de formas diferente, uns avaliando esta duração em 15 anos e outras por 30 anos, tomando por base a concepção de que os primeiros 30 anos da vida as pessoas estão em fase de aprendizagem e a partir dos 60 anos há um abandono da vida pública. Esta noção vai ser presente nos estudos da psicologia do desenvolvimento definindo fases da vida ou ciclos da vida, atribuindo questões psico-sociais específicas para cada uma das diferentes fases, como por exemplo, trabalho Eric Erikson.

Estas fases da vida serão analisadas a partir do conceito de tempo. Mannheim cita Dilthey que afirma que a geração é considerada como uma “unidade temporal da história da evolução intelectual” (MANNHEIM, p.123), que não é medida por unidades de hora, meses, anos, etc., e o seu uso como unidades “torna possível apreciar os movimentos intelectuais por um processo intuitivo de re-ordenamento” (MANNHEIM, p. 123).

Outra consideração de Dilthey citada por Mannheim é a de que as gerações vão existir não somente de forma sucessiva, uma após a outra, e sim, vão co-existir com significados diferentes do mero significado cronológico. Os

indivíduos (de diferentes idades) que experimentam as mesmas influências dominantes frutos das circunstâncias intelectuais, sociais e políticas são contemporâneos⁴ e constituem uma geração, “porque estão sujeitos a influências comuns” (p.123). Nesse sentido a noção de tempo é subjetiva e o intervalo que separa as gerações é este tempo subjetivamente experimentável.

Pinder vai complementar a discussão afirmando a “não contemporaneidade do contemporâneo”, ou seja, o mesmo contexto social não afeta igualmente a todos os indivíduos daquele tempo ou daquele grupo de idade ou geração, e será, portanto, vivenciado de forma qualitativamente diferente para cada indivíduo. Segundo Mannheim (p.125):

Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades, numa variedade de possibilidades de experiência que as confronta a todas: Mas, para cada uma o ‘mesmo tempo’ é um tempo diferente, isto é, ele representa um diferente *período do seu eu*, que só pode ser partilhado com pessoas da mesma idade.

Outra idéia de Pinder citada por Mannheim é a de que cada geração constrói o que ele chama de “entelúquia” própria, “pela qual se pode tornar realmente uma unidade qualitativa” (p.125). O conceito de “entelúquia” vem de Heidegger e significa o modo próprio da geração experimentar a vida e o mundo.

O texto de Mannheim vai analisar a partir dos conceitos postos, a unidade que constitui a geração, como um grupo que tem consciência do pertencimento a uma geração, e não somente um grupo social concreto (que são organizações com objetivos específicos, como família, tribo, seita, etc.) como uma comunidade ou associações (como aquelas formadas para um objetivo específico). Neste sentido, não basta ter a mesma idade ou pertencer a um mesmo grupo como mero agrupamento para se compor uma geração. Segundo Domingues (2002), as “unidades de geração” podem ser “múltiplas, e se enraízam em contatos pessoais, espirituais e emocionais, embora possam ulteriormente tornar-se independentes disso” (DOMINGUES, 2002, p. 70).

Domingues (2002) apresenta variáveis importantes para se conceituar geração: família, coorte, experiência vivida e reflexivamente mediada dos

⁴ A contemporaneidade significa o estar sujeito a influências semelhantes que independe de dados cronológicos (MANNHEIM, p. 123).

indivíduos e das coletividades. As famílias como o primeiro lugar de socialização e são referências também emocionais e pode ser pensada desde a família nuclear até sociedades “em que relações de linhagem fornecem o eixo em que se assenta a totalidade da vida social” (p.75). Família é também um lugar de conflito entre as pessoas de gerações diferentes dentro de um mesmo sistema familiar como apontou texto de Forracchi (1972). A segunda variável é o coorte como grupo de pessoas nascidas em momentos próximos e que por isso atravessam estágios sucessivos ao mesmo tempo e neste processo há três dimensões relevantes: “a idade biológica, a idade cronológica (quando esta datação se faz presente) e os estágios de maturação” (DOMINGUES, 2002, p. 75). A terceira variável corresponde às diversas dimensões dos sistemas sociais.

Importante ressaltar que a definição de uma geração não vai acontecer isoladamente e sim na interação com outras gerações. Desta forma, cada geração vai delinear sua identidade e contribuir para a produção de outras (DOMINGUES, 2002).

As pessoas adultas na contemporaneidade

A categoria geração nos permite pensar nas pessoas adultas como “adultos plenos” (BRITTO DA MOTTA, 2005) pertencentes a uma fase da vida específica que tem características construídas socialmente, que, portanto, são variáveis. A fase adulta se caracteriza socialmente pela plena inserção no mercado de trabalho e a ocupação de funções sociais de caráter “responsável” e com comprometimento, que é comumente a constituição de família - casar, ter filhos, sustentar economicamente esta família e deixar uma vida de dependência econômica e afetiva da família de origem de quando eram adolescentes ou jovens (CAMARANO et al, 2006; AYLNER, 2001; GUERREIRO & ABRANTES, 2005). No Brasil considera-se a maior idade a partir dos 18 anos – idade que há permissões sociais importantes como votar, dirigir, casar, responder legalmente pelos seus próprios atos, etc. A idade biológica pode ser diferente da emocional e a maturidade característica desta fase da vida, vai depender também de outros fatores sócio-emocionais e relacionais. O valor das pessoas adultas na sociedade é ilustrado por Marialice Forracchi (1972, p.19):

Toda sociedade elabora uma noção ideal de “adulto”, na qual estão sintetizadas as suas aspirações mais ambiciosas, seus valores mais raros, suas normas mais características, numa palavra, a essência do seu *ethos*. Esse ideal de adulto constitui o ponto máximo da sua humanização, a demonstração viva da riqueza e da variedade das suas potencialidades, a prova incontestável da sua justiça e envergadura moral.

Para ingressar na vida adulta, saindo da casa dos pais, as pessoas têm que investir na educação, ter um emprego que garanta a sustentabilidade e a independência econômica da família de origem. No entanto, esta linearidade encontra barreiras na atualidade com um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e instável, e por outros fatores relacionados às escolhas pessoais. Desta forma, o ingresso na vida adulta passa por um processo maior de transição. As pessoas que precisam investir mais tempo em estudos para competir por um emprego melhor, muitas vezes permanecem na casa dos pais. Camarano et al (2006) aponta que o mesmo não acontece da mesma forma com adultos jovens de classes menos favorecidas que por uma questão de sobrevivência, tendem a entrar no mercado de trabalho mais cedo e a constituir família.

Novas formas de transição para a vida adulta têm acontecido na contemporaneidade, antes da saída da casa dos pais no que diz respeito ao processo de formação de família, com o visível número de mães jovens ou casais jovens que vivem nos domicílios dos pais ou parentes (Camarano et al, 2006), nas diversas camadas sociais.

Para Guerreiro & Abrantes (2005) homens e mulheres vivenciam esta fase de forma diferente, quando querem conciliar um projeto de vida familiar com o trabalho. Os homens tendem a conciliar melhor as duas funções do que as mulheres, porque apesar das mulheres poderem trabalhar fora de casa, elas não deixaram as funções domésticas, acumulando tarefas e responsabilidades. Isto muitas vezes faz com que mulheres adultas adiem um projeto de vida conjugal e familiar para investir na carreira profissional. Camarano et al (2006) analisando dados do censo dos anos de 1980 e 2000, verificou esta realidade entre mulheres jovens que, com o aumento da escolaridade, permanecem na casa dos pais e não se casam. Facilita também esta permanência na casa dos pais, segundo a autora, a crescente desvinculação entre atividade sexual e

união conjugal e união conjugal e parentalidade, com jovens exercitando sua sexualidade cada vez mais cedo.

Atualmente, há uma diversidade de lugares sociais possíveis para as pessoas adultas, como a possibilidade de permanecerem solteiras por mais tempo (como algo transitório ou um projeto de vida). As expectativas em torno da constituição de família ainda existem, mas não se constituem um destino e sim, fazem parte de mais um elemento do projeto de vida, principalmente para as mulheres (VAITSMAN, 1994). Isto desde que a função do casamento se modificou. Agora as pessoas se casam por amor, por vontade e não por obrigações econômicas e familiares. Isto vale também para a reprodução. Ter filhos hoje passa a ser uma escolha e não um destino, o que reflete mudanças sociais e de perspectivas da contemporaneidade principalmente no aspecto da conquistas por uma maior autonomia sobre o corpo e a reprodução com o advento dos métodos contraceptivos, por exemplo.

Em diversos países da Europa é comum muitas pessoas adultas morarem sozinhas ou com amigos, buscando a independência familiar e a construção de uma vida adulta, com investimento na carreira profissional (GUERREIRO & ABRANTES, 2005). Mas ainda há poucos estudos que tratem do assunto, porque, segundo Aylmer (2001) as pessoas pouco vivenciavam esta fase de estar solteiro, porque a regra social era o casamento. Os estudos que se referiam às pessoas solteiras tinham foco nos homens, que passavam por este período de transição e investimento na carreira antes de se casarem. Diferente das mulheres que saíam da casa dos pais para a do marido.

As pessoas adultas que não se casam ou não tem filhos tendem a levar, segundo Guerreiro & Abrantes (2005), um estilo de vida com menos compromisso, o que não representa menos responsabilidade. No Brasil, está mudando a concepção social das pessoas solteiras, não vistas agora como pessoas “encalhadas”, ou as mulheres “solteironas”, e sim como pessoas independentes, autônomas e “modernas”, segundo estudo de Eliane Gonçalves (2007). Tais mudanças envolvem aspectos culturais e vivências que fazem parte da geração atual de pessoas solteiras adultas, que carregam no bojo das suas vivências, as transformações sociais em relação à família e moradia.

Dados sobre as pessoas solteiras e que moram sozinhas no Brasil contemporâneo

As famílias e os lares brasileiros têm sido caracterizados pela diversidade, que ao contrário do que costumamos observar, não é um aspecto recente. Já no período colonial, outros arranjos, diferentes da hegemonia patriarcal, faziam parte da realidade da família brasileira, como os de família extensa, difusa, e outros, e incluía as organizações formadas por pessoas que moram sozinhas e pelos/as solteiros/as, nas classes baixas e na burguesia (SAMARA, 1989; FARIA, 1998; MATTOSO, 1988; DIAS, 1984).

Na atualidade a presença dos domicílios e famílias mais diversas e com quantidade reduzida de seus membros. Os dados ilustrados no início deste texto mostram o lugar que as famílias e lares unipessoais ocupam na sociedade brasileira. Berquó & Cazenaghi (1988) e dados mais recentes como os apontados por Neri (2005) e os tratados por Gonçalves (2007) a partir de censos do IBGE nos ajudam a ter um panorama desta realidade e a pensarmos nos lugares de homens e mulheres solteiros nesta posição.

Dados analisados por Berquó & Cazenaghi (1988), a partir do censo de 1970 e 1980, mostram que em todos os estados no país, com o ímpeto maior ou menor, a população dos sozinhos cresceu sempre a taxas superiores àquelas experimentadas pela população total. Números maiores se encontram nas regiões Sudeste (49,3%) e Nordeste (27,1%). A população sozinha nas décadas de 70 e 80 esteve mais presente nas áreas urbanas do que rurais, devido ao acelerado processo de urbanização que passou o país. Quanto ao nível de instrução, os dados apontam que mulheres solteiras têm mais instrução do que os homens.

Morar sozinho/a tem significados distintos conforme o grupo etário e o sexo. No Brasil, a população de pessoas sozinhas por grupo etário em 1980 era: 20 a 34 anos era de 25,7%; de 35 a 54 anos era de 31,5% e de 55 a 74 anos era de 42,8%. Estes dados mostram uma classificação por idade, predominando as pessoas mais velhas e mulheres no grupo com 60 anos ou mais (em 1980) em decorrência de, segundo as autoras, mais frequência de viver o “ninho vazio”, por ser também um grupo que tem crescido na população. Este grupo foi o que apresentou maior crescimento anual no período de 1970 a 1980 – cresceu em uma razão de 7,34% ao ano. No período

estudado pessoas de grupo etário entre 15 a 29 anos estejam solteiras provavelmente morando com suas famílias ou são casadas e com filhos, por isso o número mais baixo dessas pessoas na faixa etária, que moram sozinhas (BERQUÓ & CAZENAGHI, 1988).

As diferenças entre homens e mulheres que moram sozinhos no Brasil são marcantes: há presença dos homens nas 4 faixas-etárias⁵. Já para as mulheres são as mais velhas responsáveis pelos domicílios unipessoais, crescendo a partir dos 45 anos, que tem os filhos fora de casa, estão solteiras ou separadas, ou viúvas. As idosas, com mais de 60 anos, porém, são maioria: representam 53,4% das mulheres que vivem sozinhas – a maioria viúva. As faixas de idades estudadas e os dados foram: 15 a 29 anos, há 25% de homens e 9,4% de mulheres; dos 30 aos 44 anos, há 26% de homens e 13,7% de mulheres; dos 45 aos 59 anos há 23,4% de homens e 53,4% de mulheres e com 60 anos ou mais, há 25,6% de homens e 53,4% de mulheres que moram sozinhas.

Em período mais recente, Gonçalves (2007) aponta que a partir de dados demográficos nos períodos da década de oitenta ao ano dois mil, há inversão da idade no que diz respeito à morar sozinho no Brasil contemporâneo: antes dos 30 anos são poucas as mulheres morando sozinhas, possivelmente porque estão na casa dos pais ou estão casadas; acima dos 45 anos os números começam a crescer, porque os filhos saíram de casa, ou as mulheres se separaram ou são solteiras sem filhos que nunca se casaram; aos 60 anos aumenta a chance de viuvez e com a longevidade, as mulheres tendem a viver mais tempo sozinhas. Esta autora aponta que a partir da década de noventa, estudos mostraram um aumento do número de mulheres mais jovens sozinhas, explicado em parte pelas demandas profissionais. Para os homens há uma menor tendência a permanecerem sozinho por escolha definitiva.

Com o aumento da longevidade, aumenta o estudo da população idosa. Estudos de Britto da Motta (1997), Clarice Peixoto (2000) e Guita Debert (1998) focam questões com estas, incluindo as formas de sociabilidade e

⁵ Nos Estados Unidos são os homens mais jovens que predominam nas famílias unipessoais.

solidariedade entre as pessoas idosas e suas relações com outras gerações na família.

Berquó & Cazenaghi (1988) demonstram no seu texto dados sobre a “pirâmide da solidão”, apontando que a proporção de ficar sozinho/a cresce com a idade e que proporções de solteiros e que moram sozinhos é sempre maior para homens do que para mulheres. Discutem como o aumento da renda possibilita aumentar a vontade e possibilidade de morar sozinho/a, o que também é tratado por Gonçalves (2007) quando mostra estes dados relacionados também com o aumento da escolaridade: quanto mais anos de estudos, menos as mulheres se casam ou se casam mais tarde.

A idade para se casar é definida sócio-historicamente e com ajuda da biologia, quando o casamento implica em possibilidade de reprodução e a ciência aponta limites de idade para uma gravidez com menos risco. Da mesma forma, a idade corresponde socialmente ao ingresso na vida adulta e, portanto, para o casamento. No Brasil, nas últimas décadas, os dados do IBGE apontam que a média de idade ao casar variou de 22 a 27 anos para as mulheres (GONÇALVES, 2007). Esta idade da demografia pode ser confrontada com outros fatores construídos socialmente sobre o ideal de casamento, quando ainda se espera que mulheres se casem na faixa etária entre 25 e 35 anos, porque coincide com o período de finalização da graduação e a possibilidade de uma gravidez sem risco. No entanto, esta faixa de idade se confronta com exigências do mercado de trabalho e investimento nesta área da vida, o que pode adiar este projeto de constituição de família ou a escolha por ficar sozinho/a e construir projetos e estilos de vida diferenciados, principalmente para mulheres, porque a faixa de idade para o casamento sempre foi maior para os homens, o que lhes permite dedicação, no período que seria de idade reprodutiva para mulher, ao trabalho (pensando aqui em pessoas de classes médias e altas).

Homens e mulheres solteiros e que moram sozinhos no Brasil contemporâneo, neste movimento de andar na contramão do que a sociedade demanda para adultos jovens, que é a constituição de família com o casamento e filhos concomitante ao investimento na carreira profissional, podem construir novas formas de viver, de se relacionar e dar novos sentidos e significados

para esta fase da vida, reconfigurando noções de adultez e de maturidade, que serão trabalhadas com mais intensidade na minha tese de doutorado.

Referências

AYLMER, R. O lançamento do jovem adulto solteiro. Cap. 9 Em: CARTER, B e MCGOLDRICK, M. e cols. **As mudanças do ciclo de vida familiar**. Uma estrutura para a terapia familiar. 2ª ed., São Paulo: Artmed, 2001

BERQUÓ, Elza Salvatori; CAZENAGHI, Suzana M. Oportunidades e fatalidades: um estudo demográfico das pessoas que moram sozinhas. Em: **Anais do 6 Encontro nacional de estudos populacionais**. Olinda, PE, 1988, vol.1

BRITTO DA MOTTA, Alda. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu** (13), 1999, p. 191-221

_____. Teorias de geração na perspectiva de gênero. Em: CRUZ, M.H.S.; ALVES, A.A.C.F. **Feminismo, desenvolvimento e direitos humanos**. Multiplicidade de questões feministas. REDOR, NEPIMG: Aracaju, 2005

_____. Terceira idade – gênero, classe social e moda teórica. In: COSTA, Ana Alice A.; ALVES, Ívia Iracema (Org.). **Ritos, mitos e fatos** – mulher e gênero na Bahia. Salvador: NEIM, 1997. p.103-120

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003

CAMARANO, Ana Amélia et al. O processo de constituição de família entre os jovens: novos e velhos arranjos. Em: _____ **Transição para uma vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: IPEA, 2006

CASTELLS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. Em: _____ **O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura**. Cap.4. vol. 2, 3ª ed. Paz e Terra: São Paulo, 1999

DEBERT, Guita G. A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In : LINS DE BARROS, Myriam (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.49-67.

DE LAURETIS, Teresa. A Tecnologia do Gênero. Em: HOLANDA, H.B. (org.) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, pp.206-242.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. "Senhoras e ganhadeiras: elos na cadeia dos seres". **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.83-113

DOMINGUES, José Maurício. Gerações, modernidade e subjetividade coletiva. In: **Tempo Sociol. Revista de Sociologia da USP**. Universidade de São Paulo, v. 14, n. 1, maio de 2002

FARIA, Sheila de Castro. Viver escravo – Diversidade. Em: **___A colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, cap. 5 pp. 289-355

FLAX, Jane. Pós-modernismo e Relações de Gênero na Teoria Feminista. In: HOLLANDA, H. B. De (org). **Pós-modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FORRACCHI, Marialice M. O conflito de gerações. Em: **___A juventude na sociedade moderna**. São Paulo: Linaere Pioneira, 1972

GONÇALVES, Eliane. Vidas no singular: noções sobre "mulheres sós" no Brasil contemporâneo. Campinas, 2007. **Tese de Doutorado**. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas.

GUERREIRO, M.D.; ABRANTES, P. Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. **RBCS** vol. 20 n. 58 junho, 2005

MATOSO, Katia de Queirós. **Família e sociedade na Bahia do século XIX**. São Paulo: Corrupio, 1988

MANNHEIM, Karl. O problema das gerações. Em: **___ Sociologia do conhecimento**. Porto, Portugal: RES Editora Ltd, s/d

NERI, Sexo, casamento e solidão. **Conjuntura nacional**, junho, 2005
Disponibilidade e acesso:
<http://www.fgv.br/ibrc/cps/artigos/Conjuntura/2005/Sexo,%20casamento%20e%20solidao.pdf> Acessado em 25/07/2005

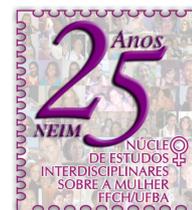
PEIXOTO, Clarice Ehlers. Avós e netos na França e no Brasil. In: PEIXOTO, Clarice Ehlers; SINGLY, François de; CICCHELLI, Vincenzo (Eds.). **Família e Individualização**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 2000.

RAGO, Margareth. "Epistemologia feminista, gênero e história". In: PEDRO, Joana M.; GROSSI, Miriam P. (orgs.) **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 1998, pp.: 21-42

SAMARA, Eni de Mesquita. O espaço da família: vida doméstica e relações sociais. Em: **___ As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX**. São Paulo: Marco zero, 1989, p.15-45

SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analysis. Em: _____
Gender and the politics of history. New York: Columbia University Press,
1988, pp.:28-52. [Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS
Corpo e Cidadania, 1993]

VAITSMAN, **Flexíveis e plurais.** Identidade, casamento e família em
circunstâncias pós-modernas. Rio de Janeiro: Rocco, 1994



“Caminhos compartilhados: a transição para o trabalho entre jovens aprendizes baianas”

Introdução

1. Transição dos jovens para o mundo do trabalho: um tema pouco estudado no Brasil

Um dos processos que marcam a transição para a vida adulta é a inserção na vida produtiva, a inserção no mundo do trabalho. Ao lado de aspectos como a constituição de relações afetivas estáveis e a finalização da escolarização básica, a inserção laboral é capaz de provocar alterações profundas nos comportamentos, papéis sociais e relações interpessoais dos jovens (Arnett, 2000; Schulmenberger, Bryant, O'Malley, 2004). Conforme destaca Camarano (2006) a dimensão do trabalho, juntamente com a escola e a família, é um dos condicionantes da inserção no mundo adulto.

Mudanças que vêm ocorrendo em diversas esferas sociais, tais como as alterações sócio-econômicas, no campo da educação e do trabalho, e também nas relações familiares, estão contribuindo para uma modificação significativa nos processos de transição vivenciados pelos jovens (Pais, 2003). No âmbito internacional, pesquisas realizadas no campo da sociologia e da psicologia apontam para uma *perda da linearidade* nos processos de transição da juventude e para a crescente *individualização das trajetórias* (Shanahan, 2000). Também no Brasil, os pesquisadores sugerem uma flexibilização das trajetórias juvenis, associada à despadronização dos processos de transição (Camarano, 2006). Nesse sentido, as transições deixam de ser vistas enquanto uma seqüência previsível de eventos na vida dos indivíduos, pois envolvem aspectos cada vez mais complexos e diferenciados (Pais, 2002; Evans, 2007).

De acordo com Cowan (1991), as transições correspondem a processos que resultam em uma reorganização qualitativa da vida, tanto em nível psicológico, como comportamental. Zittoun (2004) destaca ainda que as transições funcionam

como janelas para os processos de mudança, envolvendo aquisição de habilidades, construção e identidades e de sentidos. Em relação às transições juvenis, pesquisas indicam que um período especialmente crítico encontra-se entre os 15 e 25 anos, quando os jovens experimentam múltiplas transições simultâneas (Evans, 2007). O estudo das transições vivenciadas durante esta faixa etária, portanto, constituem um campo fecundo de pesquisa tanto no contexto internacional quanto do nacional, pois os processos envolvidos têm impacto profundo na vida dos indivíduos.

O estudo da transição para o mundo do trabalho adquire relevância especial Brasil, pois aqui, o trabalho vem assumindo um caráter cada vez mais presente na vida dos jovens no nosso país. Pesquisas demográficas e atitudinais recentes revelam que o trabalho constitui uma importante referência para os jovens entre 15 e 24 anos, independente da origem sócio-econômica, surgindo como o tema que, simultaneamente, mais os interessa e preocupa. (Fundação Perseu Abramo, 2005; IBASE/POLIS, 2006). Os estudos também apontam que a dimensão do trabalho faz parte do horizonte vital de 76% da população jovem, seja na forma de emprego ou desemprego (Fundação Perseu Abramo, 2005). Diante destas constatações, Guimarães (2005) sugere que o trabalho configura-se como elemento-chave no imaginário dos jovens brasileiros.

Além disso, conforme aponta Dayrell (2007), no nosso país, a juventude não se caracteriza como um período de moratória em relação ao trabalho, tal como ocorre nos países desenvolvidos. Aqui, ao contrário, a atividade laboral torna-se fundamental para garantir a própria vivência da condição juvenil, proporcionando não apenas a sobrevivência, mas também a possibilidade de desfrutar o lazer e o consumo. Pesquisadores ressaltam que a transição para o trabalho é especialmente complexa para os jovens que possuem atributos pessoais específicos, tais com raça/etnia, local de residência e gênero (Borges, 2006). Em vista das mudanças recentemente experimentadas no campo do trabalho, jovens mulheres que necessitam trabalhar antes de concluir o ensino médio, de forma a contribuir com seu próprio sustento e de suas famílias tornam-se um dos grupos mais vulneráveis ao desemprego e às condições precárias de trabalho, tais como o trabalho doméstico realizado sem remuneração (Pochmann, 2007).

Apesar destas constatações, o tema da transição para o mundo do trabalho entre as mulheres jovens vem recebendo pouca atenção sistemática entre os pesquisadores brasileiros. As pesquisas existentes priorizam análises

demográficas e quantitativas (Camarano, 2006; Guimarães, 2005) e tendem a desconsiderar a heterogeneidade da inserção laboral, em especial as experiências das jovens pertencentes às classes populares. O presente estudo, portanto, objetivou conhecer as percepções e os significados que jovens mulheres aprendizes constroem sobre suas experiências de transição para o mundo do trabalho. Especificamente, foram explorados os processos subjetivos inerentes à transição laboral, envolvendo mudanças de papéis e relações, bem como as estratégias utilizadas para enfrentar os desafios encontrados no percurso. Além disso, foram também investigadas as relações entre as dimensões do trabalho e outras dimensões da vida das jovens, como por exemplo, a escola e a família.

2. Transição para o Trabalho: Processo Sistêmico e Dinâmico

Na busca por uma compreensão mais ampla da transição para o trabalho, considerando tanto a complexidade do fenômeno quanto a dimensão subjetiva, o presente estudo adotou uma perspectiva sistêmica e dinâmica. Fundamentada na **Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano** (Bronfenbrenner 1996; 2001; Bronfenbrenner & Evans, 2000) e na **Perspectiva da Psicologia Histórico-Cultural** (Vigotsky, 1935/2000; Valsiner, 2000; Zittoun, 2003; Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva e Carvalho, 2004). Ambas as abordagens pois ambas possibilitam um entendimento amplo dos contextos e dos sentidos subjetivos que perpassam a transição laboral, identificando as mudanças e percepções que as jovens constroem acerca de suas experiências.

A **Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano** (Bronfenbrenner 1996; 2001; Bronfenbrenner & Evans, 2000) compreende as transições enquanto *mudanças qualitativas*, progressivamente mais complexas, nas quais a pessoa e seu contexto interagem de maneira sistêmica e recíproca. A pessoa é vista como um ser ativo, que tem papel preponderante na transformação do contexto, reestruturando-o ao mesmo tempo em que sofre sua influência. Nesse sentido, a transição para o trabalho depende da confluência entre aspectos individuais e contextuais, considerando tanto as influências mais próximas quanto as mais distantes, ou seja, tanto aquelas que são vivenciados cotidianamente pela pessoa quanto as que estão para além da situação imediata.

A **Psicologia Histórico-Cultural** (Vigotsky, 1935/2000; Valsiner, 2000, Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva & Carvalho, 2004; Zittoun, 2004), converge com a

abordagem ecológica do desenvolvimento no sentido de relacionar contextos e processos aos significados que os indivíduos constroem sobre suas experiências. Os contextos constituem elementos constritores que canalizam as interações da pessoa e delimitam certas oportunidades e trajetórias possíveis. Mas, os indivíduos interagem com o contexto e, através da *mediação semiótica*, negociam ativamente a superação das dificuldades e desafios encontrados, construindo sentidos sobre si mesmos e o mundo.

Estas abordagens permitem situar o macrocontexto onde ocorre a transição laboral das jovens mulheres brasileiras enquanto um cenário no qual prevalecem adversidades. Neste cenário, escola e trabalho passam a constituir projetos concomitantes que se superpõem no campo das vivências juvenis (Sposito, 2005). Entretanto, no nosso país, o mercado de trabalho, também não é capaz de oferecer oportunidades concretas de acesso ao trabalho qualificado para esta faixa etária. Jovens pertencentes às classes populares buscam postos de trabalho, mas defrontam-se com situações de desemprego ou de inserção laboral precária, com baixos salários e carga horária elevada. Por fim, as políticas públicas direcionadas à juventude são incipientes e desarticuladas, marcadas por contradições na forma de conceber essa etapa da vida e no tipo de atividades oferecidas para esta população.

Abordagem metodológica

Participantes

Os participantes foram cinco jovens do sexo feminino, com idades entre 17 e 19 anos, egressas de um Programa de Aprendizagem implementado pela ONG – CIPÓ Comunicação Interativa, sediada em Salvador. As jovens foram selecionadas por conveniência entre aquelas que já haviam concluído há pelo menos seis meses o período correspondente à duração do contrato de trabalho aprendiz (18 meses). As características das participantes quanto à idade, nível de escolaridade e contexto familiar, encontram-se na Tabela 1 a seguir.

TABELA 1*Características sócio-demográficas das jovens*

Participantes	Idade	Escolaridade	Contexto Familiar	
1. Talita	18	Ensino Médio	(C)	Reside com os pais e irmãos
2. Jane	18	Ensino Médio	(C)	Reside com os pais e a irmã
3. Neuza	18	Ensino Superior (I)		Reside com a mãe e os irmãos
4. Diana	18	Ensino Médio	(C)	Reside com a mãe e o irmão
5. Maiara	17	Ensino Médio	(C)	Reside com o pai

* Os nomes dos participantes são fictícios (C = Completo; I = Incompleto/Em Curso)

Instrumentos e procedimentos

Este estudo utilizou o delineamento de estudos de casos coletivos (Stake, 1994). Para coleta de dados foram utilizadas entrevistas abertas, questionário sócio-demográfico, análise de documentos e inserção ecológica no contexto. As entrevistas foram realizadas nas dependências da ONG e tiveram duração aproximada de duas horas. Foi seguido um roteiro temático básico, incluindo os seguintes aspectos: (1) formação inicial na ONG; (2) trabalho aprendiz; (5) principais dificuldades enfrentadas; (6) relação entre trabalho e família; (7) relações entre trabalho e escola; (8) expectativas em relação ao futuro. Os dados sócio-demográficos foram levantados através da aplicação de um breve questionário. A pesquisadora inseriu-se no contexto da pesquisa durante um período de aproximadamente cinco meses, freqüentando reuniões organizadas pela equipe do Programa Estúdio Aprendiz, encontros com familiares das jovens e encontro com supervisores e/ou empregadores. Esta inserção, denominada ***Inserção Ecológica no Contexto da Pesquisa*** (Cecconello e Koller, 2003), possibilitou maior proximidade com o objeto de estudo, facilitando a interação com as jovens e o melhor entendimento das múltiplas dimensões que compõem seu cotidiano.

A escolha das jovens contou com apoio dos educadores da ONG formadora. Elas foram contatadas por telefone e convidadas a participar um estudo sobre juventude e trabalho. Verificado o interesse e disponibilidade em participar, foram marcadas as entrevistas. Todas as entrevistas foram gravadas em fitas cassete e posteriormente transcritas. O consentimento para realização do estudo foi indicado por escrito por cada participante, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Resultados

Os dados foram submetidos à análise qualitativa utilizando o método proposto por Charmaz (2006) e também por Bardin (1977). A análise a seguir apresenta os aspectos com maior destaque no relato dos jovens, considerando três temas centrais: (1) *mudanças*, (2) *desafios* e (3) *oportunidades*. Em seguida será feito o relato de um caso que ilustra as experiências das jovens. As análises seguem ilustradas por relatos das participantes.

(1) Mudanças

Entre as mudanças mais significativas, as jovens apontaram: aprendizagem de novos conhecimentos, relações interpessoais e aumento da auto-confiança. Estes aspectos aparecem interligados de maneira sistêmica, de tal maneira que a aprendizagem de novos conhecimentos possibilita uma maior abertura para o mundo, um crescimento das interações com as pessoas presentes nos ambientes onde as jovens circulam. O processo é marcado por um aumento na auto-confiança, pois as jovens sentem-se mais capazes de realizar as atividades que se apresentam no cotidiano e passam a acreditar mais em si mesmas, agindo de forma responsável e ativa na tomada de decisões. Conforme indica Jane: *“Eu aprendi a ter mais confiança em mim. Essa foi a principal mudança. [Antes] eu estava sempre preocupada se o que eu fazia era certo ou errado. Depois, eu aprendi a ter mais confiança, saber que se estava errado, eu ia poder consertar”*. Ou, ainda, conforme aponta Diana: *“a partir de quando eu comecei a trabalhar, me veio uma responsabilidade por inteiro. Às vezes, eu tinha que tomar uma decisão sozinha e resolver fazer as coisas de uma certa forma. Eu comecei a ter pulso firme naquilo que eu estava falando”*. No campo das relações interpessoais presentes no ambiente de trabalho, uma mudança significativa se deu a partir da interação diária

com adultos significativos, que ocupavam funções de supervisores e colegas. Em geral, tais relações têm caráter positivo, culminando no estabelecimento de vínculos fortes e duradouros. Em alguns casos, a figura da “mentora”, ganha destaque e os laços se assemelham ao vínculo materno. Conforme relata a jovem Diana: *“tinha uma pessoa que trabalhava na tesouraria que confiava muito em mim. (...) Ela sempre me dizia: ‘Diana, para mim você é uma filha, eu faço como uma ave, eu vou empurrando para você aprender a voar. Quando eu vejo que você não vai, eu vou e te pego de novo’. Então, ela me incentivou ao máximo. A gente até hoje tem contato, sai [juntas] e conversa. Quando eu estou precisando de algum conselho, eu digo ‘ quero falar com você’. Ela diz: ‘Então, venha aqui em casa’. Aí eu vou e fico conversando. Ela conversa coisas comigo. Então, tem uma relação forte mesmo, uma relação muito gostosa entre a gente. Aquela mãe que, em casa, você tem a sua e, fora de casa, você tem outra também”*. Esse caráter familiar na maneira de estabelecer as relações com colegas de trabalho também foi apontado por Talita: *“a gente criou uma relação muito legal, muito de família mesmo, porque eu tinha uma pessoa lá [e falava] ‘ah, é meu irmão, ah, é meu prima, ah, é minha tia”*.

Por outro lado, no âmbito das relações familiares, mudanças significativas também foram relatadas pelas jovens. Ao contrário de um distanciamento da família, acontece uma proximidade ainda maior, a partir da percepção mais clara acerca das necessidades familiares e da possibilidade concreta de ajudar a solucionar os problemas da família. As jovens revelaram também *melhor comunicação com os pais*, e a conquista do *respeito* e da *confiança por parte dos familiares*, pois os pais se sentem orgulhosos das filhas trabalhadoras. Conforme destaca Maiara: *“Meu pai se sentiu muito orgulhoso de mim. Quando eu chego [em casa] contando alguma coisa a ele de diferente que eu fiz, ele fica todo orgulhoso. A gente tem tido uma relação bem melhor. A gente passou a conversar mais”*. Talita também aponta: *“você adquire respeito da sua família. Meu pai fala orgulhosíssimo que a filha está trabalhando. Ele criou um respeito, um orgulho por mim”*. O trabalho inaugura também uma nova fase em que as jovens passam a contribuir diretamente com o sustento da família, sendo muitas vezes, aquelas que mais contribuem com as despesas da casa. Este aspecto é revelado no depoimento de Jane: *“eu comecei a ajudar em casa em tudo, com relação a pagamento, a fazer as coisas em casa. Eu comecei a ajudar meu pai. A gente passou por uma situação muito difícil. Quando eu entrei aqui, meu pai teve que se encostar e teve uns*

problemas em casa. Eu estava sendo a única renda em casa". Nesse sentido, é possível pensar que a transição das jovens para o trabalho promove um crescimento da interdependência com suas famílias, não implicando um afastamento entre as jovens e seus familiares. Conforme indica Tanner (2006), ocorre um movimento de *re-equilíbrio nas relações de poder no interior da família*, na qual a regulação e o controle externo exercido pelos pais vão sendo progressivamente substituídos pela auto-regulação e pelo auto-direcionamento das próprias ações por parte das jovens. Deste modo, se fortalecem os vínculos familiares e os objetivos e necessidades coletivas passam a prevalecer em relação aos projetos individuais. De acordo com Punch (2002), as jovens vão construindo suas trajetórias de maneira compartilhada com suas famílias, enfatizando a interdependência e os valores relativos ao bem comum. Em tais circunstâncias, autonomia e dependência não são processos mutuamente exclusivos, podendo coexistir simultaneamente, envolvendo a tomada de decisões, a resolução conjunta dos problemas e a partilha de afetos e responsabilidades.

(2) Desafios

Um dos maiores desafios apontados pelas jovens entrevistadas foi a dificuldade de conciliar trabalho e estudo. Embora não deixem de valorizar a experiência escolar, considerada relevante para o alcance dos objetivos futuros, as jovens revelaram que Escola e o Trabalho se apresentam como dois *mundos distintos e distantes* um do outro e que disputam seu tempo, atenção e dedicação. Nesse sentido, a relação do trabalho com a escola foi apontada como geradora de tensões e desafios a serem superados. Diante das novas demandas, as jovens criam uma série de estratégias para superar as dificuldades encontradas no cotidiano. Dentre estas, destacam-se: *reorganização da rotina diária, definição dos horários para estudar; maior atenção durante as aulas; entrega das atividades nos prazos; aumento da frequência do estudo; solicitação de apoio dos professores para chegada ou saída das aulas em horários mais flexíveis; solicitação de apoio de colegas da escola na obtenção de informações e materiais para estudo; apoio de supervisores e colegas de trabalho para permitirem o estudo durante o horário de trabalho e para flexibilização dos horários de chegada e saída*. O depoimento de Jane destaca algumas destas estratégias: *"O horário que eu chegava do*

trabalho, à noite, era o tempo que eu tinha pra estudar. O que tinha pra fazer, eu fazia [à noite]. Na hora da aula, eu prestava bastante atenção. Aquilo era o que eu aprendia. Aí, eu anotava tudo. Às vezes, levava pro trabalho e estudava lá também quando estava em época de prova. E dava pra aprender, pra estudar direitinho. Dava tempo, entre duas e três horas [da tarde] era o tempo que eu tinha. [Desse jeito], minhas notas melhoraram” (Jane). Além dos esforços pessoais, a maioria das jovens também destacou os *professores* como elementos-chave para ajudá-las a enfrentar as novas demandas. Muitos professores ficam sensibilizados com a condição das jovens trabalhadoras, compreendem suas necessidades e se dispõem a colaborar, explicando mais detalhadamente os assuntos e flexibilizando os horários de chegada e saída das aulas para aquelas que necessitam se deslocar para lugares mais distantes. O depoimento de Maiara revela melhor este aspecto: *“Eu tenho me esforçado bastante para tirar boas notas na escola. Os professores sempre estão me ajudando quando eu tenho alguma dificuldade. Eu converso com [eles] e eles me ajudam. Eles acham legal a gente trabalhar. Eu acho que algumas das minhas notas melhoraram, tem notas que baixaram um pouquinho, mas eu consegui recuperar”.* Conforme sugere Bronfenbrenner (1996), estas estratégias evidenciam que as jovens têm um papel ativo nas escolhas e decisões tomadas no sentido de superar suas dificuldades e na busca de integrar os diversos contextos nos quais circulam. Seus relatos mostram, ainda, que a integração dinâmica dos ambientes do trabalho e da escola depende de interações que as jovens estabelecem com outros agentes significativos presentes nestes ambientes.

(3) Oportunidades

Os depoimentos das jovens trabalhadoras indicam que a experiência de inserção laboral na condição de aprendiz representa a abertura de novas possibilidades associadas, sobretudo, com a vivência das relações intersubjetivas. Estes novos relacionamentos facilitam o acesso a novos conhecimentos, informações, formas de ver o mundo, opiniões e as apóiam na superação das dificuldades encontradas no cotidiano. O campo aberto por essas experiências configura uma *ampliação da rede social* da qual as jovens participam e incentiva a *negociação ativa de novos papéis e identidades*. Conforme revela Neuza: *“No começo, eu era assim egoísta, independente. Eu batia de frente com as pessoas.*

Eu achava que podia fazer tudo sozinha, não fazia nada junto com ninguém. Eu era muito 'eu', meu mundo, minhas coisas. Depois, eu passei a ser 'eu e alguém', a ser 'nós'. Agora eu posso ver as coisas de outro ângulo". A ampliação da rede de relações também acontece através do apoio ONG CIPÓ, importante na obtenção de emprego após o término do contrato de aprendizagem. O depoimento de Talita ilustra este aspecto: *"Hoje eu estou trabalhando em uma empresa de comunicação, com venda de classificados. Eles me convocaram para a entrevista por intermédio da CIPÓ. Então, eu acho que um ponto positivo é a oportunidade de crescimento que a gente tem, a relação que a gente cria com as pessoas, o mundo se abre. Eu acho que esse é um leque de opções que se abre pra você estar crescendo".* Através das interações vivenciadas e da ampliação da rede social da qual as jovens participam, elas vão negociando e construindo novas concepções acerca do mundo e de si próprias. Conforme sugerem Oliveira, Guanaes e Costa (2004), tais papéis e posições são dinâmicos e dialéticos, podendo modificar-se constantemente, a partir das relações e trocas cotidianas entre a pessoa e seu contexto. Nesse jogo de papéis, olhares e reconhecimentos mútuos, as jovens vão confrontando as percepções que têm de si mesmas com a maneira como os outros as percebem, vão negociando novas formas de se ver e ser vistas pelos outros, de se posicionar de forma diferente diante do outro, construindo para si mesmas novos papéis e identidades. Nesse sentido, conforme ressalta Zittoun (2004), os momentos de transição envolvem *transformações na identidade*, pois implicam um reposicionamento ou recolocação da pessoa no campo social e simbólico, criando novos objetivos, possibilidades e limitações para suas ações, configurando novos caminhos possíveis de serem percorridos pela pessoa.

Caminho compartilhado – A Experiência de Jane

No ir e vir destes processos é que podemos situar as trajetórias ou caminhos de inserção no trabalho construídos pelas jovens participantes deste estudo. Caminhos estes que emergem a partir do movimento dinâmico entre os *elementos constritores* que organizam e limitam as oportunidades colocadas para elas e a *negociação ativa* destes elementos pelas próprias jovens. Embora o macrocontexto se apresente como eminentemente limitador de oportunidades, existe *heterogeneidade* nos caminhos construídos, pois cada jovem vivencia

distintamente o processo de transição laboral. Os percursos podem ocorrer de maneira mais ou menos acidentada, com diferentes graus de desafios e oportunidades. Dois elementos se destacam na forma como as jovens mulheres entrevistadas negociam seus caminhos de inserção laboral e lidam com as adversidades que lhes são apresentadas: a *interdependência com suas famílias* e a *orientação temporal voltada para o momento presente*. O caso de Jane, relatado a seguir, ilustra a construção que a jovem vai fazendo do seu percurso.

“Eu não consigo pensar no futuro, eu só penso no agora” – Jane

Jane é uma jovem negra de 18 anos, que mora com os pais e a irmã em um bairro localizado na periferia de Salvador. Seu pai é mecânico e a mãe, dona de casa. Sua família passou por muitas dificuldades socioeconômicas devido a um problema de saúde do pai, que sofreu acidente de trabalho e teve que parar de trabalhar, ficando sem remuneração por um período de aproximadamente oito meses. Foi um período muito difícil e, durante alguns meses, a sobrevivência da família dependeu quase exclusivamente do salário que Jane recebia como aprendiz (R\$ 120,00) e da ajuda de parentes próximos, especialmente sua avó. Foi neste período que Jane começou a participar do programa de aprendizagem oferecido pela ONG *CIPÓ*. Considerou o período na *CIPÓ* como uma preparação para o trabalho na empresa. Após a formação inicial, Jane foi trabalhar como aprendiz na biblioteca de uma faculdade particular. Ela relata que *“tudo que tinha que fazer na biblioteca, aprend[eu] rápido”* e *“aí, ficou fácil”*. Jane também conta que *“no início, acho[u] que as pessoas de lá faziam uma distinção comigo porque eu era menor aprendiz”*. Os colegas da biblioteca não a tratavam como funcionária realmente, diziam sempre que ela era *‘menor aprendiz’*, como se Jane não fizesse parte da equipe de funcionários da faculdade. Entretanto, com o passar do tempo, ela percebeu uma mudança nesse tratamento e considera que seus colegas passaram a ver *“que não tinha uma diferença entre o que eu fazia e o que eles faziam, porque era o mesmo trabalho”*. Jane diz que a única diferença era a carga horária, pois ela trabalhava meio turno e os colegas turno integral. Depois de um tempo, portanto, os colegas passaram a considerá-la *“realmente funcionária da faculdade”*. Todavia, Jane considera que o relacionamento com os colegas era muito bom, pois sempre lhe davam apoio na hora de realizar o trabalho, tirando dúvidas e ensinando o que precisava ser feito. No departamento de pessoal da

faculdade, trabalhava a funcionária Edilza com quem Jane construiu um vínculo mais forte de afetividade. Edilza se tornou uma espécie de *mentora* da jovem, a quem Jane recorria quando tinha alguma dúvida ou problema. Edilza depositava grande confiança nela, uma confiança que a própria Jane ainda não demonstrava em relação a si mesma. Sobre o que aprendeu no trabalho, Jane revela que *“adquiri[u] bastante responsabilidade, [aprendeu] a [s]e comprometer com o que estava fazendo, (...) uma coisa importante”*. Além disso, ela revela que passou a *“ter mais confiança”* em si mesma e a *“dar valor às coisas que faz”*. Em casa, Jane começou a *“ajudar em tudo”*, principalmente pagando contas e sustentando a família, pois *“por um tempo, foi a única [pessoa com] renda em casa”*. Atualmente, também ajuda a irmã mais velha – que está desempregada – a pagar um curso de culinária. O dinheiro recebido através do salário era dado a sua mãe para administrar. A mãe pagava as contas necessárias e retirava uma parte para Jane. A jovem considera que sua mãe *“podia administrar melhor o dinheiro”* do que ela própria. Quando terminou o contrato de trabalho como aprendiz, Jane foi contratada para atuar na secretaria da mesma faculdade, fazendo controle dos horários de chegada e saída dos professores. Neste emprego ela continua até hoje.

Jane tem uma relação bastante próxima com sua família estendida, especialmente com os tios e primos e com a avó, que ela define como *“o centro da família”*. Ela conta que sua família é *“tão unida que, se uma pessoa tem algum [problema], parece que você vai sentir aquilo também, fica com aquela preocupação com a pessoa”*. A avó tem um terreiro de candomblé e ajuda toda a família, emprestando bens e recursos, atuando na mediação de conflitos entre os familiares. A casa na qual Jane reside com os pais e a irmã pertence à avó. Mas, apesar de não pagarem aluguel, a mãe de Jane sonha com uma casa própria. Então, ela se esforça para realizar o sonho da mãe, que também parece ser o seu.

Em relação à escola, Jane já concluiu o Ensino Médio, mas relata que, quando estava trabalhando e estudando sentia-se cansada e o ritmo era puxado. Por isso, no início, suas notas caíram um pouco. Mas, ela aprendeu a organizar os horários dedicados ao estudo. Estudava sempre que chegava do trabalho, das oito às dez horas da noite. Na hora da aula, também prestava mais atenção às explicações dos professores e fazia muitas anotações. Em época de prova, estudava também durante o horário de trabalho, nos momentos em que a

biblioteca estava tranqüila. Jane já prestou alguns vestibulares na UFBA, cada um deles para cursos diferentes (Psicologia, Biblioteconomia e Comunicação) e não passou.

Quando pensa sobre perspectivas de futuro, Jane diz que *“não consegue pensar no futuro, só, consegue pensar no agora”*. No entanto, afirma também que *“quer ter um lugar para [ela]”, “quer ter um carro”, “quer ter estabilidade financeira”*. Quando pensa mais um pouco, revela *“uma coisa que eu quero fazer é ter condições de um dia fazer uma casa pra minha mãe”*, demonstrando, assim, que compartilha seus projetos com seus familiares, priorizando as necessidades e interesses comuns.

Considerações finais

Este estudo voltou-se para compreender melhor o processo de inserção laboral de jovens mulheres egressas de um programa de aprendizagem, implementado por uma ONG em Salvador, destacando os significados que as jovens atribuem a suas experiências. Para isso, explorou as mudanças e desafios experimentados nas relações e papéis que desempenham. Analisou, também, a relação entre a inserção laboral e outros contextos presentes na vida, tais como a família e a escola.

O estudo ressaltou as fragilidades presentes na dinâmica das oportunidades oferecidas as jovens na nossa sociedade, que limita a inserção social e profissional, especialmente das mulheres oriundas de camadas populares. As jovens entrevistadas relataram que a transição para o trabalho representa um catalizador de mudanças, desafios e oportunidades em suas vidas. As mudanças apontadas atuam de maneira sistêmica, favorecendo a ampliação da rede social das jovens e o aumento da auto-confiança em relação a si mesmas. A inserção laboral acarreta ainda mudanças no âmbito das relações interpessoais, possibilitando a formação de novos vínculos significativos entre as jovens e outras mulheres adultas, fora do ambiente familiar.

Entre os desafios relatados, destacou-se a dificuldade de conciliar trabalho e estudo. As jovens entrevistadas, entretanto, revelaram enorme criatividade na busca de superação deste desafio, desenvolvendo para isso uma série de estratégias. No âmbito das relações familiares, conforme ressalta Punch (2002), há uma busca de equilíbrio entre as demandas da família e as ambições pessoais,

caracterizando um processo de interdependência. Esta situação prevalece entre as jovens que vivenciam no cotidiano as dificuldades econômico-financeiras de suas famílias e partilham com elas a responsabilidade pelo bem-estar coletivo. O percurso de transição de Jane demonstra esta perspectiva e vai sendo delineado a partir das necessidades e interesses que se colocam no momento presente para sua família.

Nesse sentido, é possível pensar que o percurso construído por estas jovens resulta de uma negociação das oportunidades que estão dadas no momento presente e é compartilhado com suas famílias. Suas decisões e escolhas quanto ao futuro pessoal encontram-se postergadas ou colocadas em suspenso em função da vivência compartilhada do presente como a melhor escolha possível, dadas as circunstâncias. Seus sonhos são quase sempre também os sonhos de suas famílias, suas responsabilidades familiares são grandes e estão em primeiro plano nas suas preocupações. O relato das jovens revela, assim, que a negociação dos *elementos constritores* que se apresentam no contexto se dá de maneira interdependente, não se coloca desde uma perspectiva individualizada (Punch, 2002). Diante das contingências, a maioria das jovens prioriza o trabalho e posterga a continuidade dos estudos e apenas uma das entrevistadas conseguiu entrar na universidade. As decisões e escolhas destas jovens, portanto, devem ser entendidas no âmbito do contexto mais amplo de inter-relação com outras dimensões de suas vidas. Conforme indicam Rossetti-Ferreira, Amorim, Silva & Carvalho (2004), são escolhas interdependentes que refletem a maneira pela qual as jovens se colocam diante dos elementos constritores e das expectativas e responsabilidades presentes no seu contexto, negociando e agindo de forma a coordenar e equilibrar suas necessidades pessoais com as de suas famílias.

Referências bibliográficas

Arnett, J. J. (2000). Emerging adulthood: A theory of development from late teens through the twenties. *American Psychologist*, 55, 469-480.

Bardin, L. (1977). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: Experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artes Médicas (original publicado em 1979).

Bronfenbrenner, U. (2001). The bioecological theory of human development. Em U. Bronfenbrenner (Ed.): Making human beings human: Bioecological perspectives on human development, (pp. 3-15). London: Sage.

Bronfenbrenner, U., & Evans, G. W. (2000). Developmental science in the 21st. century: Emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. Social Development, 9, 115-125.

Camarano, A. A. (2006). (Org) Transições para a vida adulta ou vida adulta em transição? São Paulo: IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

Cecconello A. M., & Koller, S. H. (2003). Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. Psicologia: Reflexão e Crítica, 16, 511-542.

Charmaz, K. (2006). Constructing grounded theory. London: Sage.

Cowan, P. A. (1991). Individual and family life transitions: A proposal for a new definition. Em P.A. Cowan & E. M. Hetherington. Family transitions, (pp. 03-30). Hillsdale: Lawrence Earlbaum Associates

Dayrell, J. (2007). A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. Educação e Sociedade, 28 (100) – Especial, 1105-1128.

Evans, K. (2007). Concepts of bounded agency in education, work, and the personal lives of young adults. International Journal of Psychology, 42(2), 85-93.

Fundação Perseu Abramo (2005). Perfil da juventude Brasileira. Disponível em: <www.projetojuventude.org.br/novo/assets/perfil_juventude_brasileira.ppt#1> Acesso em: 20 de abril de 2007.

Guimarães, N. A. (2005). Trabalho: uma categoria chave no imaginário juvenil? Em: H. W. Abramo & P. P Branco (Orgs), Retratos da juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional, (pp. 149-174). São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

IBASE/POLIS (2006). Diálogo nacional para uma política de juventude, Rio de Janeiro: IBASE. Disponível em: <www.ibasebr/userimages/dialogo_juv_final21.pdf> Acesso em: 20 de outubro de 2007.

Marques, M. (2006). A passagem para a vida adulta: várias janelas para uma mesma paisagem. Dissertação de Mestrado não-publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA.

Oliveira, Z. M. R., Guanaes, C. & Costa, N. R. A. (2004). Discutindo o conceito de “jogos de papéis”: uma interface com a “Teoria do Posicionamento”. Em: M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. Silva & A. M. A. Carvalho (Orgs.), Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano, (pp. 69-80). Porto Alegre: Artes Médicas.

Pais, J. M. (2003). Multiple faces of the future in the labyrinth of life. Journal of Youth Studies, 6, 115-126.

Pochmann, M. (2007). Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos dez anos. São Paulo, Fevereiro. Disponível em: <<http://www.cursodeveraofortaleza.com.br/2007/Textos/Situa%E7%E3o%20do%20Jovem%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf>> Acesso em: 17 de junho de 2008.

Punch, S. (2002). Youth transitions and interdependent adult-child relations in rural Bolivia. Journal of Rural Studies, 18, 123-133.

Rossetti-Ferreira, M. C., Amorim, K. S., Silva, A. P. S. & Carvalho, A. M. A. (2004). Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artes Médicas.

Schulemberg, J. E., Bryant, A. L. e O'Malley, P. M. (2004). Taking hold of some kind of life: How developmental tasks relate to trajectories of well-being during the transition to adulthood. Development and Psychopathology, 16, 1119-1140..

Sposito, M. P. (2005). Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: Abramo, H. e Branco, P. P. (Org.) Retratos da juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional, (pp. 87-128). São Paulo: Fundação Perseu Abramo

Stake, R. E. (1994). Case Studies. Em N. Denzin & Y. Lincoln (Orgs.). Handbook of qualitative research (pp.236-247). London: Sage.

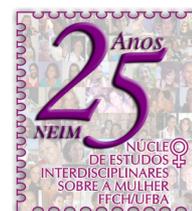
Tanner, J. L. (2006). Recentring during emerging adulthood: a critical turning point in life span human development. Em J. J. Arnett & J. L. Tanner (Orgs.) Emerging adults in America: Coming of age in the 21st Century, (pp.21-55). Washington: American Psychological Association

Valsiner, J. (2000). Culture and Human Development. London: Sage.

Vigotsky, L. I. (1935/2000). A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

Zittoun, T. (2003). The use of resources in developmental transitions. Culture & Psychology, 9(4), 415-448.

GT- Família e Geração
Isadora Browne Porciuncula de Moraes Ribeiro*
FACED/ UFBA



Meninas de apipucos

Introdução

Ainda na busca de fontes que possam ajudar a direcionar pesquisa sobre a História da Menina no Brasil, inclusive e principalmente estabelecendo qual o diferencial que se pode identificar com relação a meninos, volto à obra *Intérpretes do Brasil*, organizada pelo professor Silvano Santiago, lançada por ocasião das comemorações dos 500 Anos do dito Descobrimento, a qual reúne, sob auspícios oficiais, 12 clássicos por ele alçados à condição de essenciais para a compreensão da cultura nacional. Nos volumes 2 e 3, encontram-se as três obras de Gilberto Freyre que exploramos neste momento de nossa garimpagem: *Casa Grande e Senzala*, *Sobrados e Mucambos*, *Ordem e Progresso*.

Apropriadamente, são as obras apresentadas sob o sub-título *Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil*, nisso seguindo a percepção de editores europeus que leva a “[...] que os editores de Londres dos três só os apresentem à venda em conjunto sob o critério de constituírem juntos uma história geral da civilização brasileira.” (FREYRE, 1936, p. 649), conforme registro do autor no prefácio à 6ª edição de *Sobrados e Mucambos*.

Como utilizo apenas os volumes de Silvano Santiago⁶ como base para as citações, e como as obras estão em dois volumes distintos, adotarei a data de publicação de cada uma das três obras, como diferencial.

Com essas suas obras, o autor cobre a história brasileira desde o início da ocupação do território pelos portugueses até a primeira metade do século

* Mestra em Educação pela FACED/UFBA; Especialista em Direitos Humanos pela EU/MP; licenciada em História pela UCSal. Monografia na Especialização e Dissertação no Mestrado com foco nos Direitos da Criança. Interesse em Doutorado em torno da História da Menina.

⁶ Mais uma vez a partir de uma leitura inicial feita por minha mãe, Esther Porciuncula de Moraes, que ajudou bastante na identificação de passagens significativas.

XX. É possível dizer que Gilberto Freyre, em todo este tempo, trata do Brasil de relações escravistas, mesmo porque a pena de ouro da Princesa não vai conseguir eliminar estas relações, ousou afirmar. Elas ainda estão presentes.

Recentemente, por exemplo, em matéria que relata estar o governo federal “ameaçando” enviar ao Congresso proposta de emenda constitucional que visa garantir aos trabalhadores domésticos os direitos há muito assegurados aos demais, o Jornal Folha de São Paulo estampa o depoimento da presidente do Sindicato dos Empregadores Domésticos do Estado de São Paulo, a senhora Margareth Galvão Carbinato: “Muitas vezes, a patroa nem está em casa para ver quanto a empregada trabalhou, se ficou lendo revista ou assistindo à televisão (...) Se saio para trabalhar, como vou saber se minha empregada trabalhou?” (ROLLI e FERNANDES, 2008, p. 01). Eu perguntaria, caso a questão não fosse muito mais séria: seriam as atuais donas de casa menos capazes, em sua função de capatazes, que suas ancestrais?

Na mesma matéria, a doméstica Maria Gorette, que está, muito justamente, processando os patrões, por falta de registro em sua carteira de trabalho, conta que “Em uma situação, dei uma opinião e o patrão disse: ‘Você entende de faxina, e eu, de gente’” (ROLLI e FERNANDES, 2008, p. 01). Em tempo, seu retrato mostra que ela é negra. A matéria, capa do caderno Dinheiro, em seu título deixa claro o real “problema”: *Sem discriminar domésticas, custo dobra.*

No Brasil, pelo menos, o trabalho doméstico preserva as características desta relação que veio da casa grande, passou pelo sobrado e ajudou a estabelecer a ordem para que houvesse o progresso, inclusive do feminismo. “O trabalho doméstico remonta à época da escravidão, [...]” é o que assegura a companheira Creuza Oliveira, em artigo publicado no último dia cinco de outubro, sobre esta questão, quando reforça a necessidade de acompanhar a tramitação da PEC no Congresso. (OLIVEIRA, 2008)

A dificuldade de dialogar com um autêntico representante deste patriarcalismo, com seu olhar, por vezes até generoso, mas sempre originário dos salões da casa grande, das janelas do sobrado, e utilizando as lentes científicas da época, as da eugenia, é enfrentada por esta mulher do século XXI, que se propõe a compreender o mundo de outros lugares por dois motivos básicos. Em primeiro lugar, por tratar-se de um clássico, leitura obrigatória de

muitas gerações, portanto fonte que precisa ser discutida, especialmente na perspectiva de relações de gênero. Depois, pela riqueza de fontes primárias e bibliográficas que o autor indica, como possibilidade de outras leituras.

Uma das mais difíceis travessias, quando a perspectiva é a das relações de gênero, diz respeito ao posicionamento adotado pelo autor ao longo dos três textos, que pode ser exemplificado com a reiterada defesa da necessidade e/ou naturalidade da poligamia, tal como quando se refere “[...] ao desejo sexual, tão difícil de satisfazer no homem com a posse de uma só mulher; [...]” (FREYRE, 1933, p. 252). Para uma perspectiva de trabalho historiográfico, problema, embora de menor teor, é o assumido desinteresse do autor pela exatidão de datas: “Cronologicamente exato nenhum dos dois ensaios [Casa Grande e Senzala e Sobrados e Mucambos] pretende ser. Em nenhum deles os fatos são estudados a prazo fixo, isto é, entre datas determinadas ou inflexíveis.” (FREYRE, 1936, p. 673). No entanto, reconhecemos que é sempre possível buscar referências que levem à determinação necessária.

Apresento, na presente comunicação, as impressões de uma leitura dirigida para buscar referências à menina brasileira. Esta leitura tenta ser sempre atenta não só para a posição patriarcal, de elite de Gilberto Freyre, como também para o fato de que ele, embora não ignore as variáveis de classe, étnicas e das relações de gênero, de resto impossíveis de serem desprezadas no contexto que ele trabalha, a variável de gênero aparece com pouca relevância quando se trata do mundo infantil. A visão é, quase sempre, de criança e menino de uma forma generalizada, com poucos momentos em que a menina aparece com especificidade. Talvez isto possa ser conjugado com a frequência com que mulheres e crianças aparecem juntas sob o jugo do homem adulto.

É preciso ainda dar algum desconto diante de afirmativas não raro impositivas mas que dizem respeito a todo o Brasil, em algumas generalizações que ignoram singularidades regionais, como quando ele afirma:

Quase tudo que vem aqui transcrito [...] sobre o Rio Grande do Sul, poderia ter sido escrito sobre Alagoas ou Pernambuco, sobre a Bahia ou sobre Sergipe, sobre o Rio de Janeiro ou São Paulo, sobre o Pará ou Maranhão, considerados nas formas ou estilos de sua formação social que foi, em todas essas províncias mais antigas, a patriarcal, a escravocrática, a de raízes principalmente lusitanas ou açorianas. (FREYRE, 1936, p. 697).

Como estamos tratando de crianças, mais precisamente de meninas, é ainda oportuno registrar outra impressão marcante, esta diretamente ligada à infância:

É surpreendente o caso sociológico dos jogos e brinquedos: foram os mesmos ou quase os mesmos entre os meninos brasileiros dos fins do século XIX e dos começos do XX, do Norte ao Sul do País. Os mesmos nas suas formas com pequenas variações regionais de conteúdo. Os mesmos em várias regiões e quase os mesmos entre os meninos de diferentes classes, [...] (FREYRE, 1959, p. 332)

Isto mesmo que o autor reconheça “Que existem no Brasil consideráveis diferenças de região para região e até de sub-região para sub-região ou de província para província, nenhum estudioso de Ciência Social familiarizado com a situação de nosso país é capaz de negar.” (FREYRE, 1959, p. 697). Ao lado disto, há ainda algumas afirmativas estereotipadas a respeito de regiões onde o autor não viveu e das quais tem notícias.

Casa Grande e Senzala

Para dirimir qualquer dúvida a respeito do lugar de onde fala o escritor, ele identifica a “[...] casa grande, [sendo] completada pela senzala [...]” (FREYRE, 1933, p.131). Delimita, com clareza, a importância relativa de cada espaço. Desta casa grande, afirma que

[...] representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o ‘tigre’, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrio). (FREYRE, 1933, p. 131)

É sobre este universo, fortaleza no século XVI, praticamente um convento nos dois séculos seguintes que o autor vai trabalhar, e nele esta comunicação vai entrar, pois a obra dá relevância ao sistema familiar, considerando que, “Vivo e absorvente órgão da formação social brasileira, a família colonial reuniu, sobre a base econômica da riqueza agrícola e do

trabalho escravo, uma variedade de funções sociais e econômicas.” (FREYRE, 1933, p. 170).

Por outro lado, vale registrar, ainda no prefácio à primeira edição da obra, passagem significativa do desinteresse ou ignorância com relação a variável de gênero ao se tratar da criança, quando, comentando cantigas de ninar, Freyre utiliza o exemplo de uma cantiga que pede: “Senhora Sant’Ana, / ninai minha filha; [...]” (FREYRE, 1933, p. 133). A chamada para a cantiga, no entanto, é: “E a Sant’Ana de ninar os menininhos de colo” (FREYRE, 1933, p. 133). Parece claro que, ao menos quanto ao período da infância, o autor não vê grande diferença de gênero.

Em outro momento, trata-se de “[...] concepção que um amigo nosso recolheu há alguns anos de uma criança de seis anos [...] Quase toda criança brasileira, mais inventiva ou imaginosa, cria [...]” (FREYRE, 1933, p. 264-265). Neste trecho, fica claro que, personalizando ou na generalização, descuida-se da variável de gênero.

Estamos no capítulo que trata da contribuição indígena, a qual, mesmo quando caracterizada como positiva, continua vindo, para o “colonizador europeu”, desta “cultura primitiva” destas “raças chamadas inferiores” que é a dos “selvagens do Brasil”. Outra dificuldade inegável a ser transposta, por mais que tentemos nos lembrar do momento científico então vivido.

Aqui, descrevendo “[...] as primeiras cerimônias em torno do nascimento do filho: ai penduravam, no caso de ser macho o recém-nascido, um arco com flechas e ‘molhos d’ervas’.” (FREYRE, 1933, p. 266). Nenhuma referência ao que se adotava para a menina, embora o texto deixe claro que todas as crianças eram protegidas dos maus espíritos. Mais adiante, encontramos a rápida referência de brinquedos de barro feitos pelas mães para as crianças em que as figuras humanas eram predominantemente femininas. Seria interessante aprofundar um pouco tal informação.

Do português, apresenta-se uma definição lapidar: “Na falta de sentimento ou da consciência da superioridade da raça, tão salientes nos colonizadores ingleses, o colonizador do Brasil apoiou-se no critério da pureza da Fé.” (FREYRE, 1933, p. 321). Lamentável, parece dizer o autor, que desta superioridade não se dêem conta...

Tratando dos africanos e afro-descendentes, Gilberto Freyre apresenta, com grande desenvoltura, todas as teorias sobre inferioridade ou superioridade de raças, analisando os negros que vieram para o Brasil a partir dos variados critérios que identifica, tais como a forma do crânio, ou das “[...] possibilidades da influência do clima fazer-se sentir sobre o caráter racial através das glândulas endócrinas.” (FREYRE, 1933, p. 401), sem esquecer de mencionar “[...] sua cultura fetichista e totêmica, [...]” (FREYRE, 1933, p. 456), razão pela qual

Não se pergunta aos escravos se querem ou não ser batizados; a entrada deles no grêmio da Igreja Católica é considerada como questão de direito. Realmente eles são tidos menos por homens do que por animais ferozes até gozarem do privilégio de ir à missa e receber os sacramentos. (FREYRE, 1933, p. 454)

A tais considerações, acrescentem-se aquelas referentes a uma série de análises em torno de diferenciados níveis de cultura dos estoques de negros importados. Segundo ele, “Puderam os senhores de engenho do Norte dar-se ao luxo de importar escravos mais caros.” (FREYRE, 1933, p. 414). O mais caro seria não só o de cultura mais adiantada mas o que poderia ter até alguma relativa beleza, ao contrário daquele, “O de energia bruta, animal, [...] resistente, forte e barato.” (FREYRE, 1933, p. 414), próprio para lavoura e de características quase simiescas.

E é aqui, neste capítulo, que o autor chamou, não por acaso, *O escravo negro na vida sexual e de família do brasileiro*, que encontramos uma referência que pode oferecer uma pista significativa. Comentando a relação entre a criança e o habitual escravo do mesmo sexo e idade próxima que costumava lhe ser dado para acompanhá-la no seu crescimento, várias vezes ele pontua as brincadeiras mais habituais. As do sinhozinho com seus companheiros. Mesmo que o informe seja de que crianças dos dois sexos recebem companhia, o texto não se detém sobre que tipo de brincadeiras que seria habitual entre elas.

A certa altura, registra-se que uma das opções era brincar de carro puxado por cavalos, no caso “[...] ‘com muleques e até molequinhas filhas das amas’ servindo de parelhas.” (FREYRE, 1933, p. 440). Há também o registro, que pode ser exagerado, de que o menino, tendo sofrido bastante na primeira infância, vingava-se “[...] tornando-se dos cinco aos dez anos verdadeiro menino-

diabo.” (FREYRE, 1933, p. 467). Daí que desenvolve brincadeiras inclusive sádicas, como a do beliscão, “Oferecendo aos meninos larga oportunidade de beliscarem de rijo as primas ou as crias da casa, [...]” (FREYRE, 1933, p. 467) em uma demonstração de assimetria de gênero no universo infantil da casa grande. Quase desnecessário pontuar a reprodução do patriarcado também desde as relações infantis, a menina desde cedinho “aprendendo” a ser objeto.

A assimetria acentua-se quando, alongando-se por cerca de seis páginas sobre o que considera “[...] vícios de educação, talvez inseparáveis do regime de economia escravocrata, [...]” (FREYRE, 1933, p. 473), o autor trata tão somente da educação recebida pelos meninos – aqui, com clara de distinção de gênero – em nenhum momento fazendo qualquer referência a menina, a não ser como destinatária do sadismo permitido e, quem sabe, estimulado.

Aliás, iniciando o capítulo seguinte, dito continuação do anterior e de mesmo nome, continua Gilberto Freyre a tratar de meninos e rapazes, sua inserção no mundo adulto e sua educação, ignorando as meninas. Continua a tratar do cotidiano colonial, costumes e vestes, e, mais uma vez, segue a linha patriarcal, com rápidas pinceladas sobre mulheres, mas principalmente sobre o quanto sofriam os meninos submetidos a regras, nada sobre meninas.

Páginas e páginas depois, eis que finalmente encontramos referência a elas, resumida a pouco mais de um parágrafo. A frase inicial é cristalina: “À menina, a esta negou-se tudo que de leve parecesse independência.” (FREYRE, 1933, p. 512). Ela devia ser humilde, acanhada, respeitosa, vivendo sob a tirania do pai, substituída, mais tarde, pela do marido, e, ao fim e ao cabo, pela tirania do silêncio da história. Por um passe de mágica, quase, já se começa a falar de mulheres, em suas relações sob a tirania conjugal. Volta-se então a discutir a indolência dos senhores, sua preocupação com os rituais religiosos, que não impedia a exacerbada atividade sexual, em muito estimulada e protagonizada pela escravaria. A insistência em ressaltar esta sexualidade à flor da pele de homens – apenas ressaltando as mulheres afro-descendentes – é a marca do fim do livro, que reafirma: “O intercuro sexual de brancos dos melhores estoques [...] com escravas negras e mulatas foi formidável. [...] O grande problema da colonização portuguesa no Brasil – de

gente – fez com que entre nós se atenuassem escrúpulos contra irregularidades de moral ou conduta sexual.” (FREYRE, 1933, p. 529).

Encerra-se o livro tratando, daquela forma convencional que ultimamente estamos revendo, das tradicionais contribuições dos negros, presentes nos nossos livros de primário. Primeiro, a culinária. Em suas palavras, “Um traço importante da infiltração de cultura negra na economia e na vida doméstica do brasileiro [...]” (FREYRE, 1933, p. 538). Depois, a alegria do escravo, que seria o contraponto à melancolia portuguesa, caminho aberto para que se incorporasse à nossa cultura a visão do negro bom de bola e de samba. De cama, também...

Tesouro complementar se estende da página 563 até a 605. Trata-se da Bibliografia, que exige um mergulho cuidadoso, quem sabe para a descoberta de pérolas cultivadas por ele e que poderão adornar estudos que façamos.

Sobrados e Mucambos

As relações sociais, tais como se desenvolviam na casa grande, entre esta e a senzala, entre ambas e o público externo alteram-se. É

Quando a paisagem social começou a se alterar, entre nós, no sentido das casas grandes se urbanizarem em sobrados mais requintadamente europeus, com as senzalas reduzidas quase a quartos de criados, [...] as aldeias de mucambos, os ‘quadros’, os cortiços crescendo ao lado dos sobrados, mas quase sem se comunicarem com eles, [...] novas relações de subordinação, novas distâncias sociais começam a se desenvolver entre o rico e o pobre, entre o branco e a gente de cor, entre a casa grande e a casa pequena. Uma nova relação de poder que continua, entretanto, a ser principalmente o dos senhores e dos brancos, dos homens. (FREYRE, 1936, p. 659-660).

Por outro lado, há também uma nova relação de maior antagonismo “Entre meninos criados em casa e muleques criados na rua (sem a velha zona de confraternização entre as duas meninices que fora a bagaceira nos engenhos).” (FREYRE, 1936, p. 660). Mesmo que aqui o autor trate mais claramente de meninos, é de se estender a informação para as relações com e entre as meninas.

O capítulo denominado O pai e o filho trata da autoridade absoluta do patriarca, inclusive sobre a vida do menino. Ao longo do capítulo, uma avaliação bem interessante do que ele elogia como ação disciplinadora dos

colégios de padres e seminários, responsáveis, também, pelo reforço ao sistema patriarcal.

Apesar de, na maior parte do tempo, tratar-se, com muita clareza, do menino, há algumas referências mais amplas que podem ser vistas como pertinentes também a meninas. É o caso do regozijo de mães com a morte de crianças ainda em idade angélica, ou quanto à finalidade da educação doméstica, “[...] no empenho de quebrar a individualidade da criança, visando adultos passivos e subservientes.” (FREYRE, 1936, p. 784). Nas duas questões, contradições a serem exploradas. De um lado, mesmo que tendo lugar garantido no paraíso, é difícil compreender tanta satisfação diante da morte da criança, mesmo em famílias muito numerosas. Por outro, há que se avaliar esta história de criar adultos, todos passivos. Quem iria suceder o patriarca?

Já tratando de outros temas, vamos encontrar meninas em rápidas situações. Uma diz respeito a roupas, informando a opinião de um médico da época: “A maneira de trajar das meninas do Brasil como a da generalidade das senhoras, é sobremodo defeituosa.” (FREYRE, 1936, p. 827). Fica claro que se costumava vestir meninas como miniaturas de mulheres. Considerava ele o guarda-roupa feminino impróprio. Roupas muito decotadas assim como aquela muito justas levariam a sacrificar a saúde. “As condições anti-higiênicas de vestuários se prolongavam quando a menina era confiada aos recolhimentos ou colégios [...]” (FREYRE, 1936, p. 828).

A situação dizia respeito ao fenômeno que Freyre denomina processo de *reeuropeização* da sociedade brasileira a partir do início do século XIX, que leva novamente à insistência em adotar a moda européia, a despeito das condições climáticas completamente distintas, situação esta que, para o autor, martiriza principalmente as crianças.

As meninas, sobretudo. Os figurinos dos meados do século XIX vêm cheios de modelos de vestidos para meninas de cinco, sete, nove anos, que eram quase camisinhas-de-força feitas de seda, de tafetá ou de *'pois de chèvre'*. Meninas de cinco anos que já tinha de usar duas, três saias por cima das calçolas as de baixo bordadas com 'ponto de espinhos' e guarnecidas com três ordens de fofos. E não só excessos de saias: gorra de veludo preto. Botinas de pelica preta até o alto da perna. Penas de perdiz enfeitando a gorra. (FREYRE, 1936, p. 991,992)

Descrição bastante forte, inclusive porque não há o cuidado com um contraponto de como se vestiriam as meninas pobres, embora devessem ser também miniaturas, mas não em modelos de figurinos.

Outro médico, o Correia de Azevedo, produz, a respeito da saúde da menina, um colar de pérolas científicas tão cultivadas que não resisto a tentação de reproduzir:

[...] a menina brasileira, desde criança de peito alimentada inconvenientemente 'aos seios de uma ama de raça africana ou indígena, no geral mulheres sujeitas a moléstias crônicas da pele, hereditárias ou não', crescia entre inimigos que em vez de a protegerem, prejudicavam-na, sob a forma de 'carinhos, de sorriso, e de um demasiado amor que enerva'. (FREYRE, 1936, p. 828).

Não seria de espantar, portanto, que elas crescessem fracas e com facilidade para adquirir doenças. Manifesto preconceito étnico e de classe, a que se junta o desprezo pelas manifestações amorosas, vistas como próprias de mulheres, ou seja, enfraquecedoras.

Ordem e Progresso

O livro tem uma singularidade interessante. Além de utilizar documentos da época e livros escritos por quem viveu o período, Gilberto Freyre utiliza depoimentos de pessoas brasileiras nascidas entre 1850 e 1900, conseguidos através de um questionário elaborado por ele, que solicita informações desde as recordações de infância de cada depoente. Dos quase 300 questionários que recebeu, o autor selecionou 183 depoimentos, cuja relação ele apresenta, na sua Nota Metodológica, chamando de Índice Biográfico. Uma primeira vista sobre o material nos oferece o panorama previsível de 157 depoimentos de homens para 26 de mulheres, sendo delas, portanto, apenas 14,20% das informações. Mais significativo ainda é prestar atenção à apresentação de cada um. Enquanto das mulheres 22 (quase 85%) são apresentadas em até três linhas, dos homens, recebem igual tratamento 58,6%, ou seja, 92 depoentes. Contra três apresentações bem grandes de mulheres (0,08%), a apresentação de 17 homens (9,7%) é bastante grande, algumas até ocupando mais de uma página.

Duas informações bem pertinentes, sobre o mundo infantil, referindo-se ao período que o autor chama “[...] de mil e oitocentos e tantos e de mil e novecentos e poucos: [...]” (FREYRE, 1959, p. 117) são a respeito de roupas e brinquedos. Ao comentar o quão desconfortáveis podiam ser para meninos e meninas os trajes “[...] importados da Europa ou copiados de figurinos europeus [...]” (FREYRE, 1959, p. 150), por serem, no mínimo, inadequados ao clima, Gilberto Freyre registra, com detalhes, a adoção da roupa de Marinheiro pelos meninos do início da República, embora não dedique sequer uma palavra para informar sobre as roupas das meninas. Tudo indica que, naquela época como de novo hoje em dia, as meninas estariam sendo vestidas como miniaturas de suas mães. Aos meninos era permitido, como de resto também em dias atuais, roupas mais infantis e distintas das usadas por seus pais.

Entre as páginas 214 e 226, recolhe-se as impressões infantis sobre a chegada da República. Os depoimentos de mulheres – apenas cinco – dizem respeito a posições monárquicas, conservadoras, mesmo que seja contra a posição política dos pais. As recordações masculinas, mesclando monarquistas e republicanos, chamam atenção para o fato de que, quase que sem exceção, os heróis destes meninos foram militares, seus brinquedos envolvendo batalhas. Nos depoimentos das mulheres, nenhum registro de atividades de brincadeira, a não ser no caso de Dona Ângela⁷, que oferece pitoresco episódio:

Ela, Ângela, teve quando menina uma boneca que emprestava aos propagandistas da República [...] para suas procissões republicanas. Era uma boneca ‘vestida com a indumentária da figura da República Francesa’. [...] Ângela só fazia emprestar sua boneca aos republicanos. Não participava das suas passeatas. Como o pai, era monarquista. (FREYRE, 1959, p. 224).

De fato, o primeiro impulso é o de tentar ter acesso ao depoimento de D. Ângela em sua totalidade, para ver se ela não oferece outras pistas. Afinal de contas, Ângela e a família não são republicanas, mas ela possui uma boneca reconhecida como caracterizada de república. Quem a teria presenteado? Por um lado, ela empresta para manifestações com as quais não concorda. Por outro, por que não vestiu a sua boneca com outra indumentária?

⁷ CORREIA DE MELO, ÂNGELA – N. interior, Província do Rio Grande do Sul, 1875. Curso primário. Estudos particulares. Desejou ser irmã de caridade. Doméstica. Formação católica. (FREYRE, 1959, p. 95)

A respeito do medo que tinha da República, Dona Carolina⁸ conta que isto se dava inclusive porque “[...] por esse tempo era um perigo as crianças [no Recife] saírem, mesmo para perto, pois apareciam homens dando brinquedos para enganá-las e levá-las para os Amorins a fim de [os Amorins] beberem o sangue [das crianças] e curarem-se de más doenças.” (FREYRE, 1959, p. 375). Quantas crendices reunidas para estabelecer o controle sobre as crianças!

Depoimento de Dona Ana Maria⁹ merece ser registrado, inclusive porque ela nasceu ainda escrava, “[...] tendo aprendido a coser, lavar e engomar [...] andava [quando menina] de camisola, descalça, correndo pelos cercados, pastorava carneiros, cabras e aves [...]” (FREYRE, 1959, p. 374). Não lhe sobrou, tudo indica, tempo para brincar.

A brincadeira é tão relevante para a formação da criança, o direito a brincar tão importante, que os depoimentos recolhidos, no que concerne às recordações infantis, enfatizam os registros sobre o assunto, uma feliz coincidência para quem como nós, busca construir um panorama da vida infantil.

Sobre brinquedos, a distinção é bem clara. As meninas brincam de bonecas, as quais, “[...] para as meninas de famílias ricas ou remediadas, eram importadas da Europa e em geral louras.” (FREYRE, 1959, p. 150). Assim, mais uma vez configurando uma permanência que explode nas Xuxas, Angélicas, Elianas e companhia, eis que as meninas brasileiras crescem consagrando como ideal de beleza o da loura de olhos azuis, tendo, por conseguinte, dificuldade em aceitar-se. Já os meninos se envolvem em brincadeiras menos europeizadas, pelo menos até o aparecimento do velocípede e da bicicleta para os meninos ricos, dos esportes como o futebol que podem ser adaptados a qualquer camada social.

Continua o autor a tratar de folguedos dos meninos, empinar pipas e jogar gude, por exemplo. Quanto a elas, “As meninas pulavam corda ou cantavam em roda: [...]” (FREYRE, 1959, p. 234). Comenta também que há brincadeiras comuns a meninos e meninas, como ‘pular carniça’ ou ‘academia’,

⁸ TAVARES SALES, CAROLINA – N. Capital, Província de Pernambuco, 1884. Curso primário. Doméstica. Formação católica.

⁹ CONCEIÇÃO, ANA MARIA – N. interior, Província de Pernambuco, 1865. Analfabeta. Doméstica. Formação católica.

“[...] mas sempre os meninos à parte das meninas.” (FREYRE, 1959, p. 234). A este respeito, Dona Virgínia¹⁰ “[...] recorda quais eram os brinquedos prediletos das meninas do seu tempo. Ciranda, Cirandinha, Senhora Viúva; mas também Cabra-Cega e Boca-de-Forno. Brinquedos que algumas iaiás consideravam de machonas.” (FREYRE, 1959, p. 235).

E voltamos a falar de bonecas, inclusive de que havia já as imitações de rituais adultos como os “batizados”, com comadres e tudo, e até do quanto, em sua hierarquia própria, espelham as diferenças sociais. Maria Joaquina¹¹,

[...] neta bastarda de certo grande senhor, [...] diz que as meninas pobres daquela parte do interior da então Província de Pernambuco que ela conheceu, brincavam com bonecas de pano. Mas brincar com boneca de pano era sinal de ser menina de gente inferior. Ela que bem ou mal nascera em sobrado não tolerou nunca boneca de pano: sempre brincou com boneca de louça. Boneca velha, já gasta de ter servido de filha a menina rica, mas de louça. Mesmo porque suas amigas e companheiras de brinquedo eram todas iaiás brancas [...] (FREYRE, 1959, p. 238)

Outros depoimentos confirmam o prestígio da boneca de louça, “Mas boneca toda de louça: nem sequer metade de louça e metade de pano, como havia algumas mais baratas que as só de louça [...]” (FREYRE, 1959, p. 238) aquelas loiríssimas e de olhos azuis de que já falamos antes. Dona Antônia Lins Vieira de Melo¹² conta que havia também as de cera, “[...] resultado de mãos hábeis no modelamento, principalmente nas feições simpáticas, mas sem os olhos azuis nem carmim nas faces: quase sempre bonecas pálidas e sem muita vida.” (FREYRE, 1959, p. 238), além daquelas de pano, vendidas na feira, estas últimas, como ela registra, mais duráveis e, por vezes, até de bom gosto.

Dona Josefa¹³ também “[...] depõe ter brincado apenas, quando menina rústica ou criança matuta, com boneca e dentro de casa, desde que sua mãe, ainda que pobre, a prendia muito.” Para contrapor a meninice de Dona Josefa,

¹⁰ CAVALCANTE, VIRGÍNIA – N. interior, Província de Pernambuco, 1879. curso primário. Estudos de corte. Costureira. Formação católica. (FREYRE, 1959, p. 95)

¹¹ CONCEIÇÃO, MARIA JOAQUINA – n interior, Província de Pernambuco, 1885. Analfabeta. Quis ser freira. *Médium* vidente profissional. Formação católica seguida de orientação espiritualista.

¹² De Dona Antônia, paulista nascida em 1879, não transcrevo o registro no Índice Biográfico, por ser ela uma das três mulheres contempladas com registros longos.

¹³ LUZ, JOSEFA MARIA DA – N. interior, Província de Pernambuco, cerca de 1880. Analfabeta. Quis ser costureira: declara-se “remendona”, isto é, costureira de pequeno porte. Formação católica.

Dona Francisca¹⁴ diz que “[...] não brincou apenas de boneca e dentro de casa mas também no quintal de ‘peia quente, de esconder e de la condessa’.” (FREYRE, 1959, p. 256). São depoimentos que abrem um novo viés de análise, quando apresentam a questão de ser ou não criada mais presa em casa, inclusive porque Freyre registra que Francisca é “mulher de cor”.

Dona Maria Vicentina¹⁵ depõe:

Os meus companheiros de brinquedo eram um irmão, três anos mais velho do que eu, e meus primos. Os brinquedos eram cabra-cega, pega-pega e outros. Eu não tinha brinquedos porque minha mãe era pobre. Desejava muito ter uma boneca, como a de uma de minhas primas. Nunca tive convivência com crioulinhas porque minha mãe foi sempre zelosa de nossa educação. (FREYRE, 1959, p. 328).

São recordações que permitem algumas investigações. Ela brinca com meninos, ao que tudo indica sem restrições. Sua condição de decadência familiar parece não cercear o contato com primos mais abonados, mas também não abre brecha para um contato maior com pessoas consideradas inferiores. Para completar, a presença forte da mãe, a ausência de registro da figura paterna pode ser significativa.

Também Dona Elisa¹⁶ informa: “Os brinquedos e jogos eram, usados na época: boneca de pano, peteca, corda, roda, comadre, prendas.” (FREYRE, 1959, p. 328)

Passeando pelas lembranças de escolarização de meninos, vamos encontrar o depoimento de um paulista, nascido em 1885 que, aos seis anos, ou seja, em 1891, foi estudar

[...] no Colégio Mineiro, que era internato e externato de meninas, [que recebeu] uma turma de meninos, o que não deixou de constituir uma revolução nos costumes. Não havia recreio em que brincassem meninos e meninas. [...] Havia, aos sábados, sabatinas entre meninos e meninas, mas de tabuada e de cartilha religiosa. (FREYRE, 1959, p. 319)

¹⁴ GOMES DA SILVA, FRANCISCA – N. interior, Província de Pernambuco, 1875. Pouco mais que analfabeta. Quis ser costureira. Lavadeira. Formação católica.

¹⁵ Não copio seus dados por serem um pouco longos, mas ela nasceu em 1868, em família fidalga decadente e foi a mãe de Carlota Pereira de Queiroz, constituinte de 1934.

¹⁶ VILHENA FERREIRA, ELISA – N. no sul da Província de Minas Gerais, 1864. Curso primário. Estudos secundários. Estudou piano. Doméstica. Formação católica.

Conta ainda o mesmo depoente que, transferido para outro colégio, “[...] uma vez por mês, se realizavam sabatinas entre as meninas de um e os meninos de outro [colégio].” (FREYRE, 1959, 320). Neste registro de estímulo ao que se convencionou chamar “guerra dos sexos” desde a mais tenra idade, importante não deixar passar que temos uma escola para meninas procurada por meninos, o que pode indicar que sua qualidade era superior à de outras, exclusivas para meninos.

No Pernambuco da década de 1880, Virgínia¹⁷ fez seu curso primário em uma escola pública, mista, lembrando das lições decoradas e dos castigos que seriam, como ela afirma, o terror dos meninos. Maria Teodora¹⁸, em Jaboatão, na mesma época, foi alfabetizada e recebeu rudimentos de aritmética, embora não seja possível identificar se a sua escola era também para meninos.

Traçando o panorama daquilo que se lia no período, Gilberto Freyre traz algumas mulheres, mas apenas uma, nossa conhecida Ângela Correia de Melo, informa sobre suas leituras infantis, nas quais, afirma, decorou *Os Lusíadas*.

Considerando...

Leitura instigante e provocadora, ideologicamente difícil, mas intelectualmente fascinante, a primeira consideração é a de que Gilberto Freyre é mesmo fundamental. Há momentos em que é difícil não imaginar se ele realmente pensava daquela forma, ou se, de fato, jogava para estimular alguma reação a quem lesse.

Surpresa foi descobrir que, das três obras, aquela que maiores subsídios pode oferecer a futuras pesquisas é exatamente a menos conhecida e referenciada. *Ordem e Progresso*, talvez por resultar também da colheita de ricos depoimentos, sugere possibilidades bastante interessantes a serem exploradas. Inclusive, quem sabe, a possibilidade de consultar a íntegra dos depoimentos, principalmente dos femininos.

¹⁷ CAVALCANTE, VIRGÍNIA – N. interior, Província de Pernambuco, 1879. Curso primário. Estudos de corte. Costureira. Formação católica.

¹⁸ SANTOS, MARIA TEODORA DOS – N. interior, Província de Pernambuco, 1878. Curso primário. Desejou ser professora. Doméstica. Formação católica.

No entanto, mais uma vez, apesar da riqueza de fontes e de análises, fica também a evidência de que meninas e sua história, de fato, “É assunto [...] que pede estudo especializado.” (FREYRE, 1959, p. 297), tanto quanto Gilberto Freyre preconiza para a compreensão da face educacional da evolução de nossa cultura.

Outra consideração relevante se faz a partir da constatação de que

[...] o Brasil, nunca foi país de um tempo social ou psicológico ou cultural só, a mover-se num mesmo ritmo de norte a sul ou de leste a oeste do Império ou da República, mas sujeito a vários desses tempos, às vezes contraditórios; e mais adiantados nuns espaços, mais retardados, noutros.(FREYRE, 1959, p. 508)

Daí porque se faz necessário estabelecer um recorte claro, de tempo e de espaço, para que se possa tentar produzir estudos consistentes sobre a menina, não exatamente a menina brasileira, mas aquela regional e temporariamente determinada.

Referências

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala (1933). In SANTIAGO, Silvano. (Coord.) **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.

FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mocambos (1936). In SANTIAGO, Silvano. (Coord.) **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.

FREYRE, Gilberto. Ordem e Progresso (1959). In SANTIAGO, Silvano. (Coord.) **Intérpretes do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 2002.

OLIVEIRA, Creuza. Trabalhadoras domésticas. **Jornal A Tarde**. Salvador, 05.out.2008. Opinião, p. 03.

ROLLI, Claudia; FERNANDES, Fátima. Sem discriminar domésticas, custo dobra. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, 31.ago.2008. Caderno Dinheiro, p. 01.



As mulheres chefes de família e seus filhos

A maioria da população negra de Salvador em 1855 trabalhava nas ruas de Salvador, nesse período eles sofriam um forte controle por parte do governo, fruto da fracassada insurreição Malês. Em 1857 ocorreu em Salvador, segundo Reis, a primeira greve na cidade, “as ruas de Salvador amanheceram estranhamente calmas. Os negros haviam decidido cruzar os braços em protesto contra a postura municipal em vigor a partir daquela data”¹⁹

Nesta época havia uma mudança no perfil da população da cidade. A Sé que inicialmente era habitada por ricos senhores de engenhos que mantinham casa no centro urbano no século XIX, era uma “freguesia em desintegração social”. A população originalmente de elite fora, paulatinamente substituída pelos segmentos médios e pobres, existindo nesse período muitas viúvas que viviam de “seos bens”, com escravaria para “todo serviço”, e funcionários públicos.

Era uma freguesia fortemente miscigenada, a Sé abrigava um elevado número de famílias chefiadas por mulheres ou mesmo fogos de mulheres solteiras.²⁰ Os fogos apresentavam um número expressivo de agregados, com características peculiares, possuíam emprego, filhos e até escravos. O comércio que até então era comum na freguesia da Conceição da Praia, adentrou a Sé principalmente no quarteirão que corresponde hoje a rua Chile²¹, a manutenção deste comércio era feita pelos negros

¹⁹Após a revolta dos malês em 1835, a assembléia legislativa concebeu a lei n.14 que regulamentava e disciplinava o mercado de trabalho africano de rua em Salvador, essa lei foi regulamentada em abril de 1836. Em 1857 a lei obrigava os africanos a usarem uma chapa no pescoço com número de matrícula, segundo os jornais esse foi o motivo da greve que acabou após os vereadores acatarem algumas reivindicações e manter outras. Para maiores informações ver: João Reis. A greve negra de 1857 na Bahia, revista da USP, 18 (jun, jul, ag. /93). p. 8

²⁰ Ana Amélia Vieira Nascimento. Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos social e urbano do século XIX, Salvador. FCEBa /EGBa, 1986. pp.69

²¹ Idem, Ibidem.

ganhadores que desempenhavam todo tipo de serviço pelas ruas da cidade, desde a venda de comida à carregadores de cadeira.

Fiz um estudo baseado no censo de 1855, por ser o que permite fazer maiores análises, pois deste ainda há listas que foram preenchidas pelos recenseadores com informações sobre as 11 freguesias. Este censo foi realizado no governo de João Maurício Wanderley, no mês de janeiro de 1855, antes da epidemia de cólera na cidade. O resultado deste censo não foi bem aceito pelo governador que chegou a afirmar que “os dados eram inteiramente falsos”²², pois neste a população da cidade contava 56.000 habitantes e, para o governador, a estimativa deveria ficar em torno de 124 a 125 mil habitantes.²³

Para o viajante Wetherell, “a gente parece ter uma profunda aversão a “ser contada” e o exemplo é dado pelos senhores de engenho e donos de escravos que fazem tudo para não serem fiscalizados”²⁴, isso ocorria porque os senhores sabiam que a seguir ao censo viria cobrança de impostos, por isso “ declaravam sistematicamente um número de pretos inferior aos que possuíam realmente”.²⁵ No entanto, mesmo não considerando a total veracidade das estimativas feitas ao longo deste século e do passado, o número pensado pelo governador soa exagerado. Acompanhando as estimativas anteriores, os números do censo de 1855 parecem aceitáveis, mas analisando os números de 1872 percebemos que o governado não estava totalmente equivocados.

Com relação aos agrupamentos familiares encontrados no censo de 1855 encontrei: 38 famílias legítimas; 21 famílias naturais; 33 mulheres solteiras com filhos; 16 homens solteiros com filhos; 6 remanentes de família; além de 15 pessoas morando juntas, sem qualquer menção ou indicação de laços de parentesco. Os solteiros sem filhos contabilizaram 85

²² Idem, pp. 62

²³ Idem, Para o então presidente da província João Maurício Wanderley de Pinho os dados eram falsos, entretanto Nascimento tomou por base os censos anteriores ao de 1855 e fez um gráfico da população de Salvador desde 1706, ela diz ser a população de 56.000 pessoas condizente com os dados anteriores e com o período de evolução populacional, sendo 7 e não 15 a média de habitantes por casa pp. 64-67. No entanto analisando os resultados de 1872, percebemos que o governador tinha razão em não confiar nos dados do censo de 1855, pois não parece ser possível que a população de Salvador tenha dobrado em 17 anos, ainda mais depois da grande epidemia de cólera.

²⁴ Ver James Wetherell. Brasil. Apontamentos sobre a Bahia 1842-1857. Bahia, Banco do Brasil S.A, pp. 99

²⁵ Idem, Ibidem

num total de 134 solteiros chefes de família, parece que uma característica da sociedade soteropolitana era a solteirice.

O percentual de reprodução por cor do chefe de família, incluindo solteiros viúvos e casados eram: brancos 1,97%; pardos 1,77%; crioula 1,9%; cabra 2,2%, pretos 0,0 % e africanos 0,1%. Os libertos chefes de família foram apenas 8, sendo 7 africanos e 1 crioulo, estes números podem expressar dificuldade de encontrar uma companheira na mesma condição ou preconceitos no relacionamento amoroso.²⁶. Identifiquei apenas três famílias naturais, chefiadas por homem branco e mulher parda e o outro com homem português e mulher crioula - com concubina negra ou mestiça. A indicação de uma família legítima chefiada por um pardo casado com mulher branca também foi singular. Da mesma forma, os casamentos entre pardos e negros aparecem como raros. No tocante aos casamentos entre pessoas de cor, encontrei apenas um homem pardo coabitando com uma crioula, um outro pardo com uma preta – crioula ou africana - e, um crioulo com mulher angolana.

Para Reis, fora as pessoas que morreram da epidemia de cólera em 1855, o normal era morrer de endemias que, na maioria das vezes, não eram diagnosticadas e eram especificadas nos documentos como: ataque do peito; de repente; moléstia interna; febre maligna; tísica do peito. Essas doenças matavam os jovens e principalmente as crianças, em 1836 mais de 32% dos que faleciam não completavam os onze anos de idade, poucos morriam velhos apenas 17% atingiam os sessenta anos, menos da metade alcançava os 31 anos, e 65% morriam antes de completar os 41 anos.²⁷.

Do total das mães solteiras com filhos havia 13 mulheres brancas, 13 pardas, 4 crioulas, 3 cabras e apenas uma africana. Existia ainda 40 mulheres chefes de família sem filho, 12 brancas, 13 pardas, 5 crioulas, 2 cabra, 4 pretas e 3 africanas.. Com relação à condição jurídica, três eram libertas, sendo duas africanas - uma especificada como da Costa D'África - a outra não especificou o local- uma crioula baiana e as outras 70 livres. O

²⁶ Sobre esse assunto há um rico debate em: Kátia Mattoso em *Família e sociedade na Bahia do século XIX*; Traduzido por James Amado. Corrupio :1988, pp. 104 ;e Inês Cortês de Oliveira Viver e morrer entre os seus: nações e comunidades africanas na Bahia. Revista da USP n.1 (mar /mai) SP,1989, pp. 184

²⁷ José Reis. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. pp. 35-6

impressionante desta situação é a quantidade de mulheres brancas com filho e sem posses.

As mulheres assumiam a responsabilidade familiar mais cedo que os homens, normalmente entre os 19 e 40 anos, os homens casavam mais velhos entre 23 a 50 anos. As duas mulheres brancas casadas, com idade entre os 31 e 40 anos, não tiveram filhos, talvez porque casaram em idade avançada, o que não lhes permitiu procriar. O que pode ser meia verdade, pois encontrei uma mulher parda, solteira de 70 anos, com 7 filhos de 50 a 5 anos de idade, uma situação no mínimo estranha para o período, já que o último filho nasceu quando ela tinha 62 anos de idade.

TABELA VIII

IDADE DOS CHEFES DE FAMÍLIA					
IDADE	MASCULINO			FEMININO	
	C	S	V	C	S
V					
19 A 22 ANOS	-	6	-	-	-
-					
23 A 30 ANOS	-	24	1	5	14
1					
31 A 40 ANOS	2	30	7	7	19
5					
41 A 50 ANOS	-	5	7	12	14
1					
51 A 60 ANOS	-	7	7	7	7
1					
61 A 80 ANOS	-	2	1	5	4
1.					
TOTAL	2	73	23	38	60
9					
I LEG					1

Fonte: Censo 1855

As mulheres chefes de família, em sua maioria, eram da Bahia 88,7%, possivelmente de Salvador, 5,10 % vieram de Itaparica, Nazareth e Cachoeira, 4,08% da África e 2,04% da Itália e França (ver tabela IX). As da Bahia eram certamente pessoas que nasceram e cresceram pelas ruas da cidade, fazendo parte de uma segunda ou terceira geração da família e, provavelmente, seguindo os mesmos passos da mãe como era comum no período, as filhas de mulheres que chefiavam família também serem chefes, principalmente no caso das mães solteiras “ser mãe solteira era, um exemplo a ser repetido pela filha”²⁸ . Parecia haver uma aceitação da sociedade com relação a essas mulheres, desde que fossem bem comportadas, ou seja, elas deveriam aceitar as regras sociais – não se expor publicamente, não ter filhos de pais diferentes, etc. A contrapartida dessa atitude é a certeza de ser reconhecida e considerado por seus pares.²⁹ A legislação era muda com relação a essas mulheres, não impediam o casamento, segundo Samara eram “bem aceitas para o matrimônio as mulheres com filhos ilegítimos ou indivíduos de origem obscura” tal fato, entretanto ocorria com maior frequência entre as camadas mais pobres da população³⁰. A igreja as ignoravam até que se arrependessem e se convertessem transformando-se em beatas³¹

TABELA IX

NATURALIDADE DAS MULHERES CHEFE DE FAMÍLIA			
LOCAL	QUANT.	LOCAL	QUANT.
BAHIA	87	NAZARETH	1
CACHOEIRA	1	FRANÇA	1
ITAPARICA	1	ITÁLIA	1
STO. AMARO	1	ÁFRICA	4

Fonte: Censo 1855

²⁸Anna Amélia Vieira Nascimento. Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos social e urbano do século XIX, pp. 131; Eni de Mesquita Samara. As mulheres, o poder e a família, São Paulo, século XIX, São Paulo, Marco Zero e secretaria da cultura de SP. Parte I

²⁹Michel de Certeau, Luce Giard. Pierre Mayoul. A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar; traduzido por Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth, Petrópolis: Vozes, 1996, pp. 57

³⁰Eni de Mesquita Sâmara. As mulheres, o poder e a família, São Paulo, século XIX, São Paulo. Pp. 66

³¹Nascimento, pp. 132

Como já foi dito, à poucas mulheres apresentaram profissão e, com as mulheres chefes de família não foi diferente, apenas 7 profissões apareceram no censo: 13 costura, 1 engomadeira, 2 ganho, 1 negócio, 2 quitandeira³². Foi especificado também 4 viúvas brancas que viviam de “seos bens”. Certamente as outras 76 mulheres tinham algum tipo de ocupação, mas, infelizmente para nossa análise, não ficou qualquer registro.

As costureiras representavam a profissão da maioria das mulheres chefes de família, essa profissão foi comum na freguesia de Santo Antonio, lá estabeleceram pequenas confecções artesanais, umas onde a dona da casa trabalhava para o sustento de sua família juntamente com filhas e outras empregando mulheres. Na Sé, no quarteirão 23 na casa de Francisca de Salles, preta, solteira havia outra preta que também exercia a profissão. Na casa de Felismina dos Santos Ramos 35, parda, solteira até as quatro crianças de 8 a 3 anos de idade exerciam o ofício.

As duas ganhadeiras identificadas no censo eram africanas -uma gege e outra nagô-, segundo Reis era tradição na África o pequeno comércio de rua ser desenvolvido por ganhadeiras, principalmente o de alimentos, houve o monopólio no comércio de peixe e verduras³³. Em geral, elas levavam seus filhos para rua “ como na África,... atados às costas com “ pano da Costa” ou soltos entre tabuleiros, em meio a frutas e aves”³⁴

Os filhos dessas mulheres eram tolerados pela sociedade e, segundo Samara essa aceitação dependia da situação social do indivíduo, dependendo da sua situação estava sujeito a diferentes desaprovações. Com certeza, na população da camada mais abastada havia maior desaprovação dos ilegítimos. No entanto, para Samara, a sociedade patriarcal por vezes possibilitou aos ilegítimos serem aceitos no seio da

³²As quitandeiras aqui especificadas pareciam ter comércio fixo, não eram ambulantes. Essas também segundo Pantoja era uma tradição em Luanda. As quitandeiras além de frutas, verduras, farinha, feijão, peixe e carne vendiam os produtos da terra. Desde o século XVII as fontes fazem referência a quitandeiras como parte do cenário das ruas de centros urbanos, como RJ, Salvador e São Paulo. Selma Pantoja. Quitandas e quitandeiras: histórias e deslocamento na lógica do espaço em Luanda. A África e a instalação do sistema colonial, 1885-1930, pp.178-181.

³³João José Reis. A rebelião escrava no Brasil: A história do levante dos Malês. pp. 353; Selma Pantoja. Quitandas e quitandeiras: histórias e deslocamento na lógica do espaço em Luanda. A África e a instalação do sistema colonial, 1885-1930, pp.178-182 Cecília Moreira Soares. Mulher negra na Bahia no século XIX. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFBA, Salvador:1994. pp.49-69

³⁴Wetherrel, pp.41-74

família através da caridade ou ainda do apadrinhamento. Quando isso não ocorria, a mulher assumia sozinha o provento dos filhos que quando não protegidos “ recebiam marca da bastardia sempre associada aos carijós, mulatos e vadios de vida instável que formavam a massa dos marginalizados”³⁵

Uma coisa que me deixou intrigada foi a especificação de estudante como profissão - identifiquei 24 estudantes, maioria branca. Poucas famílias de cor colocavam seus filhos na escola, apesar do regulamento de 22 de abril de 1862 que estabeleceu as normas que deveriam ser aplicadas ao ensino na província, nas escolas de instrução primária e intermediária. Segundo o artigo 46, capítulo 3º era proibido a matrícula de escravos nas escolas primárias, mas nenhuma proibição se fazia aos libertos e livres. Em 27 de setembro de 1873 o vice - presidente da província em exercício expediu outro regulamento e neste, além de proibir a admissão da matrícula de escravos, também proibiu que estes freqüentassem as escolas primárias, ou seja, após a lei do ventre livre os que permaneceram escravos continuava excluídos do direito à escolarização. No regulamento de 5 de janeiro de 1881, foi determinado que a matrícula deveria ser feita pelo professor mediante a guia do pai, tutor ou protetor, em que se declararia, além da naturalidade, a filiação, condição de não escravo, ter de cinco a quinze anos de idade, estar vacinado e não sofrer de doença contagiosa³⁶.

É importante salientar que não houve proibição legal à população livre de cor frequentar as escolas e isto cabia também para as meninas desta classe. Nascimento argumenta com relação às meninas que poucas chegavam a frequentar a escola, pois as mães preferiam privilegiar a escolarização dos filhos homens, enquanto as meninas ficavam em casa fazendo os serviços domésticos ou aprendendo o ofício da mãe, isso foi muito freqüente na freguesia de Santo Antonio além do Carmo³⁷. Os meninos quando completavam quinze anos iam aprender um ofício com

³⁵ Eni de Mesquita Sâmara. As mulheres, o poder e a família, São Paulo, século XIX, São Paulo. Pp .63

³⁶ Ver Legislação da província da Bahia sobre o negro 1835-1888. Fundação cultural do Estado da Bahia. Diretoria de bibliotecas públicas, Salvador, 1996. pp 220-232

³⁷ Anna Amélia Vieira Nascimento. Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos social e urbano do século XIX, Salvador, pp. 132

algum mestre, entravam para o liceu de artes e ofícios ou, quando podiam, continuavam estudando para cursar a faculdade.

Em consonância com esse argumento, encontrei na Sé apenas três famílias de cor com filhos na escola, uma de Lucina Maria do Amor Divino, crioula mãe de três filhos. O rapaz Marcolino Antonio do Bomfim, pardo, 19 anos freqüentava a escola, suas duas irmãs, uma de 18 anos outra de 11 não. Na família do pardo escrevente Epifânio, que expus acima, dos 6 irmãos, três meninos e três meninas, apenas os meninos freqüentavam escola. Também na família do morador do 23º quarteirão, José Gabriel da Costa, pedestre, solteiro e Cyrilla Theodora Ferrão, costureira crioula, Ladislão Joaquim de Santa'Anna, com 8 anos, filho do casal, estudava em escola. Portanto, na Freguesia da Sé não identifiquei nenhuma menina declarada como estudantes ou matriculada em escola de ensino formal.

Entretanto, encontrei meninas, inclusive de cor, na escola primária estabelecida na freguesia da Conceição da Praia Trata-se de Lusía D'Oliveira Castro de 12 anos filha de Pedro D'Oliveira Castro, e Firmina Maria de Santa Rita de 11 anos de pais incógnitos.³⁸ Isso demonstra que mesmo com todo preconceito que havia na época, permitir as meninas participar da vida escolar era algo importante, início de mudanças na mentalidade dessa sociedade.

Segundo Wetherell havia muitas crianças nas ruas de Salvador, isso ocorria porque as mães tinham que levar os filhos com elas para o trabalho, ele chega a falar da necessidade de jardins de infância, nesse período, algo irreal para a Bahia no século XIX. “ constantemente nas ruas os pretinhos nus e cuja a única indumentária consiste num par de pulseiras de contas “ e “as meninas usam também um par de pequenos brincos”³⁹ Essa crianças pouco choravam, para o viajante esse fato dava-se porque elas ingeriam alimentos simples e pouca roupa.

Quando mais velhos as crianças continuavam nas ruas agora ajudando as mães ou fazendo molecagem. Mesmo sendo libertos ou livres muitos dos meninos tinham poucas possibilidades de ascensão social, pois na maioria das vezes faziam os mesmos serviços efetuados pelos escravos

³⁸ APEB, mappa escolar, Profa. Gondra, secção colônia e império

³⁹ Wetherell, pp.74

ou estavam “nas tendas dos mestres aprendendo ofícios, na maioria das vezes eram submetidos a rigorosa disciplina, castigos corporais e tarefas estafantes”⁴⁰. Talvez por isso a vadiagem e molequeiras era “era uma forma de rebelar-se contra imposições do mundo adulto”⁴¹. Nessas rebeldias eles se juntavam em bandos compostos por livres, libertos e escravos e cometiam infrações que por vezes era repreendida pela polícia. E também era motivo de pedidos por parte dos pais para que os filhos fossem recrutados para o serviço militar.

A afetividade da família negra é algo difícil de perceber, já que quase não há escritos deixados por eles normalmente os vestígios encontrados são deixados por outras pessoas, nos testamentos, inventários, jornais e arquivos polícias, mas mesmo assim Reis *Histórias de vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX* buscou reconstruir essa história. E lá percebemos que as mães lutavam incessantemente pela liberdade dos filhos e por vezes matavam as crianças e a si mesmo para não ter que vê-los no cativeiro. Um caso que mostra bem essa situação aconteceu em Santo Amaro, uma mãe fugitiva vivia como forra em outro engenho com cinco filhos quando seu verdadeiro dono a descobriu. Para não retornar para vida de cativa, nem sujeitar suas crias a essa condição, já que eles haviam nascido depois da fuga a mãe, ela “manietara os filhos e os lançou a afogar no tanque e depois se atirara também...”⁴² Ainda segundo Reis era muito comum mães fugirem com filhos como o ocorrido com a escrava Eudoxia, africana nagô “desapareceu da casa do padre José Dias, com suas 3 filhas, Margarida de 7 anos, Omissias de 4 anos e Joana de 2”. A presença do pai na fuga era mais rara.

Como foi dito pouco sabemos da afetividade e da luta dessas mulheres, com toda a adversidades inerente a condição imposta pela escravidão nesse período, mas podemos perceber a tentativa das mães em manter a união familiar mesmo que no desespero cometessem atos extremos como o demonstrado acima.

⁴⁰Walter Fraga Filho. Meninos, moleques e vadios na Bahia do século XIX ed. Hucitec/EDUFBA,1996,pp.112

⁴¹ Idem , ibidem

⁴² Ver: Isabel Reis. Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX,Ufba,1998 pp.77

Certamente também não foi fácil, mesmo com uma legislação que não impedia aos livres e libertos irem à escola, colocá-los para estudar, pois essas crianças eram na maioria das vezes de grande ajuda para elas no trabalho, além do preconceito que possivelmente sofriam na escola, no caso das meninas a segregação começava em casa, na maioria das vezes eram preteridas aos meninos que iam para a escola e elas ficavam em casa fazendo os serviços domésticos e aprendendo o ofício da mãe, talvez por isso fosse comum às filhas de mulheres solteiras reproduzirem a condição de solteirice.

Fontes e Bibliografia:

I. FONTES PRIMÁRIA

-APEB - ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADAO DA BAHIA

-Secção Colonial e imperial

Recenseamento de 1855

Maço: 1602

- Serie:mapa de alunos das escola publicas do sexo masculino da Freguesia da Penha em Itapagipe.

Caixa:3713

Maço:1078.

Fundo: Secretaria de Interior e Justiça.

Grupo: Directoria Geral de Instrução Pública.

(Freguesia de Santana).

Datas Limites→ 1892/1896.

Secção colonial e provincial

II. FONTES IMPRESSAS

- Legislação da província da Bahia sobre o negro 1835-1888. Fundação cultural do Estado da Bahia.Diretoria de bibliotecas públicas. Salvador,1996

III. BIBLIOGRAFIA

Artigos, livros e teses citados

CERTEAU, Michel de.GIARD,Luce.MAYOUL, Pierre. *A invenção do cotidiano*: 2. Morar, cozinhar;traduzido por Ephraim F.Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes,1996.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX*; traduzido por James Amado, São Paulo: Corrupio, 1988.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da cidade do Salvador*: aspectos social e urbano do século XIX, Salvador: FCEBa / EGBa, 1986

OLIVEIRA ,Inês Cortês de. *Viver e morrer entre os seus* : nações e comunidades africanas na Bahia africanas na Bahia. Revista USP / Coordenadoria de comunicação social USP n.1 (mar/mai,1989) ,SP, USP,CCS,1989.

PANTOJA, Selma. *Quitandas e quitadeiras: histórias e deslocamento na lógica do espaço em Luanda*. A África e a instalação do sistema colonial 1885-1930, CEHCA / IICT,Lisboa,2000. pp.178-181.

REIS, Isabel Cristina Ferreira dos. *Histórias da vida familiar e afetiva de escravos na Bahia do século XIX*. Dissertação de mestrado, departamento de História, UFBA Salvador:1998.

REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revoltas popular no Brasil do século XIX. São Paulo: companhia das letras,2001

_____ *A Greve negra de 1857 na Bahia*, revista da USP, 18 (jun ,jul ag /93) 7-29.

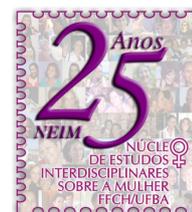
_____ *A rebelião escrava no Brasil*: A história do levante dos Malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo:Companhia das letras,2003

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. Ed. Marco Zero / Secretaria do estado da cultura de SP 1989.

_____ A história da família no Brasil In: *Família e grupos de convívio*. Revista Brasileira de História - São Paulo, ANPUH / Marco Zero, vol. 9, no. 17, set,1988/fev,1989

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História, UFBA, Salvador:1994

WETHERELL, James .Brasil. *Apontamentos sobre a Bahia 1842-1857*.Bahia, Banco do Brasil S.A.



Como viviam os idosos baianos na segunda metade do século XIX: uma retrospectiva histórica

No início do século XX, a velhice que se revelava era a dos pobres, desamparados, objeto de caridade e da filantropia da sociedade. Os velhos encontravam-se misturados a outras categorias, como os indigentes, moribundos, vadios e mendigos, dentre outros.

Na virada do século XIX para o século XX, alguns mecanismos, denominados por Katz (1996) de tecnologias de diferenciação, contibuíram para redefinir o curso da vida, com a definição de novas fases – infância, adolescência e velhice – e os valores a elas associados, separando os velhos como um grupo social específico, e levando à necessidade de formulação de uma política pública e institucional da “velhice”.

Dentre as tecnologias de diferenciação identificadas nesse período e consideradas por Groisman (1999) importantes para as investigações históricas, acrescentamos mais uma: 1 – a decadência da escravidão, com a proibição do tráfico negreiro, colocou para a sociedade, a necessidade de transformar os pobres livres em trabalhadores assalariados, desvinculando a noção de pobreza de seus aspectos morais e religiosos e fazendo surgir o fator econômico; 2 – o surgimento do discurso científico sobre o envelhecimento e o surgimento da Geriatria e da Gerontologia como especialidades médicas no início do século XX⁴⁴; 3 - o surgimento das pensões e aposentadorias, fruto das mudanças ocorridas nas relações de trabalho advindas da revolução industrial, contribuíram para tornar o fator “idade” um determinante de novo status

⁴³ Doutoranda em História pela UFBA; Coordenadora da Universidade Aberta à Terceira Idade da UNEB; coordenadora do curso de Psicologia da UNIJORGE.

⁴⁴ Embora a geriatria e a gerontologia tenham surgido como especialidades médicas no início do século XX, nos séculos XVIII e XIX a forma como a medicina percebia a doença e o envelhecimento já constituíam um saber pré-geriátrico.

econômico e social para os indivíduos, na medida em que demarcava aqueles que se encontravam inaptos para a produção, tornando os significantes velhice e invalidez inseparáveis; 4 – a separação dos velhos das outras categorias (crianças, loucos, doentes e inválidos⁴⁵) com o surgimento dos asilos de velhos na virada do século XIX para o século XX.

O século XIX foi marcado por profundas transformações sociais, econômicas e políticas, mas foi, também, um momento em que as práticas de controle social se fortaleceram (GROISMAN, 1999). Com a fundação da Escola de Medicina da Bahia, em 1808⁴⁶, passou a ser atribuída aos “médicos a missão civilizadora, buscando romper com o passado colonial, extirpando todo e qualquer elemento que pudesse caracterizar o Brasil como nação “atrasada”” (BARRETO, 2000, p. 14).

Em uma cidade ameaçada pelas epidemias, cujas ruas estreitas e arquitetura de suas casas mal ventiladas e sem sistema de esgotamento sanitário contribuíam para agravar as questões de higiene pública, os médicos, especialmente os higienistas e sanitaristas, passaram a ser considerados as autoridades responsáveis por indicar os meios de progresso social da província e pela saúde da população (FERREIRA FILHO, 1994).

Em 1838, a Lei nº 73 criou o Conselho de Salubridade composto por médicos, cirurgiões e farmacêuticos, além de pessoas com formação em ciências físicas e naturais, que tinha por função vacinar a população contra a varíola e coordenar comissários vacinadores. No entanto, devido às precárias condições de higiene a que era submetida a população da Província, a interferência desse Conselho sobre a saúde da população era limitada (NASCIMENTO, 1986).

A medicina deu início ao processo de higienização da cidade, disciplinando a sociedade oitocentista com os médicos intervindo de forma

⁴⁵ A palavra “inválido”, traduzida do francês *invalide* significa, em português, valetudinário, incapaz por velhice ou enfermidade de trabalhar ou servir. De acordo com Moraes (1858), inválido significa “fraco, enfermo, que não pode servir por doença ou velhice”.

⁴⁶ Sobre história da medicina no Brasil, ler SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História da Medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947; RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *A Faculdade de Medicina na Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1997; MUNIZ, Gonçalo. *A medicina e sua evolução na Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923; COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989; MACHADO, Roberto *et all*. *Danação da Norma. Medicina Social e Constituição da Psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

maciça em todos os espaços sociais, inclusive naquele ocupado pelos mortos, proibindo a realização de sepultamentos no perímetro urbano e, portanto, nas igrejas. A primeira vez que essa proibição aconteceu foi através de uma lei provincial de 1836 que dava a uma companhia privada o monopólio dos enterros. Essa medida governamental gerou descontentamento nas irmandades religiosas que, organizadas, foram para frente do Palácio do Governo, devidamente paramentados, e exigiram a revogação da lei. Em seguida, os manifestantes foram para o Cemitério do Campo Santo destruindo completamente o Cemitério⁴⁷, o que terminou por levar o governo a recuar (REIS, 1991; FARIAS, 1997).

Em 1850, Salvador foi invadida pelas epidemias de febre amarela e cólera, iniciando-se, então, uma política de reformas urbanas cujo objetivo era a transformação das condições sanitárias da população e do espaço social, necessárias à produção e acumulação de riquezas. Esse movimento culminou, em 1851, com a criação da Junta Central de Higiene Pública, responsável pela fiscalização e combate às habitações consideradas insalubres, às epidemias e aos miasmas (FRAGA FILHO, 1996).

Um dos problemas decorrente das epidemias era o alto índice de mortalidade da população, dificultando a realização de enterros decentes e, levando o sepultamento dos pobres em covas rasas e partes dos corpos expostos ao tempo. A população com medo do contágio abandonava os corpos das vítimas da epidemia nas portas das igrejas, nos cemitérios ou, mesmo, nas ruas, ameaçando ainda mais a salubridade pública (DAVID, 1993).

Somente em 1855, com mais uma epidemia – de cólera – o Governo conseguiu proibir definitivamente os enterros nas igrejas e, em agosto desse ano, os professores da Faculdade de Medicina incluíram no novo Código de Higiene, um artigo que proibia os enterramentos dentro da cidade. Em setembro de 1855 o governo publicou uma lei que proibia definitivamente os enterros próximos aos espaços urbanos e passou a incentivar a construção de cemitérios cedendo um terreno na Quinta dos Lázaros para que a Irmandade do Rosário construísse seu próprio cemitério (FARIAS, 2004).

⁴⁷ Trata-se da revolta conhecida como cemiterada, durante a qual os defensores dos enterramentos nas igrejas das irmandades lutaram pela preservação do costume de enterrar seus mortos nas igrejas.

Após a Independência do Brasil (1822), assistimos a um movimento nas principais cidades do Império, que previa o asilamento de todos aqueles que viviam na condição de mendicância ou de indigência, vagando pelas ruas das metrópoles. Tratava-se do reflexo de um movimento já iniciado na Europa cujo objetivo era o ordenamento da sociedade urbano-industrial e da higienização das ruas que se encontravam repletas de mendigos.

O Código Criminal do Império⁴⁸ que vigorou de 1830 a 1890, possuía dois artigos que davam condições legais para a repressão da vadiagem e mendicância. De acordo com esse Código Criminal, a vadiagem era considerada crime, cabendo ao infrator uma pena que podia variar de oito a vinte e quatro dias de reclusão.

Art. 295. Não tomar qualquer pessoa uma ocupação honesta, e útil, de que possa subsistir, depois de advertido pelo Juiz de Paz, não tendo renda suficiente. Penas – de prisão com trabalho por oito a vinte e quatro dias. Art. 296. Andar mendigando: § 1. Nos lugares, em que existirem estabelecimentos públicos ou havendo pessoa, que se ofereça a sustentá-lo. § 2. Quando os que mendigam estiverem em termos de trabalhar, ainda que nos lugares não haja os ditos estabelecimentos. § 3. Quando fingirem chagas, ou outras enfermidades. § 4. Quando mesmo inválidos mendigarem em reunião de quatro, ou mais, não sendo pai e filhos, e não se incluindo também no número dos quatro as mulheres, que acompanharem seus maridos e os moços, que guiarem os cegos. Penas – de prisão simples, com ou sem trabalho, segundo o estado de forças do mendigo, por oito dias a um mês⁴⁹.

Em 1831, o artigo que tratava da mendicância foi alterado e a pena para vadiagem aumentada para o período de um a seis meses de reclusão e, em caso de reincidência, o infrator poderia ter o período de reclusão duplicado (GROISMAN, 1999 c). Numa sociedade escravista, em cujo contexto o trabalho não era concebido como um valor fundamental, para muitos indivíduos que viviam na pobreza era mais digno mendigar que fazer um “trabalho escravo” (FRAGA FILHO, 1996).

⁴⁸ Quando este Código foi aprovado por uma comissão especial mista, composta por deputados e senadores, trazia no seu texto a regulamentação da ordem social. Em outras palavras, a Justiça dirigia-se à sociedade como um todo: população livre ou escrava. Assim, o Código estabeleceria as relações do conjunto da sociedade, cuidando dos proprietários de escravos, da *plebe* e dos cativos. Estabelecia três tipos de crimes. Dentre os três tipos de crimes previstos, estavam os crimes particulares, praticados contra a propriedade ou contra o indivíduo e, ainda, os policiais contra a civilidade e os bons costumes. Estes últimos incluíam-se os vadios, os capoeiras, as sociedades secretas e a prostituição.

⁴⁹ BRAZIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. In: COLLECÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1830. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876, Parte I, p.196.

Em 1841, logo após D. Pedro II assumir o trono, aos 14 anos de idade, o Código do Processo Criminal passou por uma reforma, considerada um retrocesso na medida em que tirava dos juízes de paz as atribuições de investigar a ação penal para entregá-las aos chefes de Polícia e seus delegados, dando a estes, o poder de controle e repressão fortalecendo, assim, o aparato repressivo do Estado. Dentre os atos considerados passíveis de punição cuja responsabilidade de controle e repressão cabia às autoridades policiais estava a ociosidade, cabendo às autoridades policiais converter em elementos “úteis” à sociedade, os indivíduos ociosos e vadios, [isto é] transformar pobres livres em trabalhadores assalariados (GROISMAN, 1999 b).

Nesse período “a velhice já habitava as ruas” de Salvador, embora estivesse misturada a outras categorias sociais como os mendigos (FRAGA FILHO, 1996), e era tratada como uma questão de mendicância. A noção de velho estava associada à noção de incapacidade para o trabalho, isso porque tanto o processo de envelhecimento quanto a sua representatividade através daqueles que conseguiam envelhecer era a não possibilidade que uma pessoa apresentava de se manter financeiramente.

Era significativo o número de mendigos em idade avançada⁵⁰ que perambulavam pelas ruas da cidade, situação facilmente percebida, se olharmos com atenção para a documentação do Hospital da Caridade e do Asilo de Mendicidade, locais onde encontramos pessoas idosas misturadas a mendigos de todas as idades.

Devido à necessidade legal dos senhores em comprovar que seus escravos entraram legalmente no país, antes da promulgação da Lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico negreiro, a partir de meados do século XIX, contrariamente ao que acontecia nos anos anteriores, a idade dos escravos, mesmo de maneira presumível, passou a constar nas cartas de alforria. Esse fato permitiu sabermos que dos 800 mendigos existentes em Salvador e identificados no ofício de 18 de fevereiro de 1841, enviado ao presidente de província por André Pereira Lima, então chefe de polícia, 600 já tinham ultrapassado os 60 anos de idade e encontravam-se doentes e incapacitados para o trabalho (FRAGA FILHO, 1996).

⁵⁰ Nessa pesquisa 27% dos idosos que habitavam Salvador encontravam-se em situação de mendicância.

Já em 1872, de acordo com o censo, mais de 2/3 da população baiana era de pessoas produtivas com capacidade para sustentar seus velhos e suas crianças⁵¹, considerando-se a hipótese de que, em algumas camadas numericamente representativas, se começava a trabalhar aos 10 anos de idade⁵² e que a idade limite da vida ativa média é a faixa dos 60 anos. Os mesmos dados indicam que o maior número de homens idosos fazia parte da população de cor, livre ou escrava (6,9% a 9,6%). O percentual de homens idosos da raça branca era de 5,8%. Em relação à população feminina, o maior contingente de idosas estava entre as mulheres negras, livres ou escravas. O número de idosas caboclas e brancas era quase o mesmo (MATTOSO, 1992).

Durante os anos de 1850 a 1900, identificamos 1427 idosos em estado de mendicância, com idade variando entre 60 e 120 anos. Destes, 58,0% eram mulheres e 42,0% eram homens. Do total de mendigos 61,0% eram pretos, 14,8% pardos, 12,4% crioulos e apenas 7,9% brancos. Entre os mendigos brancos predominavam pessoas da capital e do interior da Bahia misturados a um contingente de estrangeiros (portugueses e italianos) que viviam na indigência. Esse quadro pode ser explicado, em parte, pelo fato de Salvador, no período estudado possuir um número significativo de africanos livres ou libertos, e não ter atraído os imigrantes europeus como aconteceu em outras regiões do país (NOVAIS, 1997).

TABELA 1
IDOSOS QUE VIVIAM NA MENDICÂNCIA 1850 – 1900

	MULHERES	
	HOMENS	
60 a 69 anos	204	143
70 a 79 anos	252	178
80 a 89	226	150

⁵¹ Esses percentuais são de 69,5% para os homens escravos, 70,2% para as mulheres escravas.

⁵² Os filhos de escravos começavam a trabalhar aos sete ou oito anos. Entre os imigrantes portugueses muitos começaram a trabalhar aos oito, nove ou dez anos.

anos		
90 a 99	107	86
anos		
100 a 109	37	34
anos		
110 a 119	02	04
anos		
120 anos	00	02
Sem	02	00
identificação		
TOTAL	830	597

Entre as mulheres que viviam na mendicância na segunda metade do século XIX, predominavam as da raça negra (64,5%), seguidas das pardas (13,8%) e das crioulas (12,2%). As mulheres brancas representam apenas 5,2% das mulheres identificadas entre as mendigas. Quanto ao estado civil, de acordo com as informações coletadas, apenas 05 (0,6%) mulheres mendigas eram casadas, enquanto 671 (80,8%) eram solteiras, e 100 (12,1%) eram viúvas. A predominância do número de solteiras pode ser explicada pela relação entre o número expressivo de mulheres de origem africana, escravas ou forras, e a proibição do casamento entre escravos, e pelo alto valor dos casamentos levando a população pobre optar pela união livre⁵³.

TABELA 2
POPULAÇÃO FEMININA QUE VIVIA NA MENDICÂNCIA EM
SALVADOR 1850 A 1900

	MULHERES					
	BRANCAS	CRIOULAS	NEGRAS	CABOCLAS	PARDAS	VAZIAS
60 – 79	29	63	264	17	76	07
anos						

⁵³ O estado civil solteiro não significava, na Salvador do século XIX, ausência de laços familiares. Entre a população pobre, negra e livre a maioria das famílias se formava sem casamento celebrado pelos padres, o que pode ser verificado nos dados apresentados pela população idosa que vivia na mendicância.

80 a 89 anos	12	34	243	01	38	05
100 a 109 anos	02	04	26	----	05	----
110 a 119 anos	----	----	02	----	----	----
TOTAL	43	101	535	18	115	12

Também entre os homens idosos que vivam na condição de mendigos na Salvador da segunda metade do século XIX, encontramos uma proporção maior de negros (56,6%), seguidos dos pardos (15,1%) e dos crioulos (12,6%). Os homens brancos representavam 11,7% do total de mendigos idosos. Quanto ao estado civil, assim como no caso das mulheres apenas uma pequena parcela informa ser casada: os registros indicam que apenas 21 homens (3,5%) eram casados, 466 (78%) eram solteiros, e 64 (10,7%) eram viúvos.

TABELA 3
POPULAÇÃO MASCULINA QUE VIVIA NA MENDICÂNCIA EM
SALVADOR 1850 A 1900

	HOMENS					
	BRANCAS	CRIOULAS	NEGRAS	CABRA	PARDAS	VAZIAS
60 – 79 anos	57	46	143	10	62	03
80 a 99 anos	11	27	163	06	26	04
100 a 109 anos	01	02	29	----	01	01
110 a 119 anos	01	----	03	----	01	----
TOTAL	70	75	338	16	90	08

Uma justificativa possível para o número significativo de idosos negros entre os mendigos africanos é o fato de muitos escravos morrerem ainda jovens devido às péssimas condições de vida a que eram submetidos enquanto estavam sob o jugo da escravidão. Outro fato que pode ter contribuído para o número significativo de mendigos idosos de origem africana era a prática de alguns senhores alforriarem os escravos de idade avançada, pois não apresentavam rendimento nos trabalhos, não tinham valor de venda no mercado de trabalho⁵⁴, além de se constituírem em fonte de despesas necessitando de alimentação, teto, vestimenta e cuidados médicos devido à frequência com que adoeciam (FRAGA FILHO, 1996).

Entre as razões apresentadas pelos senhores para alforriar seus escravos estava a falta de produtividade do escravo devido a doença ou velhice e, por isso, considerados um peso para seu senhor. Mattoso (1972) relata ter encontrado, com frequência, na documentação de sua pesquisa, relatos de senhores que queriam se desfazer de um escravo velho ou estropiado. As cartas de alforria desses escravos vinham com a seguinte observação: “velhos por isso sem valor”. A partir dos 50 anos os escravos já eram considerados velhos (predominavam as mulheres) e, portanto, de rentabilidade nula (MATTOSO, 1998; KLEIN, Hebert, S.; ENGERMAN, Stanley L, 1988).

O maior percentual de mulheres negras idosas que se encontravam em estado de liberdade e vivendo na indigência devia-se à superioridade numérica das mulheres escravas sobre os homens – duas mulheres para cada homem -, e à preferência que os senhores demonstravam pela liberação de escravos do gênero feminino (Mattoso, 2004). As mulheres eram consideradas menos produtivas e com menor resistência física que os homens, o que refletia no valor monetário: tinham um valor inferior ao valor do escravo homem. Com o envelhecimento, ter mulheres escravas tornava-se um inconveniente maior para os senhores.

Na segunda metade do século XIX, era possível encontrar, entre os idosos brasileiros, um número significativo de escravos alforriados ou

⁵⁴ O valor desses escravos diminuía de acordo com o grau de incapacidade que apresentavam. Escravos velhos que possuíam “boas condições de saúde ou um ofício bem remunerado a [exemplo] das doceiras, rendeiras, bordadeiras para as mulheres; carpinteiro, serralheiro ou sapateiro para os homens” (MATTOSO, 2004, p. 156).

abandonados pelos seus senhores. No século XVIII, Vilhena (1969) já demonstrava indignação com os senhores que libertavam seus escravos idosos e incapacitados para o trabalho, denominando esse ato de 'caridade mal entendida' "[...] se estes são velhos pouco, ou nada podem e querem trabalhar para adquirirem o sustento, motivo por que se metem logo a pedintes sendo por isso pesados ao Estado" (VILHENA, 1969).

Essa prática também fazia parte da rotina dos senhores da segunda metade do século XIX e Fraga Filho (1996) denunciou que se tratava de uma manobra que alguns senhores lançavam mão no momento de internarem seus escravos para não pagarem as diárias e tratamento médico no Hospital da Caridade, desobrigando-se de cuidar daquele que lhe serviu.

O problema é que, sem condições dignas de sobrevivência, restava aos velhos pobres, livres ou escravos, a vida de mendicância, como atesta a história de Benedicta, uma "africana velha" encontrada no Largo de Sant'Anna e levada ao Hospital da Caridade vindo a falecer com desinteria e que se dizia escrava abandonada⁵⁵.

O único bem que o escravo possuía era seu próprio corpo (BELLINI, 1988) e o estado de miséria em que viviam esses escravos abandonados era tamanho que muitos chegavam ao Hospital da Caridade moribundos, carregados em padiolas por conhecidos ou parentes que os abandonavam na portaria do hospital para que aí tivessem um lugar digno para morrer e um enterro cristão⁵⁶.

[...] imprestáveis e inválidos para o trabalho [...] muitos desses escravos eram abandonados por seus senhores e passavam a engrossar a multidão de pedintes que esmolavam pelas ruas das vilas e cidades. [...] No entanto, poucos ex-escravos mendigos que deram entrada no hospital da caridade acusaram de abandono a seus senhores. [...] na perspectiva dos homens e mulheres que envelheceram na escravidão, mais valia viver mendigo do que morrer escravo (FRAGA FILHO, 1969, p. 69).

O comportamento dos senhores inescrupulosos, que abandonavam seus escravos velhos e/ou doentes como um recurso para não arcarem com as

⁵⁵ Livro 1059 – Livro de Registro de Entrada e Saída de doentes do Hospital da Caridade, p. 226v.

⁵⁶ Ter um enterro cristão significava ser enterrado em solo sagrado, no período em que ainda era permitido o enterro nas igrejas, trajar mortalha branca e ter a celebração de missas para que a alma "descansasse em paz".

despesas dos tratamentos oferecidos pelo Hospital da Caridade, levou a Santa Casa de Misericórdia a adotar uma medida extrema no ano de 1835: não mais receber escravos que mendigavam pelas ruas e que afirmavam terem sido abandonados por seus senhores. Em situação de completo abandono – velhos, pobres e doentes que circulavam pelas ruas de Salvador precisavam comprovar o estado de liberdade para receberem o tratamento de saúde de que necessitavam (FRAGA FILHO, 1969).

Foi assim que Luiza, uma africana da Nação Gege, que mendigava no Curato da Sé, viu-se obrigada a apresentar sua carta de liberdade para ser acolhida no Hospital da Caridade⁵⁷. Em março de 1854, Maria Joanna, uma africana do Benin, com 70 anos de idade e diagnóstico de velhice e invalidez, precisou do testemunho do mestre de cozinha do Hospital, que “asseverou que era liberta há muitos anos por conhecê-la da Rua dos Marchantes”⁵⁸. Joanna deu entrada no dia 08 de março, vindo a falecer no dia 03 de maio do mesmo ano.

As portarias das igrejas⁵⁹ eram locais de grande concentração de mendigos, e o casal de negros africanos Francisca de 77 anos e Agostinho de 78 anos, escolheram como ponto de mendicância as escadarias do Convento de São Francisco. Em 06 de julho de 1853, ambos deram entrada no Hospital da Caridade: Francisca faleceu no dia 19 de julho com diagnóstico de ascite⁶⁰, e Agostinho faleceu em 30 de julho do mesmo ano, por invalidez⁶¹.

Previendo a possibilidade de morrerem a qualquer momento, muitos mendigos, entre eles, os velhos, procuravam as escadarias das igrejas como uma possibilidade de obter “uma morte digna”, ou seja, com os rituais religiosos considerados indispensáveis a uma boa morte tais como: ter o corpo sepultado em uma igreja, cujo solo era considerado sagrado; ser vestido com uma mortalha, que podia ser branca ou em hábito franciscano; e, a realização de

⁵⁷ Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Estado da Bahia - Livro 1060 – Livro de Registro de Entrada e Saída de doentes do Hospital da Caridade, p. 118.

⁵⁸ Arquivo da Santa Casa de Misericórdia do Estado da Bahia - Livro 1060 – Livro de Registro de Entrada e Saída de doentes do Hospital da Caridade, p. 163v.

⁵⁹ Eram muitas as igrejas escolhidas pelos mendigos como ponto de esmolas. Os mendigos identificados nessa pesquisa costumavam mendigar nas igrejas a seguir: São Francisco, Curato da Sé, Bonfim, Conceição da Praia, Santo Antonio, São Francisco, Piedade.

⁶⁰ Acúmulo de líquido na cavidade abdominal; barriga d'água

⁶¹ ASCMBa - Livro 1060, p. 100 e 100v.

missas que garantiam um bom destino para a alma, na medida em que purificavam a alma do pecador, abreviando sua passagem pelo purgatório⁶².

Alguns idosos que viviam na mendicância já chegavam ao Hospital da Caridade em estado terminal, morrendo logo após darem entrada nessa instituição, como aconteceu com Marcelina, uma mendiga africana, de 70 anos, falecida às dez horas do dia 16 de novembro de 1868, poucas horas depois de alcançar a portaria do hospital.

Outros eram levados pelos subdelegados da cidade, como Floreão do Sacramento, africano Ussá, viúvo, com 65 anos de idade, que era pintor na Rua das Flores⁶³; outros eram levados ao Hospital por desconhecidos, como o caso de um homem de 89 anos, mendigo, sem endereço fixo, encontrado na rua sem fala e moribundo, morrendo no mesmo dia em que deu entrada no Hospital⁶⁴.

A vida para muitos velhos apresentava-se de maneira muito dura, principalmente quando se envelheceu sem conhecer a liberdade ou essa liberdade chegou tardiamente, sem a possibilidade de uma vida digna. Talvez esse tenha sido o motivo de alguns suicídios de idosos nesse período, particularmente de José, um africano de 70 anos, encontrado enforcado em um dos quartos do seu senhor, já falecido (Correio Mercantil, 1851).

A solidão era uma realidade entre as pessoas em idade avançadas que viviam na Salvador oitocentista, levando-as a buscar companheirismo através do casamento em idade tardia, principalmente entre os membros das camadas inferiores da população urbana (MATTOSO, 1992). É o que mostra notícia veiculada no Correio de Noticias de 09 de novembro de 1899, intitulada “casamento singular”, entre um homem de 92 anos e uma mulher de 90 anos, que moravam em Viena.

A percepção que a sociedade da época tinha da velhice estava associada à decadência, ao feio, ou à decrepitude, como apontam as causas de morte de muitos registros do cemitério do Campo Santo ou a poesia veiculada pelo Correio de Noticias do dia 19 de agosto de 1900 sobre “A

⁶² Os cortejos fúnebres sempre foram uma preocupação para os habitantes da província da Bahia. Independentemente da classe social ou etnia, todos buscavam ter uma morte com pompa e cerimônia. Sobre rituais relacionados à morte ler REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

⁶³ Livro 1061 - Registro de Entrada e Saída de doentes do Hospital da Caridade, p. 100-100 v.

⁶⁴ Livro nº 1060 - Registro de Entrada e Saída de Doentes do Hospital da Caridade, p. 231.

Valsa”. De acordo com o poeta a valsa é a rainha dos bailes, tem algo de fantástico: “fatiga o corpo e refresca a alma”. Se dançada com uma jovem o cavalheiro esquece tudo, inclusive as dívidas. Contudo, dançada com “uma velha enrugada, olhos mortiços, lábios caídos, faces rebocadas de carmin e pós d’arroz (...) é o mesmo que apanhar uma cacetada á traição”

A embriaguez também era uma realidade entre os velhos que viviam da mendicância, levando muitas vezes a brigas ou à morte, como no caso de Maria Antonia, de 60 anos, que costumava embriagar-se e caiu do sótão da casa do seu senhor, João Lourenso Seixas, falecendo em seguida (Correio Mercantil, 1851).

Para os africanos, que mesmo na velhice continuavam a servir a seus senhores, ficavam as tarefas de cuidar dos filhos das sinhás que iam para a Europa estudar e retornavam senhores, limpar as cocheiras dos seus senhores e, sobretudo, preparar as refeições de seus amos, como é o caso de Fabrício, um africano que em agosto de 1865 morre aos 70 anos de moléstia interna, sem conhecer a liberdade, preparando os quitutes para o barão de Rio de Contas (Livro 1317, p. 15). Histórias de vidas semelhantes são as de Marcelino, um negro que morreu aos 70 anos na escravidão, de gastrite, cozinhando para a família de Thomé da Costa Passos (Livro 1317, p. 22) e de Cornélio, outro escravo idoso de 70 anos, que era responsável pelas refeições do Dr. Olegário Ferreira Bandeira (Livro 1317, p. 49).

Mesmo na profissão de carregadores de cadeira, encontramos registro de escravos em idade avançada. Em 1865, Francisco, um negro africano de 70 anos, morre de gangrena, ainda na profissão de carregador de cadeira de sua senhora D. Maria Luisa Carneiro (Livro 1317, p. 21). Também o barão de São Francisco não abre mão do trabalho escravo de Damião, que vive até os 60 anos transportando o seu senhor em uma dessas cadeirinhas⁶⁵. Na categoria dos ganhadores são os carregadores de cadeiras que conseguem comprar mais rapidamente a liberdade, pois os senhores deixavam para o escravo aquilo que era arrecadado e que excedia à receita que deveria apresentar diariamente (VERGER, 1999).

⁶⁵ ASCMBA, Livro 1377 A, estante H – Enterramentos no Cemitério do Campo Santo, p. 44.

Outra atividade que encontramos sendo desenvolvida por negros e negras escravos ou ex-escravos, na segunda metade do século XIX, é a venda de doces, guloseimas e pratos cozidos nas ruas de Salvador⁶⁶. Chamados de ganhadeiras, ganhadores, ou ainda vendedeiras esses negros, muitos deles idosos vendiam comidas para proveito de seus senhores ou suas senhoras, sendo “obrigados a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes” (SOARES, 1994, p. 49). Muitos desses escravos conseguiam acumular a quantia que lhes cabia e mais tarde compravam sua liberdade e continuavam a exercer a mesma atividade por conta própria. Este é o caso de Domingas Maria do Nascimento, 90 anos, liberta⁶⁷ e Ozório de Aguiar, 70 anos, liberto⁶⁸.

Quando conseguem a liberdade e passam a trabalhar por conta própria, as novas quituteiras passam a ter como concorrentes as antigas amas. Estabelecida a concorrência,

Nada é economizado para ultrapassar a rival pela qualidade, a habilidade e destreza da mão colocada em obra para a confecção de todos os seus pratos. Elas têm também que fazer face, uma e outras, à dura concorrência dos *doces*, confeccionados nos conventos do Desterro e da Soledade (VERGER, 1999, p. 163)

No entanto, muitos foram os casos de negros e negras velhas que morreram em idade avançada vendendo nas ruas de Salvador sem conhecerem a liberdade. É o que nos mostra os dados coletados no livro 1317 que registra os enterramentos em covas rasas no cemitério do Campo Santo: Frederico, 70 anos, escravo de Ignácio Alves Nazareth (p. 7); José, 80 anos, escravo de Angelo Francisco Motta, p.9; Thomé, 90 anos, escravo Francisco Marcellino Gesteira, p. 21; Juvencia, 70 anos, escrava de Jin. P. de Souza; João, 80 anos, escravo de Inocencio José Gomes, p. 24; Perpetua, 60 anos, escrava de D. Francisca de S. Uzel, p. 48.

No outro extremo estava a classe alta ou a elite, representada pelos Catarinos, Calmons de Sá, Bittencourts, Magalhães, Correias da Silva, etc. Entre eles encontramos os idosos ilustres na segunda metade do século XIX, a

⁶⁶ Entre as comidas vendidas nas ruas por esses africanos temos o mocotó, mingau de milho, canjica, arroz doce, feijão ao leite de coco com açúcar, quebra, queixo feito de melado, etc.

⁶⁷ ASCMBa, Livro 1377 A, estante H – Enterramentos no Cemitério do Campo Santo, p. 9.

⁶⁸ ASCMBa, Livro 1377 A, estante H – Enterramentos no Cemitério do Campo Santo, p. 28.

exemplo do comendador Thomas Pedreira Geremoabo, que viveu até setembro de 1875, completando 70 anos de vida⁶⁹ e Joaquim Pereira Marinho membro fundador e primeiro presidente do Banco da Bahia.

Na literatura podemos registrar a participação de Domingos Borges de Barros que morreu aos 76 anos de idade, em 1856. Ele se tornou barão de Pedra Branca em 1825 e visconde em 1826, época em que publicou dois volumes intitulados Poesias oferecidas às damas brasileiras por um baiano. Domingos Borges de Barros viveu em Paris de 1823 a 1828 como diplomata e, ao retornar à Bahia em 1831 retoma sua cadeira no senado e se dedica à exploração de seus engenhos e a obras de caridade (VERGER, 1999).

Nas artes, encontramos Bento Sabino dos Reis, morto aos 80 anos, que trabalhava com entalhe de madeira e modelagem de terracota. Além de deixar inúmeras obras de artes (estátuas e quadros em baixo relevo) Bento formou uma geração de novos escultores. O mais ilustre de seus alunos, Manoel Ignácio da Costa morreu aos 90 anos (VERGER, 1999).

Dentre os homens que construíram grandes fortunas nos oitocentos e que ultrapassaram a marca dos 70 anos de idade, temos conde Pereira Marinho que morreu de tétano em abril de 1887⁷⁰. Joaquim Pereira Marinho construiu a maior fortuna da época graças a transações de sucesso no mercado do charque, sucedendo Pedroso de Albuquerque como poder capitalista. Como um bom representante da sua categoria, Pereira Marinho tinha “capitais importantes para a época e navios para o transporte de suas mercadorias, as pessoas disputavam as letras de câmbio assinadas por ele preferindo-as aos títulos bancários” (VERGER, 1999). Contribuiu para a construção de um número significativo de prédios no Corredor da Vitória, no Farol da Barra e no bairro comercial. O conde Marinho aparece entre um dos negreiros mais ativos da Bahia e enriquece de tal forma que a corte de Portugal passa a outorgar sucessivas dignidades e os títulos de comendador, barão, visconde e conde. Foi “membro fundador e primeiro presidente do Banco da Bahia, em 1858, diretor da companhia de estradas de ferro de Juazeiro em 1859 e cônsul da Argentina no mesmo ano”. Mais próximo do fim de sua vida será provedor da Santa Casa de Misericórdia da Bahia durante muitos anos.

⁶⁹ ASCMBA, Livro 1320 – Enterramentos feitos em carneiros, no Campo Santo, p. 2.

⁷⁰ ASCMBA, Livro 1377 A, estante H – Enterramentos no Cemitério do Campo Santo, p. 88.

Referências

BARRETO, Maria Renilda Nery. *Nascer na Bahia do século XIX*. Salvador (1832-1889), 2000, 136f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2000.

BELLINI, Ligia. Por amor e por interesse: a relação senhor-escravo em cartas de alforria. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 73-86.

BERQUÓ, Elza. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: LIBERASSO NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin. *Velhice e sociedade*. Campinas, SP: Papirus, 1999. p.11-40.

BIRMAN, Joel. Futuro de todos nós: temporalidade, memória e terceira idade na psicanálise. In: *Terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará: UnATI/UERJ, 1995. cap. 2, p. 30-31.

BRAZIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Código Criminal do Império do Brasil. In: COLLECÇÃO das Leis do Império do Brasil de 1830. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876, Parte I, p.196.

BURALI, Gabriela. *A assistência ao idoso no Lar Padre Euclides de Ribeirão Preto/SP nas décadas de 1910 a 1950*. 2003. 181f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, USP, Ribeirão Preto, 2003.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: a epidemia do cólera na Bahia em 1855-56*.1993,175f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1993.

FARIAS, Sara Oliveira. *Irmãos de cor, de caridade e de crença: a irmandade do Rosário do Pelourinho na Bahia do século XIX*, 1997, 137f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das mulheres: condição feminina e cotidiano popular na Belle Epoque imperfeita*, 1994, 223 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1994.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo, SP/Salvador, BA: HUCUI TEC-EDUFBA, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GROISMAN, Daniel. Asilos de velhos: passado e presente. Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento. Porto Alegre, vol. 2, p. 67-87, 1999a.

_____. Duas abordagens aos asilos de velhos: da clínica Santa Genoveva à história da institucionalização da velhice. *Cadernos Pagu*, Dossiê Gênero em Gerações, São Paulo, n.13, p.161-190, 1999b.

_____. *A infância no asilo: a institucionalização da velhice no Rio de Janeiro da virada do século*. 124f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, RJ. 1999c.

KATZ, Stephen. *Disciplining Old Age: the formation of the gerontological knowledge*. Charlottesville, University Press of Virginia, 1996.

KLEIN, Hebert, S.; ENGERMAN, Stanley L. Notas sobre as tendências e padrões dos preços de alforrias na Bahia, 1819-1888. In: REIS, João José (org.). *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988, p. 60-72.

MACHADO, Roberto ET AL. *Danação da norma: a medicina social e a constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. A propósito de cartas de alforria. *Anais de História*. Publicação do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano IV, 1972, p. 23-52.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: Uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Da revolução dos alfaiates à riqueza dos baianos no século XIX: itinerário de uma historiadora*. Salvador: Corrupio, 2004.

MUNIZ, Gonçalo. *A medicina e sua evolução na Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez Freguesias da Cidade do Salvador*. Salvador, EDUFBA, 1989.

NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REIS, JOÃO JOSÉ. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Marcos Augusto Pessoa. *A Faculdade de Medicina na Bahia na visão de seus memorialistas (1854-1924)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1997.

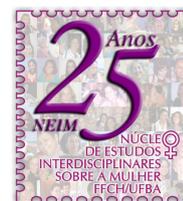
SANT'ANNA, Mara Rúbia. *O velho no espelho: um cidadão que envelheceu*. Florianópolis: UFSC, 2000.

SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro. *História da Medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947.

VILHENA, Luiz dos Santos. *A Bahia no século XVIII. Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas*. Salvador: Itapuã, 1969, 3v.

GT- Família e Geração
Marcela Moura Torres Paim*
UFBA*

Palavras-chave: Linguagem; Identidade Social; Narrativa; Tempo;
Mulheres Idosas.



O discurso de falantes idosas numa perspectiva temporal

Introdução

Para refletir sobre a questão da identidade social de terceira faixa etária, utilizou-se a postulada Teoria Social do Discurso por Fairclough em *Discurso e Mudança Social* (2001). Segundo o referido autor, o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação. Assim, o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes.

Dessa forma, o discurso é uma prática de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado. Tal prática focaliza, dentre os aspectos relativos aos efeitos construtivos, a construção, manutenção e projeção de identidades sociais. Em outras palavras, pode-se dizer que o discurso é o local onde as identidades sociais são estabelecidas.

Embora não configurem um tema preferencial para a área, as questões de identidade social têm sido estudadas também no campo da lingüística. Com o fim de situar a perspectiva de identidade social adotada neste trabalho em relação a essas abordagens, foi tomado como base o trabalho de Hoffnagel (1999), considerado como exemplar para este tema. Demarcando uma perspectiva de análise na sociolingüística interativa, Hoffnagel (1999, p.81) comentando Ochs (1993, p.289) esclarece que:

a identidade social é formada de uma gama de personae sociais que pode ser invocada ou atribuída ao longo da vida, não sendo, portanto, fixa nem categórica, pois um indivíduo pode evidenciar aspectos diferentes como faixa etária, sexo, profissão, etc, dependendo de com quem se está interagindo. (HOFFNAGEL, 1999, p.81)

Nesta pesquisa, focalizo uma das dimensões da identidade social: identidade de faixa etária de informantes femininas idosas pertencentes ao Projeto Norma Lingüística Urbana Culta da Cidade de Salvador (Projeto NURC/SSA). A opção de se trabalhar com este gênero textual encontra-se no fato de este conter alguns recursos lingüísticos que podem revelar o estereótipo: "os tempos antigos eram sempre melhores" e que transmitem a construção, projeção e manutenção da identidade social de faixa etária.

Fundamentação teórica

Em sociedades industriais modernas, especialmente nos meios urbanos, o indivíduo interage em diferentes grupos e desempenha diversos papéis, distintos conforme o contexto institucional. Portanto, o ser humano está no mundo da *pessoa*, enquanto "personagem de si", com sua consciência, direitos individuais e enorme liberdade de ação, e não mais diante da *persona*, "personagem do grupo", com papéis rigidamente pré-traçados pela sociedade em que vive. Desta forma, nas sociedades modernas, o indivíduo reveste-se/investe-se de múltiplas identidades, sendo inúmeros os traços disponíveis que permitem fundamentar atribuições de identidade social de faixa etária.

Conforme Preti (1991, p.75), existe no Brasil e praticamente em todo o mundo o aumento preocupante da população idosa. Apesar dessa situação, longe de os idosos merecerem uma maior atenção da comunidade, o que se nota é que a idade vem constituindo-se, cada vez mais, num fator crescente de discriminação social. A linguagem dessa faixa etária apresenta marcas específicas que podem ser vislumbradas nos campos prosódico, sintático, léxico e, sobretudo, discursivo ou conversacional. É nesse último campo – discursivo ou conversacional – que será evidenciado o estudo da categoria *tempo* no discurso dos idosos.

Considerando-se a questão da faixa etária, é possível afirmar que, a linguagem dos idosos pode ser estudada em três perspectivas que mantêm pontos de ligação e não são estáticas: a de caráter cultural, social e psicológico individual. Na perspectiva de caráter cultural existe a concepção de que os idosos devem ter um papel específico na sociedade em que vivem, de acordo com a tradição cultural a que pertencem; na segunda perspectiva, a de caráter social, há a visão de que a sociedade possui uma postura em relação aos idosos e, de acordo com ela, processam-se as relações sociais entre os idosos e os demais grupos etários; e por último, na perspectiva de caráter psicológico individual, encontramos a idéia de que uma pessoa é tão velha quanto imagina ser.

Considerando-se a questão da faixa etária, é possível afirmar que, em geral, o envelhecimento afeta sua condição de relacionamento social pela linguagem. Assim, as causas de natureza física, decorrentes da idade, que interferem, de maneira às vezes decisiva, nas atividades de pessoas mais maduras, quer sobre sua vida exterior, quer sobre suas reações psíquicas, seu poder de reflexão e análise, atingem consideravelmente sua capacidade comunicativa e receptiva e, por conseqüência, a própria habilidade conversacional.

Segundo Preti (1991, p.57), em geral pode-se dizer que o levantamento das características peculiares à fala das pessoas mais maduras, nos diversos níveis de análise, mostra que as diferenças básicas entre essa linguagem e a dos falantes mais jovens residem muito mais na intensificação das características comuns a ambos, do que propriamente nos traços específicos. É o que ocorre com as repetições e suas várias espécies, como os anacolutos, com as parentéticas e, sobretudo, com as pausas, as hesitações e as autocorrekções.

Conforme procura demonstrar Preti (1991, p.102), a linguagem dos idosos apresenta interferência de fatores naturais, psicofísicos (maior lentidão das reações na comunicação ativa ou receptiva, os problemas de audição e memória) e a outros de natureza sociocultural, como a situação estigmatizada dos velhos na sociedade contemporânea, o que lhes acarreta uma insegurança manifestada em todos os atos de sua vida e, muito particularmente, no seu

discurso. Mas, estas variações dos processos de repetição e nas autocorreções – que interferem na fluência do discurso de pessoas mais velhas – são mecanismos estratégicos que elas utilizam para compensar problemas de disfluência que ocorrem ao nível prosódico e para os quais esses falantes não têm solução, assim tais recursos permitem aos idosos sustentar o andamento da conversa, isto é, apesar de tudo, seu discurso é levado adiante.

Prete (1991) apresenta, em seu trabalho, o resultado de uma pesquisa com falantes acima de 80 anos, “os Idosos Velhos”, limitando as citações de sua obra a apenas um diálogo entre dois informantes (de sexo feminino – 85 anos e de sexo masculino – 81 anos), apesar de ter feito 25 entrevistas sobre os temas: vestuário e diversões. Assim, o autor subdivide os idosos em: os “idosos jovens” com 60 a 80 anos, e os “idosos velhos” com mais de 80 anos, faixa etária a partir da qual é mais freqüente a consciência da velhice.

Os lapsos de memória constituem um dos problemas mais importantes para a perda do ritmo normal na fala de pessoas mais velhas juntamente com a rememoração do passado que faz parte da própria organização do discurso do idoso e é feita por meio de vários tipos de informação, que vão desde as datas constantemente citadas para situar o que os falantes chamam de “nosso tempo”, até as indicações de lugares, menção a objetos, valores monetários, marcas comerciais, pessoas, instituições, acontecimentos públicos situados no passado. Essas informações pertencem à história da vida de cada um dos falantes; em geral trata-se de uma experiência compartilhada por ambos e, às vezes, podem ser citadas incompletamente, porque pressupõe o conhecimento do ouvinte.

As informações sobre o passado, que transparecem constantemente no discurso do idoso, muitas vezes são expressas por um léxico em que aparecem vocábulos, expressões, estruturas formulaicas, formas de tratamento, relacionados com sua época. Neste sentido, podemos dizer que as categorias espaço e tempo podem transparecer nas seguintes marcas lexicais: *Arcaísmos* (utilização de vocábulos, formas de construções frasais que saíram do uso na língua corrente e nela refletem fases anteriores nas quais eram vigentes), *Arcaísmos gírios* (vocábulos que têm referentes limitados no tempo e oferecem, não raro, sérias dificuldades de compreensão para os ouvintes mais

jovens, podendo ter significados diversos em outras épocas e lugares), *Expressões formulaicas* (são as frases-feitas, provérbios, refrões, expressões que, muitas vezes, remontam à sua infância e a melodia e a rima que, não raro, as acompanham, favorecem a permanência na memória) e as *Formas de tratamento* (que constituem um dos índices sociolingüísticos mais expressivos, para evocar as relações sociais entre falante/ouvinte).

Embora haja algumas marcas lexicais do tempo, na fala das pessoas mais velhas especialmente, é preciso reconhecer que nem por isso essa linguagem se tornou ininteligível aos mais jovens, mesmo porque os próprios idosos se encarregam de buscar artifícios para explicar os arcaísmos, as expressões formulaicas fora de uso, a gíria de seu tempo. E são esses artifícios que constituem precisamente as marcas mais expressivas da linguagem desse “grupo social”.

O passado como fonte tópica, como regulador da estrutura tópica discursiva, pode fornecer outras pistas para a compreensão da linguagem dos idosos. De fato, fatores culturais agem sobre esses falantes, levando-os a estruturarem seu discurso dentro de parâmetros diversos dos realizados pelos falantes de outras faixas etárias. Preti (1991, p.110) mostra que o estudo da topicalidade no discurso, de certa forma, lembra a própria intuição popular que costuma estigmatizar alguns hábitos lingüísticos dos falantes idosos, classificando-os de “conversa de velhos”, pelas constantes remissivas ao passado, seguindo o estereótipo (“no meu tempo”...).

É justamente no sentido de valorizarem seu tempo ou de se mostrarem integrados na sociedade em que vivem, que as pessoas mais velhas escolhem com habilidade o inusitado de suas narrativas e avaliam seus pormenores em função das necessidades da interação verbal, considerando os próprios valores e os do ouvinte ou audiência. Enfim, nos esclarece Preti (1991, p.100) que sendo um artifício que se vale fundamentalmente da categoria tempo, as narrativas demonstram o quanto a vida dos falantes mais velhos permanece centrada no passado. Buscando no arquivo da memória fatos para ilustrarem suas idéias, os “idosos velhos” vão acumulando uma preciosa documentação da longa “viagem no tempo” a que costumam entregar-se durante a conversação.

Análise do *CORPUS*

Os diálogos gravados pelo Projeto NURC/SSA se desenvolvem sempre na presença de uma audiência, constituída por um ou dois documentadores. Essa situação, no entanto, oferece alguma variedade. Em alguns casos, o diálogo obedece a uma naturalidade satisfatória, a audiência representa papel passivo, sem qualquer interferência maior na conversação; em outros, a audiência se limita a breves intervenções, para estimular a recomposição de tópicos interrompidos com pausas mais longas, ou a reconduzir o diálogo para o tema proposto de início; e, finalmente, em outros ainda, a presença da audiência interfere a tal ponto os interlocutores que passam a regular seu discurso, tendo em vista a compreensão dos documentadores.

Em todos esses casos, é preciso ter presente que as circunstâncias desse diálogo, com situação e tema “encomendados” pela audiência, não poderão refletir uma conversação absolutamente natural, o que só ocorreria se a gravação tivesse sido secreta. Mas, apesar disso, tratando-se sempre de diálogos longos, com o desenvolvimento da gravação, em geral, a conversação ganha sempre mais naturalidade.

Quando se fala em discurso do idoso, refere-se àquele praticado por um grupo de minoria que tem seus problemas e necessidades, muitos dos quais são de fundo social, refletidos na comunicação. Essa perspectiva permite ligar o fenômeno do envelhecimento a uma linha de análise sociolinguística, como se tem feito para o estudo de grupos diferenciados por características socioculturais, psicofísicas, étnicas ou geográficas.

Entender, porém, a linguagem dos idosos como uma variante sociolinguística, implica uma generalização do grupo de idosos, difícil de se justificar, dado os problemas sociais que conduzem à indefinição do papel do idoso, mormente na sociedade contemporânea. Apesar disso, pode-se afirmar que existe um permanente estado de auto-adaptação dos idosos aos novos tempos, escapando da marginalização e identificando-se, tanto quanto possível, com os mais moços. Sua linguagem não está ausente desse processo e esse parece um ponto importante, pois os pesquisadores não se devem deixar levar pela expectativa de que a fala dos idosos seja mais uma

reliquia histórica. Um exemplo de como se manifesta essa linguagem dos idosos pode ser visto no exemplo 1:

Ex.: 1:

“as calças masculinas... (rindo) eu acho que o que fez mais diferença, e que não é nada funcional, é que eles estão tirando os bolsos dos homens. Então, eles *hoje* não têm mais (rindo) onde guardar um lenço, onde guardar (rindo) coisa alguma; são obrigados a usar o... a bolsinha, que tem o nome de... acho que é capanga, né?”. (NURC/SSA – DID 159 – linhas 70-76)

Neste trecho, percebe-se que a informante aproveita a oportunidade para exercitar e ativar a lembrança, indispensável à formulação de seu pensamento. Isso demonstra também a presença da experiência acumulada que reconhece o fato de as calças masculinas de antigamente serem mais funcionais porque com elas os homens podiam guardar lenços ou outras coisas.

Acerca do discurso dos idosos, pode-se pensar, então, numa categoria “tempo de vigência dos acontecimentos” dentro do qual o idoso construiria boa parte de seu discurso, relacionado com um passado sobre o qual ainda tem pleno domínio de memória, ao qual, ainda, de certa forma, está muito preso, e dentro do qual estão acontecimentos, lugares, coisas, pessoas, fases, que fazem parte, ainda, de sua história e de sua maneira de analisar o tempo presente, como se vê no exemplo 2.

Ex.: 2:

Inf. “*Hoje* não se faz mais nada, *antigamente* a gente comemorava tudo mesmo né, *hoje* não, *hoje*, como é que se chama na gíria é cafonice, não existe mais nada, simplesmente ele chega na casa e diz ao pai eu quero casar com sua filha, eu vou casar, nós vamos nos casar, *antigamente* é que se comemorava tudo, se chegava, apresentava aos pais não é, estou gostando de Fulano, aí os pais procuravam ter informação, não dava logo a mão em casamento não é, ainda ia tirar informações dele, informações a respeito do indivíduo pra então saber a quem ele ia confiar a filha, mas *hoje* é a moça quem escolhe e ela mesmo é quem resolve e não interessa a opinião dos pais em lhe dizer que

quer e nem que não quer, então ela mesma resolve por ela.” (NURC/SSA – DID 193 – linhas 216-224).

Essa característica de lembrar do passado não está ausente da linguagem de falantes de outras faixas etárias, pois todos têm um passado a que se referir, mas ganha uma projeção muito especial, na fala dos idosos que relata o passado e o projeta a todo o momento em seu presente, o que é uma grande marca da identidade social de terceira faixa etária.

A rememoração do passado faz parte da própria organização dos idosos e é feita por meio de vários tipos de informação, como demonstra o exemplo 3.

Ex.: 3:

Doc. E quais em geral essas ferramentas que usam na construção de casa, que os mestres usam, que os operários usam né?

Inf. Antigamente, usavam pá, picaretas, hoje já existem os instrumentos mais aperfeiçoados não é? Que já permitem as construções serem mais rápidas e...

Doc. E o pedreiro, o que é que ainda usa?

Inf. O pedreiro ainda usa sua colerzinha não é?

Doc. E os marceneiros? A senhora falou aí dos marceneiros, o que é que eles usam?

Inf. Marceneiro com carpinteiro, eu faço confusão, eu sei que eles usam seu serrote não é? *Hoje em dia* já existem esses negócios elétricos que já facilitam a eles não é? *Hoje em dia*, não precisa empregar tanta força não é? *Hoje em dia* não tem mais isso não”. (NURC/SSA – DID 209 – linhas 20-29)

A indicação de que o instrumento utilizado hoje é melhor, mais fácil de manusear, é realizada a partir de uma lembrança do passado onde não existiam instrumentos mais aperfeiçoados. Dessa forma, observa-se que na memória do idoso fica o que para ele significa, afinal o importante é o ato de refazer, relembando o que foi feito e selecionando o que ainda tem sentido em sua vida atual. Não é o passado, objetivamente reconstruído, que o idoso

exprime, mas o que ainda está carregado de sentido no presente, seja até para fazer crítica social, conforme demonstra o exemplo 4.

Ex.:4:

“[...] bem... eu... eu só faço duas refeições: almoço e jantar (inint) negócio de... *agora* que eu estou aposentada, entendeu? *Agora* que estou aposentada e faço parte de uns clubes aí ou o *Internation Womens Club* e um clube... um outro clube de terceira idade, entendeu, então eh... *todo dia* tem um evento, tem um chá, tem um... agora São João, por exemplo, foi chá, forró, o diabo a quatorze ouviu? (risos) e então a gente sai daquela linha de... de regime, né? Mas eu não tenho o hábito de... de fazer lanche. Eu almoço, janto, aliás, *hoje* já não janto mais. À noite, eu tomo um... um café, eu... às vê... às vezes uma sopa que é pra não engordar, manter a... a linha (risos)” (NURC/SSA – DID 005R – linhas 35-45)

Parece uma tendência natural dos idosos, por ocasião de seu envelhecimento, agarrar-se a valores do passado para marcar sua oposição a um tempo presente em que, por causa da idade, se sente progressivamente marginalizado. Dessa forma, em muitas passagens de seu discurso, os idosos manifestam a tendência psicológica defensiva do idoso, “protegendo” o passado, valorizando o “seu tempo” (o tempo de sua juventude), recorrendo constantemente a ele na comparação com o presente, como também pode ser observado no exemplo 5.

Ex.:5:

“*Hoje* a costureira, que seria a... tradicionalmente seria a... a que ela costurava pra mulher, *hoje* faz roupa de homem e os alfaiates, que seriam os costureiros pra homem, tem aí... já fazem trajés pras mulheres. Então *hoje* já misturou, unissex, né? Os alfaiates tanto costuram pra homem como pra mulher e as costureiras também... pra homens e mulheres...” (NURC/SSA – DID 008R – linhas 202-205)

Como pode ser visualizado, a memória dos idosos trabalha com uma série de estereótipos, largamente empregados na estruturação de seus tópicos na conversação. Conforme demonstra o exemplo apresentado, os idosos têm, quase sempre, uma tendência muito grande para se tornarem contadores de histórias. Explica-se facilmente esse fato: há um destino educativo no seu papel social e para cumpri-lo existe uma exemplificação farta acumulada ao longo de sua vida. Além disso, há um interesse em relembrar o passado, valorizando-o em relação ao presente. O “seu tempo” para o idoso, isto é, o tempo de sua juventude, parece-lhe sempre melhor do que a realidade presente em que vive.

Por outro lado, na conversação, quando é dado aos falantes da terceira faixa etária a oportunidade de interagir naturalmente com outros falantes, o idoso tem a tendência de falar muito, relembrando nas narrativas a sua experiência e revelando muita habilidade em montar o seu discurso, opondo valores do passado a valores do presente. Assim, “no meu tempo...” mais do que um simples clichê, é uma estratégia da conversação dos idosos que pode, no entanto, se o contexto da conversa for desfavorável ao falante, até indispor-lo com seus interlocutores mais jovens que não hesitarão em classificar esse discurso de “conversa de velho”.

A memória também está presente no exemplo a seguir:

Ex.:6:

Inf. “[...] o que eu acho que está acontecendo é a família di... dissolvida, não só dissolvida por pais separados não, dissolvida pelo trabalho, cada um indo para o seu trabalho, para as suas atividades e as crianças e os adolescentes ficam muito soltos então vem a televisão, e vem a internet, vem o computador, vem todos os subsidiário né que estão substituindo a convivência familiar porque *antigamente* a mãe saía tinha a avó, tinha a tia dentro de casa, era uma casa onde o adolescente chegava ou a criança chegava e tinha os adultos, *hoje* os adolescentes chega... a criança chega só tem os empregados, e os empregados não podem educar ninguém, eles precisam ser educados, eles

não têm culpa, o que eu acho é isso, então a televisão ou ela bem usada, ela... ela em si talvez po... possamos dizer que ela seja até um pouco neutra, depende de como usar ela, depende de como você usar, você pode usar a televisão até muito bem, tem canais aí onde tem viagens, e viagens e viagens né, canais até mais educativos, programas até muito educativos mas é como... como a internet, a criança usa né, a depender do seu gosto, e também na televisão usa-se se é pra fazer eh, ouvir filmes pornográficos, ou filme de horror depende de como você usar, essa que é a verdade". (NURC/SSA – DID 13R – linhas 646-661)

Neste exemplo, pode ser percebido que os idosos lembram e dão expressão às suas lembranças. O papel da memória é tradicionalmente valorizado entre os mais velhos, assim como suas lembranças constituem patrimônio coletivo, expresso e revivido permanentemente no contato com novas gerações, sejam crianças ou adultos.

É importante também lembrar, a propósito do “discurso a dois”, que os interlocutores participaram de uma mesma realidade social e familiar no passado, as experiências se identificam. Por isso, de certa forma, a construção tópica é um contínuo processo de reidentificação, como se vê no exemplo 7:

Essa “defesa” do passado e essa posição de crítica ao presente também apresenta-se como uma constância da estrutura tópica: passado X presente no exemplo a seguir:

Ex.: 7:

“*Inf. 2.* Eu sempre trabalhei em hospital né? *Antigamente* era o hospital de reidratação, somente, era o hospital de reidratação e recuperação, o paciente se internava um dia para fazer a reidratação e depois então passava um dia recuperando e saía. Mas, *agora* é pediatria tudo, qualquer caso que chegue não pode voltar e também tem aquilo dos casos que chegue né? Qualquer caso que chegue já pode voltar, *antigamente* tinha a faixa de idade né? Era de recém-nascido até três anos, *agora* não se respeita mais a faixa, é de zero até,

dez, doze, treze, quatorze anos, a gente tá recebendo porque a ordem é essa, mas não tem condições de receber crianças de dez, doze, mais de quatorze anos, se chega lá, às vezes, é uma emergência e bota lá na maca, se improvisa e receita mesmo e se faz sem condições mesmo, não é? Mas o nosso serviço mesmo era só o de recuperação”. (NURC/SSA – D2-354 – linhas 736-746)

É claro que esse mecanismo, conforme demonstram os exemplos, não se realiza com a mesma agressividade de que são alvo os idosos por parte dos jovens. Pelo contrário, os exemplos demonstram a sutileza e os recursos de implicitude de que esses falantes se valem para a sua crítica.

Quanto à estrutura do discurso, observa-se que a categoria tempo percorre a construção dos tópicos, bipartindo-se entre o antes e o agora. Do ponto de vista psicológico, essa diferença entre o fato vivido no passado e a sua rememoração no presente foi bem analisada por E. Bosi (1983, p.17), apoiada nas idéias de Halbwachs (1925 e 1950):

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, porque nós não somos os mesmos de então e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valor. (E. BOSI, 1983, p.17)

Diante do exposto, vale salientar que o discurso dos idosos não difere fundamentalmente daquele dos falantes de outras faixas etárias, no que se refere à utilização das narrativas conversacionais. No entanto, elas se apresentam com grande freqüência no contexto interacional, dada a tendência natural das pessoas da terceira faixa etária de se tornarem contadoras de histórias e de estabelecerem comparações entre passado e presente.

Ex.: 8:

“*Inf. 2.* Bom a gente era envolvida naquele... naquele clima de... de pavor, porque aquilo era falado na cidade e todo mundo se tocava com aquilo e atingia a todos né? Então a gente não, você veja *naquele tempo* os meios de locomoção não eram os de *hoje* né? Era os bondes, tinham os bondes...

Inf. 1. Aliás, uma coisa linda...

Inf. 2. É...

Inf. 1. É uma saudade imensa que eu tinha daquilo...

Inf. 2. É porque eles marcaram *uma época* mais alta daqui porque se podia pegar o bonde para ir a qualquer lugar porque se ia apreciando a paisagem né? E você ia apreciando, aquilo você tinha tempo e você ia tranqüila, mas *hoje em dia* se você pegar um bonde você fica doida porque você tem que chegar logo e o bonde demora daqui que ele vá né? Nos trilhos”. (NURC/SSA – D2-362 – linhas168-177)

Diante do exposto, vale salientar que o discurso dos idosos não difere fundamentalmente daquele dos falantes de outras faixas etárias, no que se refere à utilização das narrativas conversacionais. No entanto, elas se apresentam com grande freqüência no contexto interacional, dada a tendência natural das pessoas da terceira faixa etária de se tornarem contadoras de histórias e de estabelecerem comparações entre passado e presente.

Observa-se que esses falantes, no sentido de valorizarem “seu tempo” ou de se mostrarem integrados na sociedade em que vivem, escolhem com habilidade o inusitado de suas narrativas e avaliam seus pormenores em função das necessidades da interação verbal, considerando os próprios valores e os do ouvinte ou audiência.

Nos trechos citados, os marcadores temporais que expressam a idéia do presente encontram-se nas formas: “hoje”, “ultimamente” e “agora” que são estruturas pontuais e nas formas “hoje em dia” e “todo dia” que são estruturas fraseológicas. As idéias do passado, por sua vez, encontram-se nas formas: “antigamente” e “antes” que são estruturas pontuais e nas formas “do meu tempo”, “outro dia”, “naquele tempo”, “quando era mais jovem”, “há anos atrás” e “uma época” que são estruturas fraseológicas.

Do ponto de vista sintático, os marcadores temporais são satélites de elementos sintáticos e bastante deslocáveis na sentença. Já morficamente, percebe-se que há os marcadores temporais simples (“hoje”, “antes” e “agora”), perifrásticos ou locucionais (“do meu tempo”, “hoje em dia”, “todo dia”, “outro dia”, “naquele tempo”, “quando era mais jovem”, “há anos atrás” e “uma época”) e derivados (“ultimamente” e “antigamente”). Semanticamente, por sua vez, esses marcadores temporais não são modificadores dos elementos que satelizam.

As ocorrências dos marcadores temporais desses trechos são fóricas, pois indicam circunstância de tempo, que é referida ao momento da enunciação, numa escala de proximidade temporal. Com relação à sua função, os marcadores temporais apresentam a função adjuntiva adverbial, pois o advérbio é periférico, ou satélite, no sintagma verbal.

Como todos os advérbios de tempo, os marcadores temporais em questão apresentam como característica semântica geral o fato de indicar circunstância de tempo. Os marcadores temporais, em análise, apontam situação absoluta que se refere ao momento ou período situado na escala do tempo, que nos exemplos em questão são não-cronológico, sem ligação com o calendário, tais como: “hoje”, “agora” e “hoje em dia” (=na época atual), “ultimamente” (=durante período passado próximo a este), “todo dia” (=com frequência diária), “antigamente” (=na época bem anterior a esta), “antes”, “do meu tempo”, “outro dia”, “naquele tempo”, “quando era mais jovem”, “há anos atrás”, “uma época” (= em momento ou período anterior ao presente).

Observa-se que as falantes idosas, no sentido de valorizarem “seu tempo” ou de se mostrarem integrados na sociedade em que vivem, escolhem com habilidade o inusitado de suas narrativas e avaliam seus pormenores em função das necessidades da interação verbal, considerando os próprios valores e os do ouvinte ou audiência.

Enfim, utilizando-se da categoria tempo, o discurso das idosas demonstra o quanto a vida desses falantes permanece centrada no passado. Buscando no arquivo da memória fatos para ilustrarem suas idéias, as pessoas da terceira faixa etária vão acumulando uma preciosa documentação da longa “viagem no tempo” a que costumam entregar-se durante a conversação.

Considerações finais

Neste trabalho procuramos mostrar, como os recursos lingüísticos utilizados na atividade discursiva falada constroem, mantêm e projetam a identidade de faixa etária em inquéritos do Projeto NURC da cidade de Salvador.

Em vista do exposto, quisemos demonstrar que a identidade de faixa etária depende basicamente da categoria *tempo*, pois esta atua nessa linguagem como um elemento ordenador na elaboração do discurso, manifestando-se em dois pólos – o antes e o agora, com forte participação do primeiro, mais vivenciado, o que permitiu uma análise mais dirigida do segundo – visando às oposições desejadas entre passado e presente típico dos discursos pertencentes a uma faixa etária mais avançada.

Referências Bibliográficas

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

FAIRCLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

HOFFNAGEL, Judith Chambliss. A emergência de identidades na atividade discursiva falada e escrita. In: MOURA, Benilda (Org.). Os múltiplos usos da língua. Maceió: [s.n.], 1999.

PRETI, Dino. A linguagem dos idosos. São Paulo: Contexto, 1991.



Mulheres chefes de família de classes médias: Na trama das interseccionalidades

Introdução

Neste trabalho, originalmente produzido como tese de doutorado (MACÊDO, 2008) proponho-me a entender a realidade ainda pouco conhecida das mulheres chefes de família de classes médias em Salvador, visto que a grande maioria dos estudos sobre chefia feminina vem insistindo na homogeneidade desse grupo social e tem associado sua expansão à ampliação dos processos de pauperização, contemporaneamente sintetizado na idéia de uma feminização da pobreza (BUVINIC et al., 1983; BARROS et al., 1994). Nessa direção, busco refletir como a experiência de chefia familiar por mulheres precisa ser analisada face à articulação interseccional dos pertencimentos sociais de classe, gênero e idade/geração desses sujeitos, dando ênfase à multiplicidade de interconexões entre sistemas de opressão. Pude perceber, assim, a importância do questionamento dessa homogeneidade artificial em torno dessas mulheres, como se elas fossem sempre indivíduos pauperizados e, mais do que isso, “as mais pobres entre os pobres” (LAVINAS, 1996; GONZALEZ DE LA ROCHA, 1999). O que não é verdade, especialmente, com a sua expansão em todos os estratos socioeconômicos e, em especial, entre as classes médias brasileiras nas últimas décadas (SCOTT, 2002; WOORTMANN & WOORTMANN, 2002).

Contextualizada a proposta da investigação, o objetivo desse trabalho é lançar algumas luzes sobre complexidade e diversidade em torno do fenômeno da chefia feminina no universo ainda pouco conhecido das classes médias de uma metrópole brasileira, no intuito de compreender que algumas mulheres vivenciam a experiência da chefia em termos bastante diferenciados do viés dominante nesse campo de estudos, a depender da combinação de seus diferentes pertencimentos sociais, o que pode significar dizer que, em algumas

situações, ser chefe de família pode ser lido como o resultado da melhoria das condições de vida de algumas mulheres e não o contrário.

Tomo como hipótese central nesta investigação, portanto, a defesa de que o aumento do contingente de mulheres como chefes de domicílio decorre da articulação de uma pluralidade de fatores de natureza econômica, social, cultural e comportamental (BERQUÓ, 2001) – o que implica atentar para o entrelace de dimensões fundantes da vida social como classe, gênero, raça/etnia e idade/geração. Assim, a ênfase excessiva na dimensão de classe, vem produzindo uma associação direta entre esse fenômeno e os processos de pauperização – o que torna a chefia feminina sinônimo de vulnerabilidade – e essa associação precisa ser questionada, pois nem todas são pobres. Inversamente, acredito que seu crescimento entre as classes médias pode ser tomado como um indicativo de que há uma melhoria significativa nas *condições de sobrevivência e existência* dessas mulheres, principalmente quando comparadas às mulheres de classes populares.

A investigação levada a termo trabalhou dois eixos fundamentais: as trajetórias e as experiências de 30 mulheres chefes de família de classe média em Salvador. Assim, buscou entender quais os caminhos que as levaram à condição de chefes de seus domicílios, através da reconstrução de suas trajetórias familiares, educacionais, afetivo-sexuais e conjugais e como, nesse contexto, foram sendo construídas suas carreiras profissionais. Na outra ponta, buscou mergulhar nas experiências atuais das entrevistadas em torno do triplo pertencimento à condição de mãe, trabalhadora e chefe de família: a idéia, portanto, foi a de perceber como seus marcadores de gênero, raça/etnia, classe social e idade/geração, vão, na trama das interseccionalidades (CRENSHAW, 2002), definindo-lhes suas experiências atuais, entre escolhas e constrangimentos.

Nessa perspectiva, optou-se pela adoção de uma epistemologia feminista que reconhece o conhecimento como proferido a partir de um lugar (HARAWAY, 1995) e uma metodologia que visava valorizar a articulação de práticas e representações, buscando integrar as dimensões objetivas e subjetivas da existência desses sujeitos através do uso do conceito de *habitus* – de forma a dar conta do duplo movimento de objetivação e subjetivação da vida social (BOURDIEU, 1994).

Assim, a pesquisa de campo foi operacionalizada mediante o uso de uma abordagem qualitativa, através da reconstrução de histórias de vida e entrevistas em profundidade (com uma tentativa de observação) junto a mulheres na condição de provedoras de seus domicílios e conviventes com filho biológico ou não (dependente economicamente), acessadas através da estratégia de formação de redes entre as entrevistadas. O trabalho de campo foi realizado exclusivamente por mim entre outubro de 2006 e maio de 2007, um verdadeiro “mergulho em campo” que resultou mais de 500 páginas de relatos. Vamos, portanto, aos achados!

Os achados da pesquisa: apresentando as entrevistadas e suas trajetórias

De um modo geral, pode-se caracterizar o grupo entrevistado como composto por 30 mulheres profissionais, residentes em áreas consideradas tipicamente de classe média da cidade de Salvador (principalmente nos bairros da Graça, Ondina, Rio Vermelho, Itaipara, Pituba e Praia do Flamengo). Desse universo, 18 mulheres possuem apenas um filho, 10 têm dois e apenas duas possuem três filhos. A faixa de idade varia de 33 a 60 anos, distribuída basicamente em três grupos: as “jovens” de 33-39 anos (04), as “adultas plenas” de 40 a 49 (15) e as “maduras” entre 50 e 60 (11) – a maior concentração está, portanto, na faixa das adultas plenas com 50% das mulheres.

Em termos de pertencimento étnico-racial, a grande maioria é branca (18) e as negras estão sub-representadas, como era de se esperar numa população de classe média, com respectivamente, 07 mulheres pardas e 05 pretas. Já no tocante à situação conjugal, predominam, maciçamente, as separadas (22) e, em segundo lugar, as solteiras (4) e viúvas (3) e apenas uma delas permanece casada (recasamento). Pude ainda constatar um elevado nível de escolarização: das 30 mulheres entrevistadas, 28 têm 15 ou mais anos de estudo, sendo 22 graduadas, 04 mestres e 02 doutoras – 02 estão fazendo mestrado e, pelo menos 02, planejam fazê-lo em futuro próximo e uma já estava se preparando para fazer doutorado. Por fim, no quesito condições

socioeconômicas: (i) as faixas salariais das entrevistadas estão concentradas entre 6 e 9 salários mínimos (11) e entre 10 e 14 (10) e, de 15 e mais (9); (ii) 2/3 já é possuidora de casa própria; (iii) é bastante reduzido o número de entrevistadas que disseram receber pensão ou algum tipo de contribuição para o sustento dos filhos por parte dos ex-companheiros – apenas 1/3 estão nessa situação e (iv) 2/3 das entrevistadas possuem apenas um dependente, o outro terço possui dois filhos nessa mesma condição e um número bastante reduzido (03) possui, além dos filhos, outros membros da família (neto/a, mãe e outros) como dependentes.

Quando instadas a falar de suas trajetórias e experiências de vida ficou evidenciada a ocorrência de uma série de continuidades e descontinuidades em suas posições e atuações sociais, decorrentes, em grande parte de seu pertencimento (em trânsito) a diferentes grupos de idade e geração. No geral, a narrativa das entrevistadas busca fazer um balanço de suas trajetórias e experiências de vida, que são lidas, simultaneamente, a partir do encontro entre escolhas e possibilidades e constrangimentos impostos pelas suas circunstâncias sociais e pessoais e o fator idade/geração é referido com diferentes sentidos por mulheres de diferentes idades e gerações – havia uma clara preocupação em resgatar o trajeto biográfico em conexão com o contexto social, pois “cada trajetória é um caminho tornado possível” pelo encontro de circunstâncias sociais e escolhas possíveis.

Também merece ainda ser explicitada a opção pelo “recorte geracional” como importante marcador para pensar as convergências e diversidade, daí ser esta a estratégia privilegiada de exposição dos achados para apresentar os trajetos de mulheres pertencentes aos diferentes grupos etários participantes da pesquisa. Assim, as práticas e representações em torno de geração denotam vivências contraditórias, marcadas pela imposição de parâmetros socialmente impostos, minimamente “adequados” ao que se espera de uma pessoa com uma determinada idade biológica e, simultaneamente, social (BRITTO DA MOTTA, 1999a; 1999b; 2000).

Assim, através das noções de agência humana (ELDER, 1994), estratégia (BOURDIEU *apud* WACQUANT, 2002) e curso de vida (FEATHERSTONE, 1994) a análise das trajetórias vai mostrar que as mulheres dos três grupos vão apresentar diferentes tipos de protagonismo – pois fazem

escolhas em um tempo histórico que traz seus marcos objetivos e valores que lhe são atinentes. Daí se poder dizer que as trajetórias dessas mulheres foram constantemente “atravessadas” e “produzidas” pelo encontro de seus pertencimentos de gênero, classe, raça/etnia e idade/geração, possibilitando-lhes fazer escolhas que não podem ser explicadas apenas pelo dado de classe (isto é, pela acumulação de capitais – nesse caso cultural e econômico), mas também por fazerem parte de diferentes gerações que, progressivamente, vivenciaram a difusão e as conquistas das bandeiras feministas e outras mudanças culturais (legalização do divórcio, as lutas por emprego e salário igual, as mudanças nas hierarquias de gênero no contexto familiar ou ainda na liberdade sexual e no direito ao prazer etc.). Mas, mesmo dentro de um determinado grupo geracional, o contexto sócio-histórico será reinterpretado a partir das diferentes “combinações” de pertencimentos sociais, daí não ser possível pensar em geração como uma dimensão homogeneizadora dessas trajetórias (ou ainda das experiências), pois, em interação com outras dimensões ela própria é reinterpretada, inclusive, em entre sujeitos que partilham um mesmo contexto sócio-histórico.

Portanto, essas diferentes combinações dos marcadores sociais de classe – inclusive o pertencimento a diferentes estratos dentro dessa classe –, raça/etnia, origem rural urbana, histórico e *background* familiar, vão favorecer a constituição de diferentes *habitus* entre as mulheres pertencentes a esses três grupos. Algumas terão as suas trajetórias mais marcadas pela dimensão da sobrevivência, do investimento prioritário no processo de escolarização ou mesmo nas atividades profissionais. Outras menos, pela sua própria origem familiar, assegurando-lhes não apenas a transmissão de capital econômico e o acesso a um capital cultural, viabilizado pela freqüência às melhores escolas, o que vai lhes permitir gozar dos benefícios assegurados pelo “peso do diploma” (BOURDIEU, 1998); mas, também receberam todo um capital cultural transmitido em “estado incorporado”, como lembra Bourdieu, na forma de uma familiaridade confortável com os códigos de boas maneiras, o domínio da linguagem culta ou a intimidade com os livros.

Certamente que há uma série de outros elementos que se entrelaçam a esse quadro tão simplificado apresentado para tentar explicar os pontos de convergência e as diferenças entre essas mulheres. Esta observação é

bastante pertinente, inclusive, porque fatores muitas vezes minimizados como temperamento, personalidade ou mesmo certos traços idiossincráticos dos sujeitos sociais, não podem ser ignorados em nome de uma abordagem mais objetivista – é sempre tentador, para um/a analista social que partilha de uma orientação teórica mais próxima de um referencial de corte mais histórico-estrutural, remeter os possíveis nexos explicativos da realidade de seu objeto de estudo a dados “mais concretos”, particularmente a uma relação mais imediata entre os indivíduos e as classes sociais, enfatizando a objetividade do mundo exterior como modeladora desse sujeito que se deseja conhecer, numa relação de mão única. Espero ter sido exitosa no esforço de fugir a essa tentação, atentando sempre para a mútua influência entre determinações sociais e sujeitos históricos.

Confrontando experiências: entre escolhas e constrangimentos

31 de dezembro de 2007, último dia do ano. Uma conhecida revista de circulação nacional publica como matéria de capa uma reportagem intitulada: “a segunda vida das mulheres: a crise da meia idade chega ao mundo feminino – e traz mudanças muitas vezes para melhor”⁷¹. Por que causa espanto que a vida dessas mulheres esteja mudando para melhor? O que surpreende é o simples fato de que todas elas são separadas e mães – e, portanto, são chefes de família – e, paradoxalmente, não estão em situação pior de que aquela vivenciada antes, na condição de “mulheres casadas”. Pelo contrário: essa nova vida parece ser melhor que a anterior.

O tema mulheres chefes de família é um dos exemplos dessa leitura enviesada de que mulheres nessa condição estão sempre “na pior”, contribuído fortemente para a construção de representações sociais negativas a respeito do fenômeno, relacionando-o diretamente e de maneira generalizada aos processos de feminização da pobreza. E, como afirmado anteriormente, nem todas são pobres. Assim, qual o diferencial das mulheres chefes de família de classe média em relação às de classe popular?⁷² Há alguma uma

⁷¹ Trata-se da revista *Época*, Editora Globo, n.502, de 31 de dezembro de 2007 (p.80-86).

⁷² Os dados relativos às mulheres de classe popular são de uma pesquisa anteriormente realizada por mim, como dissertação de Mestrado: MACÊDO, Márcia S. *Tecendo os fios e segurando as pontas: trajetórias e experiências entre mulheres chefes de família em Salvador*. Dissertação (Mestrado em Sociologia).

especificidade nesse primeiro grupo? Pode-se falar ainda de um diferencial intra-classe no interior desse grupo?

Em sintonia com a análise das trajetórias que já apontava para uma margem de escolha mais larga em relação às mulheres das classes populares, os “achados” acerca das experiências dessas mulheres vão mostrar uma referência maior à dimensão da existência em relação à da sobrevivência. Quando argüidas sobre a experiência de tornar-se chefe de família, as mulheres vão ressaltar a relevância de ter a *sua vida de volta para si* – o que chamarei da conquista de uma recém descoberta “liberdade de gênero”. Assim, a dimensão de gênero ao ser ressignificada pela dimensão de classe vai terminar por fazer com que, muitas vezes, a *dimensão da existência* se sobreponha à *dimensão da sobrevivência*, gerando assim uma situação muito mais confortável para a mulher de classe média – que passa simultaneamente pela dimensão material e simbólica –, fazendo com que essas mulheres terminem por construir o que optei por chamar de um “habitus de gênero conforme a classe”. Isso porque, a partir das dimensões objetivas e subjetivas da classe, se constrói uma forma particular de viver a dimensão de gênero. Bourdieu (1994) vai mostrar que os processos de engendramento do *habitus*, enquanto o resultado de um agir movido pelas determinações, também se manifestam na forma de escolhas circunstanciadas (isto é: aspirações pré-adaptadas às suas exigências objetivas). É isso que vai diferenciar as experiências das mulheres de chefes de família de classe média daquelas das classes populares, pois as primeiras podem efetivamente elaborar escolhas e construir projetos congruentes com seu universo objetivo e simbólico, pois, na maioria das vezes, dispõem de um arsenal de meios e recursos necessários e suficientes para convertê-los em realidade.

A dimensão da volição é, portanto, um elemento fundamental para entender esse novo sujeito que surpreende e chega a causar espanto. Com as recentes transformações culturais e, particularmente, nas relações de gênero, as mulheres tornam-se cada vez mais impulsionadas à autodeterminação, o que termina por desestimular trajetos tradicionais, favorecendo novas escolhas

e investimentos em projetos individuais e não apenas no casamento – aproxima-se cada vez mais do “indivíduo individualizado” (SINGLY, 2007) típico das sociedades industrializadas no mundo contemporâneo.

A maternidade como escolha termina por ser uma das situações prototípicas desse processo de autodeterminação onde a biologia não é mais destino e a opção por filhos torna-se cada vez mais um projeto – as situações de *maternidade a solo* do tipo adoção de crianças fora da conjugalidade ou mesmo a produção independente vão representar exemplos que materializam essa lógica. Esse é um outro diferencial entre as mulheres de diferentes classes sociais, pois entre mulheres de classes populares não se verifica o mesmo nível de vinculação de “aspirações e práticas objetivamente compatíveis com as condições objetivas” – o que termina por fazer com que volição e oportunidade permaneçam como um par desencontrado para essa últimas.

Esse diferencial também irá se expressar na centralidade dos filhos no projeto existencial dessas mulheres, pois embora a maternidade seja um marco na vida dos indivíduos de ambos os grupos, a forma de viver esse projeto e sua interação com outras dimensões da existência será conformada pelas possibilidades objetivas e subjetivas de manejar o tripé mãe-chefe de família-trabalhadora, onde as demandas postas em cada uma dessas dimensões da experiência não apenas reflete na outra, mas, termina por redefini-las. Assim, ainda que central, o projeto da maternidade precisa ser relativizado, pois ele é apenas um dos eixos na vida das mulheres de classe média que, como sujeitos escolarizados e intelectualizados, vão buscar mais freqüentemente construir e alimentar projetos individuais.

Ser mãe, trabalhadora e chefe de família é uma experiência que será redimensionada ainda por fatores como o tipo de relacionamento mantido com o pai da criança e a possibilidade de acesso à compra de serviços relacionados ao cuidado com filhos e com a casa e ainda quanto à participação em redes de suporte e solidariedade familiares. As mulheres entrevistadas vão apontar para as dificuldades de manutenção do vínculo parental com a ruptura do vínculo conjugal – há recorrentes situações de afastamento dos pais em relação à provisão econômica e educação dos filhos –, o que parece apontar para a persistência de ideologias hierarquizantes nesse contexto. Assim, são

apresentadas uma pluralidade de situações que vão desde a ruptura em definitivo do vínculo parental até a guarda compartilhada, o que termina por mostrar como essa última situação ainda pouco freqüente, mas em expansão entre as classes médias, pode vir a ser um outro diferencial em relação às mulheres nessa situação pertencentes às classes populares, pois, com partilha de responsabilidades com os filhos não se configura o modelo de monoparentalidade em que uma única pessoa precisa dar resposta à provisão, autoridade e a toda a esfera do cuidado.

Portanto, a situação típica de monoparentalidade vai acentuar a relevância do recurso ao trabalho doméstico remunerado – fundamental, especialmente, quando há crianças pequenas. Para as mulheres de classe média esse arranjo de organização doméstica tem uma importância estratégica, sinalizando, inclusive, seu pertencimento às classes menos pauperizadas. Entre as entrevistadas 2/3 tem empregada doméstica e algumas necessitam que essas trabalhadoras morem no domicílio, o que muitas vezes termina por gerar uma relação de dependência em torno de arranjos complexos, onde se misturam relações de trabalho, identidades e trocas afetivas ambíguas – como o caso da entrevistada que dizia ser o provedor e a empregada a esposa e a mãe da criança. Esse diferencial é extremamente importante para pensar os contrastes nas experiências entre mulheres de diferentes classes sociais diante dessa tripla responsabilidade como mãe, trabalhadora e chefe de família.

Por fim, a participação em redes de suporte ao núcleo doméstico familiar também será um outro elemento fundamental, pois aqui é trocado muito mais que cuidados e afetos – no caso das chefes de classe média a solidariedade intergeracional resultou em vários momentos em apoio material, tornando-se elemento vital para a definição do nível de vida do grupo: aproximadamente, 1/4 das entrevistadas – e exatamente aquelas com melhor condição de vida – pôde contar com apoio material para realizações como a compra da casa própria ou montagem de negócio próprio, através da transferência de capitais entre as gerações.

Algumas conclusões

Em primeiro lugar é preciso deixar claro que não existe uma identidade particular dos sujeitos nesse contexto, mas uma partilha de circunstâncias comuns que podem produzir certas “disposições duráveis”, mas o entrelace de diferentes dimensões da existência termina por impossibilitar qualquer tipo de homogeneidade no grupo. Assim, a construção das identidades desses sujeitos estará marcada por uma pluralidade de olhares sobre questões aparentemente comuns como: o “peso” da responsabilidade de ser simultaneamente mãe, mulher e trabalhadora ou inversamente a interação entre essas dimensões como fontes de retroalimentação; ou mesmo a avaliação quanto ao crescimento em termos de mobilidade ascensional, formulado por algumas como um fator limitante e por outras como um divisor de águas numa trajetória a partir daí marcada pelo crescimento profissional e uma melhoria em termos sócio-econômicos – pelo menos 50 % das entrevistadas se consideram como tendo melhorado de vida – decorrente de uma aprendizagem auto-gerida sobre como manejar o uso do dinheiro e da autonomia para a viabilização de projetos; algumas apontam como dificuldade “a solidão de não poder errar” enquanto, outras, inversamente, comemoram a possibilidade de tomar decisões sem a necessidade de um “outro homologador”; há ainda dissenso com relação ao exercício da autoridade sobre os filhos, tarefa árdua para umas e necessária e manejada com relativa tranquilidade por outras que avaliam terem se tornado mais assertivas e seguras com a experiência de chefia de família.

No geral, é bastante perceptível a ocorrência de um conjunto de mudanças que vão permitir um avanço nessa direção da autodeterminação e da assertividade. Chamei essa experiência de “pedagogia da praxis” (GADOTTI, 1994), pois evidenciam a construção de um discurso que aponta para múltiplos sinais de empoderamento, expressos em vários momentos por um sentimento de potência quanto à sua capacidade de envidar esforços e articular recursos para construir novos projetos. Entre eles, está o firme propósito de permanecer sozinha diante da incompatibilidade (muitas vezes de ordem emocional, intelectual e financeira) com possíveis parceiros, pois não estão dispostas a pagar qualquer preço para estar em união. Várias entrevistadas vão afirmar que estão sós, mas não solitárias e se posicionam

firmemente contra a idéia de “baixar o nível de exigência para não ficar sozinha”, inclusive porque não vêem o estar sem parceiro como um problema – ao que parece, para muitas a conjugalidade não é mais um projeto central. Mas, nem todas estão sós, pois pelo menos 1/3 admitiu ter parceiro (namorado, caso, ficante, companheiro), mas muitas não desejam mais a coabitação, defendendo o “viver juntos, porém separados”.

Assim, essas mulheres parecem não querer abrir mão de importantes conquistas como: o direito a requisitos mais igualitários nas relações de gênero, a manutenção de “um teto todo seu” e a possibilidade de cultivar projetos individuais – como retornar a estudar, montar um negócio, mudar de profissão, consumir e trabalhar menos e ganhar mais qualidade de vida entre outros. Os filhos permanecem como parte importante desse projeto: querem vê-los formados e pós-graduados, trabalhando, mas algumas já projetam, inclusive, uma separação física deles para que possam seguir vidas paralelas, próximo afetivamente, mas voltadas para por em movimentos os projetos pessoais de cada um.

Por fim, espero que esse trabalho tenha terminado por oferecer alguma luz para se compreender *melhor o que é ser mulher chefe de família de classe média hoje*, sem tomar o “lugar social” desses sujeitos numa perspectiva imobilizada do tipo “elas são assim” ou mesmo próxima de qualquer tentativa de definir-lhes uma visão de mundo específica ou particular. Portanto, gostaria ainda de reafirmar algumas questões importantes que emergiram do trabalho de investigação. Entendo que as mulheres chefes de família estão cotidianamente sendo desafiadas a enfrentar as definições tradicionais do que é ser mulher, pois, pela própria posição que ocupam no seu grupo familiar, têm vivenciado experiências que não se encaixam nos esquemas tradicionais do gênero e, nesse processo, são obrigadas a confrontar, em vários momentos, os códigos culturais e estereótipos existentes.

Creio que desafio de compreender a emergência de uma nova identidade entre essas mulheres, requer desvendar os processos de estruturação, determinados por uma base objetiva e subjetiva de sua experiência e que através das respostas produzidas por esses sujeitos, vai se materializar em um novo *habitus* de gênero. Isso significa dizer que passa, principalmente pela experimentação de muitas e novas maneiras de ser

mulher, mãe, trabalhadora, chefe de família e sujeito de sua história. Por outro lado, é muito importante esclarecer ainda que não se trata aqui de pensar um único *habitus* de gênero dentro de um esquema de simplificação das relações sociais aí existentes. Isso porque elas estão sendo desafiadas cotidianamente perante certas práticas, discursos e representações sociais que são estruturadas por outros eixos hierarquizantes das relações sociais, também igualmente relevantes, em termos de classe social, idade/geração, raça/etnia, orientação sexual.

Portanto, arrisco a pensar que, nesse contexto de articulação dinâmica de dimensões fundantes da vida social, essas mulheres chefes de família estão sendo produzidas *por* e ao mesmo tempo produtoras *de* novas possibilidades de viver a dimensão de gênero segundo sua classe social, sua idade/geração e raça/etnia. Assim, como apontado anteriormente nesse trabalho, preciso reafirmar as diversidades inter e intra-classes, pois ao falar em mulher chefe de família de classe média estou me referindo à construção de um *habitus* de gênero conforme a classe, pois é possível visualizar diferenças significativas nas práticas e representações entre mulheres chefes de família de diferentes classes sociais. Mas o processo não pára por aí, pois esse *habitus* de gênero conforme a classe se apresentará de maneira distinta ainda conforme a idade/geração dentro de um grupo de mulheres chefes de família de mesma classe social, mas pertencentes a diferentes grupos geracionais – e aí por diante –, sempre tecidos nas tramas das relações interseccionais de seus outros pertencimentos sociais.

Finalizando: acredito que a adoção dessa perspectiva termina por permitir que se possa compreender que algumas mulheres vivem a experiência da chefia em termos bastante diferenciados do viés dominante nesse campo de estudos, a depender da combinação de seus diferentes pertencimentos sociais, o que pode significar dizer que, em algumas situações, ser chefe de família pode ser lido como o resultado da melhoria das condições de vida de algumas mulheres e não o contrário.

Referências Bibliográficas

BARROS, Ricardo; FOX, Louise; MENDONÇA, Rosane. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: **II SEMINÁRIO NACIONAL POLÍTICAS ECONÔMICAS, POBREZA E TRABALHO**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994, P.79-85.

BERQUÓ, Elza. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. **Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira**. São Paulo: FCC: Ed. 34, 2002, p. 243-265.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994, p.46-81. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)

_____. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 70-79.

BRITTO DA MOTTA, Alda. **"Não tá morto quem peleia"**: a pedagogia inesperada nos grupos de idosos. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1999a, 279p.

_____. As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. **Cadernos Pagu**, Unicamp, Campinas, n. 13, p. 191-221, 1999b. (Dossiê Gênero e Gerações)

_____. Geração, a diferença do feminismo. **I SIMPÓSIO INTERNACIONAL – O DESAFIO DA DIFERENÇA**: articulando gênero, raça e classe. Salvador: UFBA, abr. 2000, 15p.

BUVINIC, Mayra; LYCETTE, Margaret; MCGREEVEY, William P. **Women and poverty in the Third World**. Baltimore/London: The John Hopkins University Presss, 1983.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p.171-188, 2002.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo: Cortez, 1994.

GONZÁLEZ DE LA ROCHA, Mercedes. A manera de introducción: cambio social, transformación de la familia y divergências del modelo tradicional. In: _____. (coord). **Divergências del modelo tradicional**: hogares de jefatura feminina em América Latina. México: CIESAS, 1999, p.19-36.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-42, 1995.

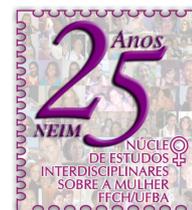
LAVINAS, Lena. As mulheres no universo da pobreza: o caso brasileiro. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 2, p. 464-479, 1996.

MACÊDO, Márcia S. **Na trama das interseccionalidades**: mulheres chefes de família em Salvador. Tese de doutorado Ciências Sociais. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2008, 325p.

SCOTT, Russell Parry. Mulheres chefes de família: estudos apresentados em associações acadêmicas nacionais. In: **PRÉ-EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS**.Ouro Preto: CNPD, FNUAP e ABEP, 2002, 30p.

SINGLY, François de. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. (Coleção Família, geração & cultura)

WOORTMANN, Klaas; WOORTMANN, Ellen F. Monoparentalidade e chefia feminina: conceitos, contextos e circunstâncias. In: **PRÉ – EVENTO MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA: CRESCIMENTO, DIVERSIDADE E POLÍTICAS**. Ouro Preto: ABEP, 2002, 99p.



Sexo, afeto e solteirice: intersecções de gênero, raça e geração entre mulheres de classe média.

Introdução

Nas próximas linhas, debruço-me sobre os relatos de duas mulheres solteiras, oriundas das classes médias soteropolitanas, uma com 35 anos e outra com 67 anos, de forma a identificar especificidades e mudanças em suas vivências sexuais. Mais precisamente, procuro realçar como as molduras de sociabilidade, sob a influência do gênero, grupo étnico e geração a que pertencem, contribuem para definir suas trajetórias e escolhas no campo afetivo-sexual. O trabalho foi dividido em três etapas: Na primeira, traço um esboço da solteirice feminina a partir de comentários extraídos de livros, artigos científicos e revistas comerciais, os quais compõem o aporte teórico deste trabalho. Na segunda etapa, faço observações sobre o percurso metodológico adotado para realização da pesquisa empírica. Na terceira, tento desvendar a experiência íntima das mulheres investigadas, de forma a descobrir como o gênero, a classe social, o grupo étnico e a geração a que pertencem interferem na elaboração de suas aspirações amorosas e em suas práticas sexuais sob a condição de solteiras. Nas considerações finais, procuro contrastar rupturas e continuidades relativas às percepções e sentimentos das mulheres solteiras, assim como os limites e possibilidades das mulheres que nunca contraíram matrimônio no campo afetivo-sexual.

À procura de vestígios da solteirice no Brasil: o que dizem os livros e revistas

No imaginário social das primeiras décadas do século XX, o não-casamento e a não formação de uma família são considerados sintomas emblemáticos de doença ou desvio que, por conseguinte, devem ser tratados, pois ameaçam o modelo normativo vigente. Particularmente no caso das

mulheres, os romances naturalistas publicados no período em questão reiteravam através das personagens femininas o discurso médico de então, segundo o qual as moças solteiras que chegavam à idade de 25 anos sem se casarem tinham maior propensão a desenvolverem crises nervosas e se tornarem “histéricas” (ENGEL, 1989).

Da mesma forma, as mulheres que preferiam se dedicar a uma carreira profissional indicavam um comportamento desviante, pois negavam suas “inclinações naturais” – o matrimônio e a maternidade – e superestimavam seu intelecto, o orgulho, a vaidade e o celibato, daí porque eram internadas em instituições psiquiátricas como loucas, submetidas a práticas terapêuticas e à disciplina asilar, a fim de recuperarem o juízo e, finalmente, exercerem o seu papel “natural” de mãe e esposa. (CUNHA,1989).

Bassanezi (1996), ao estudar revistas comerciais publicadas entre 1945 a 1964, constata que a felicidade feminina permanece restrita ao casamento, formação de uma família e dedicação ao lar, ou seja, as revistas da época defendem como “inclinação natural” da mulher e, portanto, única fonte de realização, o matrimônio, a maternidade e os afazeres domésticos. Nos anos de 1940 e 1950, o discurso moralizante das publicações encerra um caráter pedagógico, na medida em que ensina as leitoras a seguirem o “caminho certo” – o casamento –, ao qual permanece confinado o exercício da sexualidade feminina, com fins eminentemente procriativos.

Conforme as revistas publicadas nas décadas de 1940 e 1950, o celibato é considerado uma ameaça que paira sobre a vida das mulheres, principalmente aquelas com mais de 25 anos, cuja idade anuncia o declínio das chances de casamento e, conseqüentemente, a probabilidade de uma vida futura desprovida de sentido, cuja tristeza e solidão são amenizadas pelo apego a um animal de estimação, devotamento aos sobrinhos e afilhados ou dedicação ao trabalho. O celibato escolhido ou forçado, isto é, o não-casamento confirma o fracasso feminino, pois arranjar um marido é a maior conquista de uma mulher.

Bassanezi (1996) acrescenta que, nas décadas de 1950 e 1960, a mulher com mais de 25 anos, sem um pretendente a marido, é rotulada como “encalhada”, “solteirona”, “aquela que ficou para titia”, o que a torna alvo de zombaria das pessoas, além de causar embaraço aos familiares, pois é

considerada “incompleta”, ou seja, não conseguiu cumprir o destino natural de esposa-mãe, o que acarreta um sentimento de culpa e de inadequação.

A partir da década de 1960, um novo cenário se descortina, principalmente para as mulheres oriundas das classes médias urbanas: a crescente inserção nas universidades e no mercado de trabalho; a ampliação de seu espaço político; a disseminação de métodos contraceptivos possibilita a liberação sexual sem o risco de uma gravidez indesejada; a difusão da psicanálise provoca questionamentos acerca dos papéis tradicionais de esposa-mãe e impulsiona a busca de autonomia e realização pessoal, independência emocional e financeira, liberdade e igualdade na relação entre os sexos. Por fim, os movimentos emancipatórios feministas, ao defenderem direitos iguais entre os sexos, desestabilizam os padrões relacionais e papéis sexuais, incidindo no processo de construção identitária dessas mulheres.

Entretanto, as conquistas femininas não conseguiram revogar os modelos tradicionais, a cultura ainda define como ideal de felicidade feminino o matrimônio e formação de uma família. Por conseguinte, a mulher que subverte a ordem, tem outras ambições e, por exemplo, supervaloriza a realização profissional e independência financeira, parece fadada a permanecer solteira e se tornar prisioneira da solidão. Caso contrário, deve ocultar insatisfações, diminuir as expectativas relacionais, ou seja, ser menos exigente em relação aos parceiros, somente assim poderá ter a chance de encontrar “um homem para chamar de seu”.

Tal argumento é utilizado por revistas comerciais dirigidas ao público feminino, que procuram orientar a mulher acerca de estratégias e truques para driblar a solidão, enquanto não encontra sua alma gêmea; mapeiam espaços de sociabilidade ou capitais onde há maior número de homens disponíveis, de acordo com o perfil idealizado por cada mulher, além de indicarem regras de comportamento para arranjar um namorado, sem esquecerem de sinalizar para os riscos e armadilhas a que se expõem as mulheres acima de quarenta anos, uma vez que a diminuição das chances no mercado matrimonial acentua sua carência afetiva.

Algumas reportagens chamam a atenção para o crescimento do número de mulheres que escolhem permanecer solteiras, enquanto outras destacam que estas podem ser felizes mesmo sem um par, mas esse tipo de artigo ainda

é exceção. De modo geral, as revistas defendem que as mulheres, por volta dos 30 anos, mesmo priorizando a carreira, sob a influência de amigas casadas ou em vias de se casarem, sentem-se inquietas, ansiosas e projetam fantasias em torno do casamento, ou seja, as solteiras sem par desenvolvem uma sensação de “incômodo social”, por serem diferentes das demais mulheres do seu círculo de convivência (ZAIDAN e CHAVES, 2003).

Até mesmo feministas como Branca Moreira Dias e Rose Marie Muraro argumentam que a mulher permanece sozinha devido a tecer expectativas irreais acerca do relacionamento amoroso e por ser exigente em relação ao parceiro elegível, pois o que não falta são homens disponíveis. Muraro acrescenta que a solidão feminina tem sido um problema principalmente para as mulheres de classe média e alta, já que elas se recusam a casar com alguém de classe inferior e, por isso, acabam ficando sós, mas aconselha, há solução: “Vai arrumar um homem de outra classe social que você encontra dez” (GOLDENBERG & TOSCANO, 1992, p. 85).

Observa-se que, apesar das profundas transformações sociais das últimas décadas, a mulher sem parceiro ainda é concebida como problemática, incompleta e, ao que parece, o fato de conferir prioridade a um projeto profissional pode sugerir egoísmo, espécie de culto narcísico ou compensação para a ausência de uma vida afetiva. Além disso, reafirma-se a pretensa vocação natural da mulher para o casamento e maternidade, bem como a prerrogativa masculina no jogo da sedução, ou seja, a mulher permanece como objeto e não sujeito do desejo, o homem ainda escolhe e ela, se quiser ser escolhida, deve ignorar suas expectativas pessoais/relacionais, abdicar do poder de fazer suas próprias escolhas. Em compensação, ganha como prêmio “um cobertor de orelha fixa” (LIMINHA & DA MATA, 2004), mesmo que para isso tenha que chamar o sapo de príncipe, como recomendam os versos da canção popular.

Caminhos Metodológicos

Inicialmente, cabe esclarecer que este artigo condensa uma das discussões que desenvolvo em minha tese de doutorado, intitulada “Os Novos Tempos e Vivências da ‘Solteirice’ em Compasso de Gênero: ser solteira/solteiro em Aracaju e Salvador”, cuja amostra foi composta por treze

homens e treze mulheres, que nunca se casaram ou conviveram maritalmente com alguém, oriundos das classes médias e residentes nas respectivas capitais. Aqui, detenho-me nos depoimentos de duas mulheres solteiras, que moram em Salvador, com idade de 35 e 67 anos. Privilegiei os relatos dessas mulheres em virtude da diferença etária/geracional, mas também por pertencerem a grupos étnicos distintos.

Vale destacar que, diferentemente de outros sujeitos da pesquisa, essas duas mulheres não criaram obstáculos nem tampouco demonstraram inibição e/ou resistência em conceder seus depoimentos. Ao contrário, mostraram-se acessíveis e receptivas, apesar de não me conhecerem, uma vez que tinham sido indicadas por uma amiga em comum. A mais jovem, inclusive, ao ser informada sobre o tema da pesquisa, espontaneamente se ofereceu para prestar seu depoimento.

Para a coleta de dados, optei por ouvir suas histórias de vida, procurando interferir o mínimo possível em seus relatos, manifestando-me apenas para responder a esta ou aquela pergunta que me faziam, ora para saber se estavam correspondendo à minha expectativa, ora para esclarecer alguma dúvida ou abordar sucintamente minha própria trajetória de vida, diante da curiosidade das informantes. Como técnica complementar, organizei um diário de campo, no qual registrei as circunstâncias e peculiaridades de cada entrevista.

Finalmente, cabe destacar que a leitura e a interpretação dos dados contidas neste trabalho encontram-se fundamentadas em artigos científicos, livros e reportagens publicadas em revistas comerciais que colecionei durante o processo de construção da tese, cujas alusões à temática me ajudaram a compor um mosaico da solteirice, de que me utilizo para revisitar os depoimentos de Eva e Indira, nomes fictícios que adoto, de agora em diante, para dialogar com as minhas informantes.

O Corpo em Movimento

As mulheres e homens são sugestionados pelo contexto e temporalidade social e histórica, que produzem deslocamentos na dinâmica familiar, engendram oposições e complementariedades na trajetória das gerações, cujo legado familiar pode ser reelaborado e, ou reinterpretado, de

forma a compor uma simultaneidade entre os referenciais identitários que os classificam como mulheres e homens, membros das classes médias e a restrição ou pluralidade de escolhas presentes na tessitura social. Tais indicativos também sugerem que as tramas e coreografias da solteirice são diversas no tocante à experiência pessoal, à vida afetiva e sexual dessas mulheres e homens, mesmo entre grupos contíguos.

Com efeito, as mulheres nascidas entre 1940 – 1950⁷³, como é o caso de Indira, são educadas para cultivarem o recato e a virtude, até mesmo o flerte deve ser uma etapa inicial para o matrimônio, caso contrário indica ausência de pudor e inconseqüência, ou seja, o corpo da mulher é mantido sob forte vigilância e, qualquer deslize ou mal-entendido pode comprometer irrevogavelmente a reputação da jovem casadoira, que passa a ser classificada pelo seu reverso, a “garota de programa”, com quem os rapazes não se casam, o que faz com que as moças tentem negar, sublimar seus desejos sexuais até o casamento. Por isso, as moças tramam estratégias para burlarem a censura familiar e aplacarem os apelos do corpo:

Vinte, vinte e muitos, [...] eu sentia os desejos do meu corpo e eu não queria me casar, isso criava uma confusão dentro de mim muito grande, até que eu conheci alguns homens, eles eram argentinos [...]. Então eu pensei que eu ia deixar de ser virgem, não ter aquela coisa de se guardar para o casamento. Aí quando eu decidi, fui com uma amiga comprar um anticoncepcional, a amiga que pediu porque eu tinha a impressão que ia aparecer um letreiro na minha cara. [...] Eu praticamente não o conhecia, a gente tinha se conhecido no Rio e eu vim embora para cá, depois eu viajei para a Argentina para me encontrar com ele. Aí entre a repressão toda que estava dentro e o meu hímen que era bastante espesso, na primeira vez não chegou a romper porque ele disse que era uma coisa muito prazenteira e eu ia ficar com uma impressão horrível. Então, quando eu vim, antes de voltar eu fui a minha ginecologista e pedi que ela lancetasse o meu hímen para eu não sentir, expliquei a situação e foi isso que aconteceu (Indira).

Numa época em que o casamento é considerado o destino natural da mulher, o exercício da sexualidade feminina está condicionado ao matrimônio, ou seja, as moças aprendem a reprimir sua sexualidade, preservarem a pureza e ignorância sexual. Caso contrário, arriscam-se a ficarem mal faladas e, ou serem consideradas levianas por futuros pretendentes, o que elimina as chances de conquistarem um bom partido. Para

⁷³ Ver, por exemplo, BASSANEZI (1996; 2000); FÁVERI (1999).

aquelas com “vinte e muitos” anos, as oportunidades de se casarem são remotas e, caso não consigam sublimar o desejo, torna-se cada vez mais difícil manterem a continência sexual.

A vigilância social e familiar sobre o corpo feminino se intensifica, quando a mulher ousa desafiar a ordem moral instituída, prefere continuar solteira e exerce uma atividade remunerada, pois se supõe que o clamor do sexo a transforma em ameaça para homens casados, ou seja, o controle sobre seu corpo impede que a mulher perca a virtude sexual e se torne uma concubina, prostituta ou mantenha relacionamentos fortuitos⁷⁴.

Para Indira, portanto, a decisão de perder a virgindade vem acompanhada de culpa, medo de ser descoberta e condenada, o que requer o uso de estratégias: viaja para o Rio de Janeiro⁷⁵, um centro urbano considerado mais avançado, onde não corre o risco de ser flagrada ao se desviar do caminho traçado para as moças de família, conhece homens de outra nacionalidade, pede ajuda a uma amiga para comprar em seu lugar o anticoncepcional e, dessa forma, permanece incógnita.

Além disso, Indira tem que lidar com a própria censura, isto é, a repressão internalizada exige medidas extremas, antecipa a ansiedade e o mal-estar físicos sentidos na primeira relação sexual com o parceiro e rompe o hímen por meio de uma incisão feita pela ginecologista; desloca-se para outro País, onde os olhares censores não podem alcançá-la e, finalmente, opta por manter distância geográfica dos homens com quem mantém relacionamentos amorosos, o que resguarda sua imagem, isto é, camufla a existência de uma vida sexual.

Este comportamento persiste ao longo da vida adulta, uma vez que Indira rejeita o destino reservado para as mulheres de sua família – o casamento, a maternidade e a maternagem – principalmente porque isso implicaria em reprisar o papel submisso, a domesticidade e a resignação diante da dominação masculina, calcados no ideário judaico-cristão referendados pelo grupo familiar.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Ver, por exemplo, Heilborn (1999, p. 99), para quem o Rio de Janeiro, no imaginário social, é representado como um “cenário propiciador da sexualidade e da sedução”.

Eva, ao contrário de Indira, teve uma educação mais liberal e sua primeira experiência sexual ocorreu com um namorado, sem culpas ou medos. Afinal, sua geração é herdeira daquela que desbravou os caminhos da revolução sexual, isto é, embora a iniciação sexual seja também concebida por Eva como o primeiro momento de experimentação da sexualidade e descoberta do corpo, sua narrativa aponta um novo padrão de comportamento no tocante à perda da virgindade: as profundas mudanças em relação à sexualidade, ocorridas nas duas últimas décadas têm provocado uma espécie de inversão do tabu da virgindade, ou seja, o fato de jovens com mais de 19 anos permanecerem virgens causa estranhamento, chega-se a cogitar que tenham algum problema psicológico (JABLONSKI apud DIEHL, 2002).

Neste sentido, as mulheres nascidas nos anos de 1970 classificam como “tardia”⁷⁶ a primeira experiência íntima, caso aconteça após os 19 anos. Vale destacar também que a experimentação da sexualidade feminina deixa de estar subordinada ao casamento, assim como não se restringe à função procriativa, na medida em que a sexualidade passa a ser exercitada de forma recreativa, isto é, casais de namorados e, ou amigos iniciam juntos a aprendizagem do prazer sexual, que é permeada por mais afeto e intimidade entre os pares. Mas, será que o pertencimento a diferentes faixas etárias e grupos étnicos trama enredos distintos para as vivências sexuais de Indira e Eva? Será que tanto uma como outra, na busca por independência e autonomia, conseguem desfrutar o desejo e prazer sexual, sem condicioná-lo à existência do sentimento amoroso? Declara o poeta que homens e mulheres se tornam parceiros sexuais efêmeros ou temporários, sem a obrigatoriedade do sentimento amoroso e, tal qual equilibristas em cima do muro, tecem o encontro sem as amarras da romanticidade e possessividade,

⁷⁶ Ver, por exemplo, HEILBORN (2005) cuja Pesquisa Gravid constata que moças em união precoce, residentes em Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) começam a vida sexual antes das solteiras e, classifica como tardia a iniciação sexual das mulheres que acontece depois dos 18 anos. Ver, também BOZON (2005), que ao refletir sobre as novas normas a que se encontra condicionada a experimentação da sexualidade no Brasil e na América Latina, identifica que em nosso País houve um decréscimo da idade tardia de iniciação sexual das mulheres de 1950 (20,5 anos) para 1975 (mais de dois anos). Ver, ainda GOLDENBERG (2005, p. 55) que, ao investigar as representações de gênero e discurso sobre o valor atribuído à sexualidade e uso do corpo entre jovens das classes médias cariocas, constata que “as próprias mulheres com mais de 20 anos que não perderam a virgindade parecem se perceber como desviantes em termos de comportamento sexual”.

baseados desta feita na combinação entre sexo e amizade. A partir das narrativas de Indira e Eva, transformo sua afirmativa em indagação:

“Então, tá combinado”: é somente sexo e amizade?

Com a maturidade, os amores e paixões de Indira se tornam raros e ela se ressentida quando, aos “cinquenta anos”, os homens já não lançam um olhar cobiçoso, “que admira, manda uma mensagem falada de que você é desejável”, o que afeta sua auto-estima e gera depressão, mas não esmorece o desejo, o que a leva a confrontar fantasmagorias e buscar alternativas para saciar o desejo incontido:

O desejo eu resolvo com masturbação, [...] não é que seja bom, mas é a solução que encontro, [...] eu acho que fico com vergonha de estar com desejo e procurar alguém. Durante muito tempo fiquei com medo de envelhecer e ser uma pessoa ridícula, [...] se for por atração física, eu iria para trás, um homem mais jovem. Só que sempre penso no problema do homem mais jovem, é como que um pouco a mulher mais velha, não ser uma coisa honesta, ser uma coisa mais utilitária. [...] Tive uma experiência pequena com outro argentino, [...] quarenta e poucos anos, ele escreveu um e-mail dizendo que se eu pagasse a passagem ele viria, sabe a primeira coisa? Ah! Eu pagar a passagem? Aí conversando com uma amiga minha, ela me diz assim: ‘Porque você não arrisca? Se você puder pagar, o que é que tem?’ Então, eu paguei, ele veio e mal estava comigo já foi procurar uma garota dez ou quinze anos mais jovem do que ele (Indira).

As meninas assimilam durante o processo de educação socializadora as primeiras noções sobre o que é ser mulher, desde comportamentos – formas de falar, andar e sentar – à aprendizagem de cuidados com o corpo para se fazerem femininas e corresponderem aos padrões estéticos vigentes. Para as moças, a beleza e juventude consistem em moeda de troca que lhes assegura o ingresso no mercado matrimonial e, ou predicados de que se valem para atraírem os rapazes, “quando eu era jovem e entrava nos lugares, os olhares masculinos se dirigiam para mim”, lembra Indira.

Todavia, a beleza e a juventude têm prazo de validade, ao completar cinquenta anos, a mulher é confrontada com “a mudança hormonal”, que indica a proximidade da cessação de sua capacidade reprodutora e início do processo de envelhecimento, declínio da beleza física, o que gera um “problema cultural”, pois na sociedade brasileira contemporânea predomina uma cultura baseada na eternização da juventude. Há de se observar,

entretanto, que as cobranças sociais em torno da aparência jovem são gendradas, ou seja, “a mulher com aparência envelhecida tem menos ‘capital simbólico’ no mercado afetivo/sexual do que o homem em semelhantes circunstâncias” (BROWNMILLER apud SARDENBERG, 2002, p.: 64).

Neste sentido, afirma Indira, “incomoda muito”, porque a chamada “meia-idade” não só exclui quem deseja se casar do mercado matrimonial, como também se torna um impeditivo para a vivência afetivo-sexual de mulheres como ela que optaram por permanecer solteiras, “aos cinqüenta anos, eu notei que os homens não olham mais”. A mulher deixa de ser desejável, porque não mais se enquadra nos modelos socialmente erigidos para a estética feminina e, por isso, a perspectiva do envelhecimento a assombra, o medo e vergonha de se expor ao ridículo e à censura social tolhem a expressão do desejo.

O avanço da idade não impede que o homem conquiste parceiras mais novas, pois em nossa sociedade, os valores patriarcais ainda determinam como prerrogativa masculina a iniciativa no jogo erótico, em que o homem escolhe as mulheres enquanto permanecem atraentes. Daí porque, para a mulher mais velha que se sente atraída por homens mais jovens, a possibilidade de um romance, mesmo efêmero, reafirma a legitimidade social atribuída ao homem e negada à mulher como sujeito do desejo.

Indira, mesmo “consciente” da ausência de afetividade no relacionamento, não consegue proteger sua “auto-estima” e “amor próprio” ao constatar que o parceiro mais jovem não a enxerga sequer como objeto de prazer, pois é reduzida a corpo que o amante usa e descarta quando perde a utilidade. Em outras palavras, Indira não concebe o sexo dissociado da afetividade, ou seja, o prazer mútuo e, a diversão descompromissada e casual não lhe basta e, se já não consegue despertar a cobiça e desejo de homens mais jovens, adota como solução para aplacar o desejo sexual a masturbação, pois as chances de encontrar um parceiro se tornam cada vez mais remotas.

Para as mulheres solteiras como Eva, na faixa dos 30 anos, uma das soluções encontradas é se relacionarem com homens casados⁷⁷, em determinados momentos de “fragilidade”, quando necessitam “de uma atenção

⁷⁷ Ver, por exemplo, BERQUÓ (2006); GOLDENBERG (2006).

diferenciada, ele estava naquele momento no lugar certo”, ou seja, pode ser um homem solteiro ou casado, desde que capaz de suprir sua lacuna afetiva. Em outros termos, o interlúdio começa e termina sem conflitos ou cobranças e, Eva segue adiante: “eu não me vi, não me vejo, não é passado, é presente, eu não me vejo uma eterna amante. Tapou um buraco na minha vida, mas acabou”, enquanto não surgem outros vazios. Entretanto, esclarece:

Uma amiga disse: ‘o problema não é subir nas paredes, é descer’, porque quando você está lá em cima você fica escolhendo tudo, eu ainda estou. [...] E quando você desce você pega qualquer coisa porque você está à espera [...] e eu não me vejo pegando qualquer um, aí algumas amigas dizem que por isso eu estou só, [...] mas não pintou, não é isso, [...] eu não vou beijar uma pessoa sem querer, eu não vou com uma pessoa para a cama sem querer, acabou-se o tempo, quem quer fazer até respeito, mas não é para mim. Então, entre ficar sozinha, tomar um banho frio, ligar para as amigas, chorar e pegar um filme numa locadora e ver, colocar agora a cara nos estudos como eu estou fazendo, eu vou fazer isso, do que ir para a cama com uma pessoa que eu não queira, do que estar com uma pessoa que não me respeite, pelo menos esse é o meu momento. Não sei se daqui a dez anos... (Eva).

Segundo Eva, “acabou-se o tempo” em que a representatividade e visibilidade social feminina eram alcançadas através de um homem, que lhes proporcionava segurança e respeitabilidade, ou seja, a mulher, resignada e submissa, tinha como senhor do seu destino o homem – pai, marido. O ingresso das mulheres nas universidades, sua crescente participação no mercado de trabalho e investimento na profissão, bem como a conquista de maior liberdade sexual têm proporcionado maior autonomia e independência feminina no âmbito emocional e financeiro. Em outras palavras, as mulheres se tornam protagonistas de sua história e fazem suas próprias escolhas, na medida em que descortinam possibilidades plurais de auto-realização⁷⁸.

Neste sentido, a mulher independente economicamente se torna mais exigente e elabora novos padrões para elegibilidade do parceiro, que deve ser alguém com quem tenha “afinidade” no tocante a visões de mundo e projetos de vida, “compatibilidade intelectual” e “no gosto”, ou seja, o desejo é seletivo, sua escolha é personalizada e discriminante (LIPOVETSKY, 2000), pois, como ressalta Eva, não sai “pegando qualquer um”, para ela “é melhor

⁷⁸ Ver, por exemplo, GOLDENBERG & TOSCANO (1992); GOLDENBERG (2005 a).

estar só do que mal acompanhada”. Contudo, isso não significa que Eva não seja advertida e, ou censurada, inclusive por outras mulheres, por exercer o direito de escolha, sua exigência em relação ao perfil dos parceiros é considerada uma insensatez, que provoca muito mais desencontros do que encontros. Em resumo, a mulher mais jovem está sozinha porque quer, uma vez que conhece a fórmula para driblar a incompatibilidade – fazer-se mais condescendente e diminuir as expectativas relacionais.

Para Eva, que se recusa a baixar as expectativas, enquanto não surge uma “pessoa interessante”, o desejo sexual é aplacado através da masturbação, pois “você pode se proporcionar prazer”; recorre sem acanhamento “àquela listinha dos ex”, com quem elimina a disjunção entre desejo e afeto; inventa diferentes formas de sublimação – toma um “banho frio”, conversa com amigas, assiste um filme, devora “um pote de chocolate” – ou investe na expansão profissional. Pelo menos no momento, esta é a sua posição, mas não deixa de se questionar acerca do determinismo demográfico, ou seja, não tem certeza se daqui a dez anos, quando estiver mais velha e as chances no mercado afetivo forem remotas, não seguirá os conselhos das amigas e tentará ser menos exigente na escolha dos parceiros. Todavia, com base em sua própria experiência, Eva acrescenta que a mulher afrodescendente ainda enfrenta outra barreira no mercado amoroso – a cor da pele. Segundo afirma,

[...] mesmo em Salvador, a preferência dos homens negros por mulheres brancas, isso é fato, e quantas mulheres negras interessantes também estão sozinhas, então a questão racial passa, porque passa pela auto-estima, porque passa pela identificação, identificar o negro ou uma negra bonita, eu tenho assim, eu tenho amigos negros casados com negras e também respeito o negro que queira casar com a branca ou a negra que queira casar com o branco, as emoções inter-raciais, se é por opção, ótimo, mas infelizmente, quem não se trabalha isso, vai procurar limpar, entre aspas, ‘a pele’, de status, ascensão, então é muito mais interessante ou eu vou-me auto-afirmar, aí vai para a masculinidade, o homem querer se auto-afirmar com uma mulher loura, então isso também é um agravante para a mulher negra solteira, que é interessante, às vezes já cheguei a algumas situações e disse: Poxa! Será que aquele cara me acha interessante? (Eva).

Com efeito, Silva (1987), ao investigar casamentos inter-raciais no Brasil, identifica a predominância de uniões de homens mais escuros com

mulheres mais claras, fato que atribui tanto a fatores demográficos como a um padrão matripolar de aquisição de status e mobilidade social. O casamento de um negro com uma mulher branca ou de pele clara possibilita que seus filhos tenham acesso a uma socialização e status superiores aos seus. Os dados levantados pelo autor indicam que, quanto mais elevada for a posição social desses indivíduos, maior o percentual de endogamia.

Na mesma linha de pensamento, Berquó (1988), ao estudar a desigualdade sob uma perspectiva demográfica, também aponta para um branqueamento da população, pois ao mesmo tempo em que identifica um excedente de mulheres em relação aos homens e, um número maior de homens negros do que de homens brancos, os homens negros não tendem a se unir com mulheres da mesma raça. Segundo a autora, “a tendência do clareamento se dá pelo fato dos homens procurarem mulheres mais claras” (idem., p. 79), o que coloca as mulheres negras em desvantagem no mercado amoroso e, certamente, faz com que elas se sintam inseguras quanto ao seu poder sedutivo. Além disso, se associarmos a clivagem racial ao fato de serem independentes financeiramente, bem-sucedidas na profissão e terem acima de 30 anos, tudo indica que as chances dessas mulheres se tornam ainda mais remotas, caso se recusem a relativizar os critérios de elegibilidade para formação do par. Em suma, a mulher negra tem maior probabilidade de permanecer solteira⁷⁹ do que a mulher branca.

Arremate

Constata-se que as mulheres da geração de Indira, que experimentaram na educação socializadora a repressão da sexualidade, conseguiram descortinar novas possibilidades do desejo, respaldadas na revolução sexual, mas também a partir da inserção no mercado de trabalho e na universidade, que lhes proporcionaram maior independência emocional e financeira. Desse modo, desafiam os padrões de comportamento e normas sociais vigentes,

⁷⁹ Certamente, não ignoro que as emoções inter-raciais podem fluir à revelia de normas e regras, independente de quadros estatísticos. Ver, por exemplo, Moutinho (1999). Por outro lado, Weinberg e Mizuta (2005) identificam, na Bahia, uma maior tendência das mulheres negras oriundas dos segmentos de baixa renda sobreviverem sem parceiros, devido à tradição matriarcal que vigora no Estado e forte influência do candomblé. Tais argumentos indicam para a necessidade de um maior aprofundamento acerca dos impeditivos e possibilidades de uniões inter-raciais em Salvador, o que foge da proposta deste artigo.

quando se recusam a cumprir o destino reservado para as jovens de sua geração – o casamento, a maternidade e maternagem. No entanto, o desejo e o prazer sexual são experimentados às escondidas, estratégia adotada para se resguardarem da vigilância e controle sócio-familiar. Daí porque vivenciam amores epistolares ou sazonais que preservam a intensidade do interlúdio sexual, ao mesmo tempo em que resguardam o relacionamento afetivo da rotinização e institucionalização a que está submetido o casamento. Vale destacar, entretanto, que a formação e continuidade do par são baseadas na mutualidade do sentimento, ou seja, elas rejeitam relacionamentos episódicos e descartáveis.

Não se pode negar que entre a geração de Indira e Eva, muitas mudanças ocorreram: As conquistas femininas obtidas nas últimas décadas produziram uma revolução na educação dos afetos, os papéis sociais e sexuais de homens e mulheres se tornaram menos rígidos e uma das conseqüências positivas é que a mulher pode manifestar de forma mais explícita seu desejo e, eventualmente, tomar a iniciativa na conquista amorosa. Entretanto, há de se observar que, apesar da liberação sexual, tanto para Indira como para Eva o erotismo está condicionado à sentimentalidade e, por isso, seu desejo é seletivo.

Entre o antigo e o novo, essas mulheres elaboram referenciais identitários e modelos relacionais que busquem conciliar o ethos do amor romântico – a indiferenciação e completude do par – com o ideário individualista – a conquista de projetos e espaços próprios. Dessa forma, não há sexo sem nexos, isto é, sem afetividade e, mesmo quando acontece de forma episódica, a casualidade consiste em risco calculado através do qual a mulher exercita seu poder de atração e baliza as chances no mercado afetivo.

Ao mesmo tempo, observa-se que tanto Indira como Eva buscam se apropriar de seus corpos e desejos, a ausência de um parceiro fixo não as impede de obterem prazer sexual através da masturbação ou se assim desejarem, tramarem artifícios para iludir o desejo, através da leitura de um livro, da conversa com amigas entre outras formas de prazer. Mas, se a associação entre sexo e afeto as aproxima, bem como os critérios de seletividade para vivenciarem uma relação amorosa – a compatibilidade entre o relacionamento amoroso e seus projetos de crescimento pessoal e profissional,

a distância etária que as separa é um marcador de diferença que não pode ser ignorado, principalmente no tocante à vida afetivo-sexual.

De fato, a solidão parece acenar para Indira, pois com idade acima de sessenta anos, já não atrai os olhares cobiçosos dos homens. Além do declínio físico e perda da capacidade procriativa, o fenecimento da juventude a exclui do mercado amoroso, o que afeta sua auto-estima e desencadeia momentos de depressão, principalmente agora que se aproxima da aposentadoria, quando é confrontada com a inatividade na esfera pública e privada, isto é, no trabalho, na casa e na cama. Contudo, permanecer solteira foi uma escolha consciente da qual afirma não se arrepender.

Eva ainda é favorecida pela idade na competitividade do mercado afetivo e, a ausência de um parceiro fixo não a impede de perseguir seus projetos de vida no âmbito pessoal e profissional. Por enquanto, prefere ficar só a “mal-acompanhada”, mas isso não significa que, com o avanço da idade, possa vir a mudar de idéia e rever seu ponto de vista, ou seja, ser menos exigente e seletiva na escolha dos parceiros.

Seus relatos demonstram que, embora não façam “apologia à solidão”, essas mulheres não têm conseguido conciliar suas aspirações de liberdade e de realização íntima e, na intrincada dança a dois, a combinação entre sexo e amizade não as satisfaz. O bailado erótico, pelo menos entre as mulheres entrevistadas, não tem tecido aproximação, mas dessintonia, na medida em que o um não se faz dois, pois os passos se mostram cada vez mais dis-par-atados.

Referências Bibliográficas:

BASSANEZI, C. B. (1996). **Virando as Páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem – mulher, 1945 – 1964.** – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

_____. (2000). Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Contexto, p. 607-639.

BERQUÓ, E. (1988). Demografia da Desigualdade. **Revista Novos Estudos.** CEBRAP (21): São Paulo, p. 74 – 85.

_____. (2006) Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: NOVAIS, Fernando A. (coord. Geral da coleção); SCHWARGZ, Lilia M. (org.).

História da Vida Privada no Brasil. 4. ed., v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, p. 411 – 437.

BOZON, M. (2005). Novas normas de entrada na sexualidade no Brasil e na América Latina. In: HEILBORN, Maria Luiza *et. al.* (orgs.). **Sexualidade, família e ethos religioso.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005, p. 301 – 313.

CUNHA, M. C. P. (1989). Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres do Juquery na São Paulo do Início do Século XX. In: BRESCIANI, M. S. M. (org.). **Revista Brasileira de História.** A Mulher no Espaço Público. – v. 9, n. 18 –. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, pp.: 121 – 144.

ENGEL, M. G. (1989). Imagens Femininas em Romances Naturalistas Brasileiros (1881 – 1903). In: BRESCIANI, M. S. M. (org.). **Revista Brasileira de História.** A Mulher no Espaço Público. – v. 9, n. 18 –. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, pp.: 237 – 258.

FÁVERI (1999) FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido: a construção das elites – Itajaí, 1929 – 1960.** 2. ed. Itajaí - SC: Univali, 1999.

GOLDENBERG, M.; TOSCANO, M. **A Revolução das Mulheres.** – Rio de Janeiro: Revan, 1992.

_____. (2005) **De perto ninguém é normal.** 2. ed. Rio de Janeiro: Record.

_____. (2006). **Infiel: notas de uma antropóloga.** Rio de Janeiro: Record.

HEILBORN, M. L. (1999) Maria Luiza. Corpos na cidade: sedução e sexualidade. In: VELHO, Gilberto. (org.) **Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 98-108.

LIMINHA & D DA MATA, V. Eu quero enfeitar você. **Vanessa da Mata.** Manaus: Sony Music. 2004. 1 CD (44 min): digital, estéreo. 2515551.

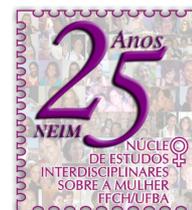
LIPOVETSKY, Gilles. **A terceira mulher: permanência e revolução do feminino.** Tradução Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

MOUTINHO, L. Razão, afetividade e desejo em relacionamentos afetivo-sexuais entre brancos e negros no Rio de Janeiro (Brasil) e Cidade do Cabo (África do Sul): primeiras reflexões. In: SILVA, D. de P. M. **Novos Contornos no Espaço Social: gênero, geração e etnia.** Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999.

SARDENBERG, C. M. B. (2002). A mulher frente à cultura da eterna juventude: reflexões teóricas e pessoais de uma feminista “cinquëntona”. In: FERREIRA, Sílvia Lúcia e NASCIMENTO, Enilda Rosendo do (orgs.). **Imagens da mulher na cultura contemporânea.** Salvador: NEIM/UFBA, p. 51-68.

SILVA, N. do V. (1987). Distância Social e Casamento Inter-racial no Brasil. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. – n. 14 –. Rio de Janeiro: CEAA, set. 1987.

WEINBERG; MIZUTA (2005) WEINBERG, Monica; MIZUTA, Erin. Capitais da solidão. **Revista Veja**. ed. 1902, ano 38, n. 17. São Paulo, p. 126-128, abr. 2005. Z Aidan, P. & Chaves, D. (mai. 2003). A Nova Solteira. **Cláudia**. São Paulo: Abril, pp.: 198 – 202.



Cidadania sexuada e maternidade: uma leitura feminista acerca do Programa Bolsa Família¹

Introdução:

A longa produção dos estudos feministas não deixa pairar dúvidas sobre o fato de que a cidadania foi construída, no Ocidente, de modo sexuada, ao tratar mulheres e homens com base em uma perspectiva biologizante e essencialista que fixa as funções sociais vinculando a forma de pertencimento à sociedade ao sexo do indivíduo.

Tratar da cidadania das mulheres é também tratar de um processo paradoxal que envolve a participação feminina na esfera pública, marcada por inclusões e exclusões que remontam ao século XVIII. A cidadania, ao ser construída com base em diferenciações de classe social e de gênero, representou para as mulheres, ao mesmo tempo, uma oportunidade e um desafio (MACEDO e AMARAL, 2005). O caráter classista, sexista e racista, marca a história da cidadania no Ocidente. Esse caráter paradoxal diz respeito, igualmente, à relação entre mulher e Estado, uma vez que este é a unidade clássica de referência para a cidadania, entendida em termos de conquistas e efetivação de direitos em um território nacional.

Portanto, a história da inclusão das mulheres na esfera pública no Ocidente é também a história de uma cidadania sexuada, que distingue o modo como homens e mulheres foram inseridos nos direitos civis, políticos, econômicos e sociais, a partir da construção da figura masculina do cidadão. Os marcadores de gênero, a exemplo dos marcadores de classe e raça/etnia estruturam a construção da cidadania e a efetivação de direitos, bem como estruturam a relação de homens e mulheres com o Estado.

Podem-se exemplificar esses diferenciais com base no modo de conceber os direitos e deveres de mulheres e homens. Enquanto os direitos civis, políticos e sociais tradicionalmente contribuíram para reforçar um padrão de subordinação feminina, os deveres também eram concebidos de modo sexuada. “O dever das mulheres em relação ao Estado tem sido visto em termos de maternidade, e

⁸⁰ Doutora em Sociologia pela Unicamp. Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia. silvanamariano@yahoo.com.br

freqüentes vezes foi considerado equivalente ao trabalho masculino de soldados e trabalhadores” (MACEDO e AMARAL, 2005, p, 19).

A relação das mulheres com a cidadania e com o Estado, passa pela associação das mulheres à maternidade. Enquanto os homens adentram o espaço público com o *status* de indivíduo, cidadão e trabalhador (qualidades da esfera pública), as mulheres freqüentemente se incluem a partir de questões do mundo doméstico, questões essas associadas às tarefas de reprodução, o que afirma seu estatuto político em razão das funções maternas e de cuidado. É a mulher, mãe e cuidadora a figura feminina mais recorrente no espaço público, com destaque para o debate sobre a “questão social”.

Os marcadores de gênero, a exemplo dos marcadores sociais como classe, raça/etnia, sexualidade e geração, entre outros, estruturam a construção da cidadania e a efetivação de direitos no Ocidente, bem como estruturam a relação de homens e mulheres com o Estado. O fundamento da cidadania sexuada está em uma perspectiva biologizante e essencialista que fixa as funções sociais vinculando o sexo do indivíduo às formas de pertencimento à sociedade.

O direito social, expresso nos sistemas de proteção social, também caracteriza o modo ambíguo de conceber a cidadania das mulheres. As misturas entre público e privado, entre direito e favor, entre direito e obrigação e a fixação da mulher à maternidade definem os contornos desta cidadania fragilizada e sexuada.

Esse processo interfere diretamente na relação entre as mulheres e o Estado. Um ponto de ilustração a esse respeito é o modo como os grupos de mulheres estão sujeitos a obrigações impostas pelo Estado e que geram efeitos para o tempo e o trabalho femininos. Este fator deve ser levado em consideração quando nos dedicamos a investigar o modo de inclusão das mulheres nas ações estatais, a exemplo dos programas de transferência condicionada de renda no Brasil, notadamente o Programa Bolsa Família.

A análise sobre a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e o Programa Bolsa Família (PBF) compreende o estudo de documentos oficiais elaborados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o que nos permite tratar do desenho e da concepção da política e do programa em um sentido mais amplo. No tocante à pesquisa empírica, em Londrina, realizamos trabalho de observação junto aos serviços de atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) nas duas regiões mais vulneráveis do

município; observação junto aos grupos de apoio socioeducativo, aos grupos de geração de trabalho e renda e demais atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais; entrevistas grupalizadas com as mulheres atendidas pela política de assistência social e entrevistas com as assistentes sociais envolvidas diretamente na execução das ações. O trabalho de campo ocorreu no segundo semestre de 2006 e primeiro semestre de 2007.

A principal questão que norteia nossa reflexão neste trabalho em particular é compreender o modo como o PBF, em uma estratégia de combate à pobreza, desenvolve mecanismos que reforçam a tradicional associação da mulher com a maternidade e as tarefas pertencentes à clássica esfera reprodutiva.

CIDADANIA SEXUADA E MATERNIDADE: UMA LEITURA FEMINISTA ACERCA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado em 2003, pelo Governo Lula, como o objetivo de unificar alguns dos programas federais de transferência condicionada de renda, criados no Governo Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão-Alimentação e Vale-Gás. É um programa de redistribuição de renda focalizado que integra o Programa Fome Zero e alinha-se às políticas de combate à pobreza.

Os critérios de inclusão no PBF são baseados na renda. São elegíveis para receber os benefícios as famílias com renda mensal de até R\$ 60,00 (sessenta reais) por pessoa; e as famílias com renda mensal de R\$ 60,01 (sessenta reais e um centavo) a R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por pessoa que tenham crianças de zero a 15 anos ou gestantes. No primeiro caso, as famílias em situação de extrema pobreza recebem um valor básico R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais), somados a um valor variável de R\$ 18,00 (dezoito reais) por criança e/ou adolescente, limitado ao número de três, podendo atingir o montante de R\$ 112,00 (cento e doze reais). No segundo caso, as famílias em situação de pobreza recebem os R\$ 18,00 reais por criança, no mesmo limite de três, podendo atingir o montante de R\$ 54,00 (cinquenta e quatro reais) por família³. Desde o ano de 2006 o PBF atende aproximadamente 11,1 milhões de família.

De acordo com observações e entrevistas realizadas em estudo de caso, em Londrina - Paraná, em uma família beneficiária do PBF a mulher=mãe ou aquela que eventualmente a substitui na função de maternagem, tem como responsabilidade, entre outras: i) realização do Cadastro Único para inclusão da família no programa; ii) atualização do referido cadastro sempre que ocorre alguma

modificação na situação familiar (por exemplo, mudança de endereço, alteração no número de pessoas no domicílio, oscilação nos rendimentos) ; iii) recebimento do recurso repassado pelo programa; iv) aplicação do recurso de modo a beneficiar coletivamente o arranjo familiar; v) o controle sobre crianças e adolescentes tendo em vista o cumprimento das condicionalidades do programa; vi) participação em reuniões e demais atividades programadas pela equipe de profissionais responsáveis pela execução e acompanhamento do programa.

Além dessas, recaem ainda sobre a mulher um conjunto de obrigações de caráter afetivo relacionadas à superação de condições de conflito, consideradas como “desajustadas” ou “desestruturadas”. Nestes casos as mulheres são interpretadas como agentes de promoção do fortalecimento dos laços familiares e comunitários o que inclui, sobretudo, o “ajuste” de crianças e adolescentes aos padrões de “normalidade” de forma a evitar ou corrigir situações como abandono da escola, fracasso escolar, envolvimento com drogas e conflito com a lei.

Ao analisar o Programa Bolsa-Escola, antecessor do PBF, Carin Klein (2005, p. 37) observa que

Ao pagar um valor determinado, definido como salário, pretende-se que a mãe sinta “[...] a dignidade de seu trabalho e a importância de investir na construção de um futuro melhor para os seus filhos”. Como importantes argumentos apresentados na cartilha *100 perguntas e respostas que você precisa saber sobre o Bolsa-Escola*, encontramos que é através do Programa que se investe também na “valorização da mulher” ao torná-la a “provedora do núcleo familiar”, contribuindo, assim, para que ela assuma um papel ativo na vida da família e no “controle da educação” de seus/suas filhos/as. Buarque considera que o benefício da Bolsa-Escola, pago à mãe para que ela cuide da educação de seu/sua filho/a, representa um “Emprego Social”, pois garante estabilidade econômica e social para toda a família.

Carin Klein (2005) chama atenção para como esses programas atuam no sentido de converter em termos equivalentes categorias como mulher e mãe. A estratégia de inclusão e de interpelação das mulheres supõe a seguinte operação ideológica: mulher = mãe ou família = mãe. Para operacionalizar, no âmbito da política de assistência social, esse deslizamento de mulher para mãe e esposa, a família foi novamente revalorizada e passou a ser a unidade de referência para concessão de benefícios. Nossas pesquisas evidenciam, todavia, como a família é interpretada de uma perspectiva abstrata e idealizada. Isso produz o efeito de ignorar que se trata de uma estrutura social hierarquizada por marcadores como

gênero e gerações. Nesta perspectiva, a família serve como uma categoria que desfoca a individualidade das mulheres.

Na verdade a família nunca esteve esquecida no arranjo das políticas brasileiras de proteção social. A novidade no atual cenário é a atribuição de um novo *status*, superior, que lhe foi conferido, dando maior visibilidade a uma esfera antes oculta no âmbito da privacidade. Nesse sentido podemos falar revalorização da família. Entretanto, essa revalorização não implica no esquecimento da mulher e de suas funções no interior do arranjo familiar. Frente aos novos desenhos das políticas sociais voltadas para o combate à pobreza e dirigidas às famílias, uma antiga questão feminista deve ser retomada: qual é o lugar das mulheres na família e na relação com o Estado?

A preferência de repasse dos recursos para a mulher=mãe caracteriza o principal traço dos programas de transferência de renda em vigor no Brasil, na América Latina e em muitas outras partes do mundo, sob orientação de organizações como o Banco Mundial. Conforme documento do MDS (2007, p. 59),

Seguindo as evidências levantadas em experiências de implementação de políticas sociais no Brasil e no exterior, que indicam que as mulheres são mais seletivas no gasto e privilegiam as demandas de toda a família, o MDS recomenda que a mulher seja cadastrada como responsável legal pela família.

A idéia de melhor eficiência das mulheres no emprego dos recursos recebidos, embora tenha grande grau de precisão, reforça a noção de se considerar a mulher nos programas de combate à pobreza a partir de uma perspectiva de impacto econômico, deixando em aberto a necessidade de se pensar a respeito de “seus efeitos sobre a condição mais ampla da mulher na sociedade” (MADEIRA, 1997, p. 59).

Ocorre no PBF uma estratégia semelhante à encontrada em ações estatais junto às organizações populares de mulheres, pelo menos desde a década de 1980. Nessas ações são fomentadas as demandas que focalizam as necessidades das mulheres, como é o caso dos tradicionais projetos de geração de renda com trabalhos manuais (MARIANO, 2001 e 2008). Essas demandas correspondem às necessidades práticas, visando minimizar as dificuldades das mulheres dentro do padrão das relações de gênero, sem atacar diretamente a questão da subordinação feminina e sem alterar, portanto, o padrão das relações sociais de gênero (MACHADO, 1999). As necessidades das mulheres, nesses casos, são

interpretadas em relação à situação de pobreza, sem levar em consideração a situação de subordinação feminina.

No caso de ações como o PBF as preocupações quanto à pobreza são dirigidas à família. O próprio direito ao recurso transferido é tipificado em termos de benefício à família e não a indivíduos. Como consequência, as demandas feministas por atenção prioritária à situação das mulheres vão se transformando em *familismos*, que, no processo de tradução político-cultural, substituíram a demanda por empoderamento das mulheres por demandas que visam ao fortalecimento das famílias (ALVAREZ 2000). A defesa da família como foco de preocupação é uma característica constitutiva de políticas de combate à pobreza como o PBF. Na medida em que a defesa da família é operacionalizada como foco às funções femininas, logo essas políticas *familistas* reforçam a associação da mulher à maternidade.

A persistente associação entre mulher e maternidade é o elo que nos permite ligar a discussão sobre a cidadania das mulheres e os direitos sociais. Em ambos os casos a mulher é considerada, predominantemente, não a partir do *status* de indivíduo, cidadã e trabalhadora, mas sim a partir do *status* de mãe e cuidadora, representante de um grupo doméstico. Assim, quando são colocadas na agenda pública as preocupações com a “questão social” e são tomadas de uma perspectiva *familista* de combate à pobreza, as contribuições das mulheres esperadas pelas ações estatais é o eficiente cumprimento de suas funções de mãe e cuidadora. É a este processo que algumas feministas atribuem a denominação de *familismo*. Entendemos por *familismo*, a exemplo de Elizabeth Jelin (1995), as políticas e ações que substituem a preocupação com o empoderamento das mulheres pela defesa de políticas que reforcem a família.

A maternidade, de modo particular, e as tarefas reprodutivas, de modo geral, são questão que estiveram pautadas na reflexão feminista pelo menos desde a década de 1960. Responder à questão sobre qual é a origem ou a raiz da subordinação feminina estava entre as tarefas assumidas pelas feministas desse período. Em linhas gerais podemos sintetizar dois tipos de explicação.

Uma delas baseava-se na combinação dos arranjos culturais com as características biológicas. Rejeitando o determinismo biológico essas leituras interpretavam o modo como nossa sociedade biologiza fenômenos culturais. Nesses arranjos culturais constrói-se uma “conexão do sistema reprodutivo feminino com seu papel doméstico” (ROSALDO e LAMPHERE, 1979, p. 25).

Neste caso, “o organismo feminino, subjugando a mulher à função reprodutora, seria uma das bases sobre a qual se teria construído a subordinação da mulher” (FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN, 1981, p. 20). A constatação de muitas autoras era de que “enquanto a mulher for definida universalmente em termos de um papel amplamente maternal e doméstico, seremos responsáveis por sua subordinação universal” (ROSALDO e LAMPHERE, 1979, p. 25). De acordo com essa leitura, a natureza não determinou o *status* da mulher, mas “propiciou tanto razões como condições para a subordinação feminina” (ROSALDO e LAMPHERE, 1979, p. 30)⁴.

A outra explicação centra-se em fatores econômicos e contém críticas à primeira explicação aqui apresentada. Embora ela esteja fora de nossos objetivos neste trabalho, vale fazer sua síntese. De acordo com essa abordagem, muito influenciada pelo marxismo e particularmente por Engels, “o ponto de partida da opressão está dentro da história, como o surgimento da propriedade privada, das classes sociais, do Estado. Em suma, a condição da mulher é determinada não tanto pelo seu corpo como pelo modo de produção e reprodução, em última instância pelo econômico” (FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN, 1981, p. 23)⁵.

Conforme FRANCHETTO, CAVALCANTI e HEILBORN (1981), de certo modo a pergunta sobre a origem histórica da subordinação feminina foi substituída pela busca de uma explicação da origem sociológica da assimetria entre homens e mulheres ou da subordinação feminina e de sua provável universalidade. Nestes casos as explicações culturais ganham destaque, sem necessariamente desprezar fatores biológicos e econômicos. Frequentemente ocorre uma articulação entre esses fatores.

O que nos interessa destacar para os objetivos da análise aqui proposta é que, mesmo com revisões teóricas a respeito da subordinação feminina, a maternidade segue sendo um ponto de debate e de preocupação entre as feministas.

Na execução das ações do PBF as profissionais envolvidas defendem que as mulheres=mães são as mais competentes no cuidado com crianças e adolescentes, as mais dedicadas ao bem-estar de todos os membros da família, enfim, a mulher é cuidadora por excelência. Em termos gerais este é mesmo um fato. De uma perspectiva feminista de análise o problema em questão é o posicionamento adotado pelo PBF diante deste fato. Neste caso o posicionamento

assumido recorre a uma perspectiva essencialista e naturalizadora de homens e mulheres, como ilustra uma funcionária, Lúcia:

“As vantagens é que pela questão até inconsciente (...), questão afetiva, a mulher afetivamente ela é mais... mais sensível, ela é mais ligada à família, aos filhos, ao afeto. Ela tem mais... a natureza da mulher é assim. Então, neste sentido, acaba facilitando muitas coisas porque você fala, dá algumas orientações, pede algumas coisas, elas estão automaticamente mais sensibilizadas pra resolver. Os homens já são mais... mais frios. Eles já são mais racionais” (Lúcia – atua na execução do PBF-Londrina/PR).

O registro da análise de Lúcia pauta-se pela clássica lógica dicotômica que opõe masculino e feminino; emocional e racional. Articulando essa dicotomia, as mulheres são naturalmente afetivas e os homens são naturalmente racionais. A diferença com a perspectiva clássica é que Lúcia opera uma inversão de sinais. Se tradicionalmente o racional é considerado superior ao emocional, aqui o segundo torna-se superior ao primeiro.

A esse respeito não há divergências entre usuárias e profissionais do PBF. De ambos os lados há o entendimento de que o fortalecimento dos laços familiares e o bom “funcionamento” da família depende da capacidade da mulher em manter a união entre seus membros. Nos termos empregados pelas mulheres beneficiárias, “a mulher é o pilar da casa e da família”. Por isso ela se sacrifica pelo bem de todos. Ou seja, no geral as mulheres assumem que há uma grande dose de sacrifício para cumprir as funções e tarefas pelas quais elas respondem. E esse sacrifício não é reduzido com uma valorização simbólica promovida pelo PBF em torno da figura materna.

Os discursos sobre feminilidade e maternidade apropriados pelo PBF com o intuito de potencializar o desempenho de suas ações no combate à pobreza reforçam o lugar social tradicionalmente destinado às mulheres: a casa, a família, o cuidado, o privado, a reprodução. É preciso que o programa se questione sobre o peso de cada uma dessas categorias para a subordinação e autonomia das mulheres.

Para caracterizar a responsabilidade das mulheres no PBF o “cuidado” é a principal base. As atribuições dirigidas às mulheres são diferentes modos de se referir à prática social de cuidar e, portanto, ao papel de “cuidadora”. Em parte a fala das executoras do PBF desresponsabiliza o homem para com as tarefas relacionadas ao cuidado, mas, ao mesmo tempo, elas também destacam, com

ênfase, a responsabilidade do programa ao adotar esse “formato de matricialidade”. Isto é, o formato do programa promove a exclusão dos homens.

Desse modo, uma tensão existente no PBF, de acordo com sua execução nos moldes de Londrina, diz respeito à (in)decisão de assumir um caráter descritivo ou normativo. Dito de outro modo, o PBF deve refletir as práticas culturais padronizadas vigentes em nossa sociedade, ou, ao contrário, deve politizar tais práticas e, eventualmente, até interferir no sentido de contribuir para mudanças nesses padrões?

Diante da tensão, na maior parte das vezes as profissionais atuantes no PBF adotam a perspectiva descritiva, daí a origem dos discursos que essencializam homens e mulheres. Isso ocorre porque a análise descritiva por elas utilizada universaliza os padrões dominantes e apaga aqueles considerados desviantes, exceções ou transgressores. Assim, a estrutura binária simbolizada pelo homem provedor *versus* mulher cuidadora encontra ainda grande valia entre profissionais do PBF de Londrina.

A prática encerrada no PBF coloca em evidência algumas contradições entre as ações estatais e as demandas feministas. Exemplo disso é a tentativa das gestoras e executoras do PBF de associar a estratégia da centralidade familiar, a chamada “matricialidade”, a um projeto de empoderamento das mulheres. A maternidade é, então, um ponto culminante para o diálogo entre o feminismo e as políticas sociais estatais.

Propostas de cunho feministas reivindicaram, e ainda reivindicam, no Brasil, políticas públicas que, em determinadas circunstâncias, tenham o foco dirigido às mulheres, notadamente àquelas pobres e chefes de família. São geralmente discussões que se inserem no campo de defesa das políticas de ações afirmativas. Essas propostas feministas podem resultar em diferentes desenhos de políticas públicas voltadas às mulheres.

De uma parte a agenda feminista – política e intelectual – se dedicou, e ainda se dedica entre algumas vertentes, a defender a valorização dos lugares e espaços ocupados pelas mulheres. Nestes casos empreende-se uma luta que pretende converter as funções desvalorizadas em atividades socialmente valorizadas. Campanhas pelo reconhecimento e por vezes remuneração do trabalho doméstico exemplificam tal agenda. Uma agenda de tal natureza pode ser executada sem que se recorra à rejeição dos binarismos e das interpretações

essencialistas. Seu resultado perverso pode ser a fixação dos sujeitos a identidades cristalizadas.

Todavia, também existem vertentes feministas que se empenham em dar visibilidade à esfera doméstica e familiar, produzindo profundas críticas às relações de poder entre homens e mulheres. Elas têm como objetivo politizar as tarefas de reprodução tirando-as do lado oculto da vida privada para introduzi-las como questão política e, portanto, pertencente à esfera pública.

Neste caso, a valorização das tarefas reprodutivas estava entrelaçada com a luta contra a subordinação e rejeição ao essencialismo, ou naturalização dos papéis construídos socialmente. Os trabalhos de Elizabeth Jelin (1994, 1995, 2004 e 2005), por exemplo, ilustram esse tipo de abordagem. Uma vasta produção de estudos feministas já apontou os limites heurísticos dos sistemas binários de pensamento, bem como seu caráter ideológico em benefício das relações hierárquicas. Parte desses estudos se dedicou - e ainda se dedica - a dar visibilidades à pluralidade de lugares ocupados pelas mulheres, a fim de comprovar que o processo de construção das diferenças entre os gêneros dá-se de múltiplas formas e com variados resultados⁶.

Com isto podemos afirmar que o foco na família e na mulher é um tema presente nas reivindicações feministas. Daí a importância de analisarmos políticas públicas que se dirigem às famílias. Todavia, ao penetrarmos no desenho e execução de uma política deparamo-nos com as variadas contradições que são tecidas na relação entre os movimentos feministas e o Estado. E aí também encontramos os paradoxos do próprio PBF.

O modo como se opera a focalização na família e nas mulheres pobres distorce o projeto de enfrentamento à subordinação, forjado pelas vertentes feministas críticas, com vistas a atingir os pilares da desigualdade entre homens e mulheres e da desigualdade social em termos mais gerais. A atenção que o PBF dirige ao espaço doméstico e às mulheres tem uma finalidade instrumental e funcional. Sabemos que o princípio de “funcionalidade” não combina muito bem com projetos de mudança social. Assim, as preocupações feministas acerca dos mecanismos de (re)produção das desigualdades – entre elas as relações sociais de gênero hierarquizadas, ao lado das demais formas de desigualdade como, por exemplo, classe social, raça/etnia e geração, isto é, a preocupação central com o poder, entendido de modo amplo – ficam submersas, no âmbito dessas ações

estatais, numa noção obscura de combate à pobreza, sem dar visibilidade às suas causas.

Ao destinar os recursos prioritariamente às mulheres o PBF contribui para produzir um tipo de valorização das funções maternas e femininas. Por este ângulo o programa pode se considerar progressistas e, em algumas circunstâncias, as gestoras até afirmam tratar-se de uma política com enfoque de gênero. Na interpretação de muitas das executoras do PBF em Londrina defende-se, inclusive, que o PBF nomeia as mulheres como mantenedoras da família e, com isto, promove uma elevação de sua condição social. Assim avaliam Lúcia e Rosana, ambas profissionais de atuam na execução das ações do PBF:

“Eu avalio que isso transfere à elas uma responsabilidade na família de ser assim, a gerenciadora da família, aquela que precisa se ocupar com tudo, e isso tem trazido até a prática uma certa omissão dos homens nessas famílias, isso a gente... é muito visível. (...) A gente sabe assim que, quando tem lá a composição familiar, vem lá o nome da mãe primeiro, depois o do pai, então é uma coisa na mudança de paradigma, cultura que... que vem vindo e que está meio que sendo institucionalizado, então, as mulheres tem ocupado o papel dos homens dentro dessas famílias. Elas tem sido pai e mãe. Dentro desse contexto aí que a gente tem trabalhado essa questão, eu acho que importa esse papel da mãe como provedora... do lar, ela que tem que se preocupar com tudo!” (Lúcia – atua na execução do PBF-Londrina/PR).

“A maioria das pessoas que freqüentam as reuniões são mulheres. Alguns homens que freqüentam, a maioria deles (...) são representantes, então ou eles estão representando as filhas que trabalham, ou as mulheres que trabalham, eles tem alguma doença degenerativa ou são aposentados. Então, por... a maioria ser mulher, hoje em dia, com a dinâmica da sociedade que a gente está vivendo, hoje em dia as mulheres... houve uma inversão de papéis. Hoje em dia as mulheres, elas são donas... as chefes das famílias. E por ser mãe, né? Tem aquele histórico, a mãe cuida mais, a mãe protege mais, a mãe que sabe... que dá, que sabe dar certos auxílios, alguns... raros pais que... eles conseguem exercer essa função numa boa, mas por isso que a maioria é mulher, por essa inversão de papéis...” (Rosana – atua na execução do PBF-Londrina/PR).

Lúcia e Rosana, apesar de apontarem o efeito de alguma sobrecarga às mulheres, fazem a leitura de que estamos diante de situações de “mudança de paradigma e de cultura” e de “inversão de papéis” entre homens e mulheres no que diz respeito à organização do arranjo familiar. Seria este o caso quando constatamos que, segundo esse modelo explicativo, as mulheres assumem mais responsabilidades familiares em um contexto configurado pela incapacidade do homem de exercer a função de provedor, ou então pela ausência deste? Ou seja, é correto falarmos de mudanças de paradigmas e de inversão de papéis quando a

situação é constituída pela ausência ou anulação do outro termo de comparação? Além do mais, atender às mínimas necessidades dos membros familiares com recursos provenientes de transferência governamental converte a pessoa titular do benefício em provedora? Os homens quando incapacitados, pelos mais variados motivos, de cumprir a responsabilidade tradicional de provedor, ocupa-se das tarefas reprodutivas tradicionalmente atribuídas às mulheres?

As evidências encontradas no campo de pesquisa só nos permitem dar respostas negativas a tais perguntas. O que ocorre, em linhas gerais, é a sobrecarga de tarefas reprodutivas para as mulheres e isso se constitui em um obstáculo a mais para suas oportunidades de inserção em atividades produtivas remuneradas. Tal questão fica mais evidente quando lembramos que as mulheres beneficiárias no PBF vêem o trabalho como o direito mais fundamental e a sua principal aspiração.

O que torna ainda mais complexa a análise da relação entre cidadania das mulheres e políticas públicas é o fato de que a “funcionalização” da mulher pobre promovida pelo PBF pode ser vista com otimismo, e até comemorada, por parte de vertentes feministas conservadoras e essencialistas, alinhadas às abordagens que fazem apologia às diferenças. Para essa vertente a valorização social das funções femininas já é em si uma mudança. Como estamos tentando demonstrar, não é esta a nossa perspectiva de análise.

O PBF, de acordo com a experiência londrinense, produz um tipo de dinâmica que altera o cotidiano das mulheres titulares do benefício, porém, paradoxalmente, essa mudança é modelada nas fronteiras das atividades consideradas tradicionalmente femininas. Desse modo, não estamos diante de uma mudança de paradigmas ou de uma inversão de papéis, mas antes disso, de um programa conservador no que diz respeito às funções femininas. É a mulher=mãe a pessoa cobrada pelo cumprimento das condicionalidades como o cuidado com a saúde e o bom andamento da vida escolar de crianças e adolescentes, além da adesão às atividades complementares programadas, como, por exemplo, reuniões mensais em grupos.

Assistentes sociais e usuárias declaram freqüentemente que os homens=pais não estão habilitados para o cumprimento das exigências do PBF. A prioridade dada à mulher=mãe, portanto, tem como contraface o apagamento, a desresponsabilização e a depreciação do homem=pai. A valorização das atividades femininas com a conseqüente depreciação do desempenho masculino

não é uma boa saída para a situação de subordinação feminina e de sobrecarga empurrada às mulheres pobres. O estudo de Cynthia Sarti (2005), por exemplo, demonstra como o fracasso masculino no desempenho do papel de provedor não é encarado com positividade no interior das famílias pobres.

Ao falar da humilhação vivenciada pela população pobre que busca um serviço assistencial, as executoras do PBF lançam luz sobre mais uma dimensão das relações tradicionais de gênero refletidas no PBF. A percepção da humilhação varia de acordo com os papéis sociais tradicionais: ao homem provedor a humilhação pesa mais porque explicita seu fracasso e dependência; à mulher cuidadora a dependência porta outro significado social e, portanto, amortece o sentimento de humilhação.

As executoras do PBF tocam em pontos fundamentais para a reflexão em torno do programa, porém, não tecem críticas ao seu modo de funcionamento. A cultura, então, assume demasiada autonomia e parece engessar os indivíduos e as estruturas sociais. Caímos, portanto, em um tipo de determinismo cultural e numa noção de cultura cristalizada que imobiliza os sujeitos. Este é também um modo de construir uma perspectiva essencialista, não pela natureza, mas, desta vez, pela cultura.

Uma crítica direta existe na fala de algumas assistentes sociais: a assistência social não é apenas uma política para mulheres; ela é também uma política feita por mulheres. Parte disso se explica pelo fato de que o PBF é praticamente um programa de uma só profissão – assistente social. As mesmas razões que explicam a inclusão de mulheres e a exclusão homens de benefícios como o PBF explicam também porque as mulheres são quase a totalidade das pessoas que buscam o curso de serviço social. A divisão sexual do trabalho está tanto na organização do espaço doméstico quanto na escolha de ocupações e profissões. Assim, os espaços da assistência social são muito feminizados e este caráter permanece intocado na prática do PBF. O que facilita a “identificação” entre as mulheres inibe a adesão dos homens e assim contribui para afastá-los.

Pensar na cidadania das mulheres em termos de empoderamento, autonomia e independência – expressões costumeiramente invocadas para tratar dos impactos esperados por programas estatais – requer, necessariamente, a redução das responsabilidades das tarefas reprodutivas que recaem sobre as mulheres. Neste aspecto, Elizabeth Jelin argumenta que o acesso aos serviços fora de casa – público, comunitário ou de mercado – é mais determinante que a redistribuição

de tarefas no interior do domicílio entre os membros da família (JELIN, 1995). A oferta por parte do mercado obviamente não altera a situação das mulheres pobres. Estas dependem, sobremaneira, dos serviços públicos e comunitários. Portanto, isto poderia se constituir em uma verdadeira política para famílias, o que significaria atender necessidades dos membros da unidade familiar e aliviar, ao mesmo tempo, a carga de obrigações das mulheres.

Elizabeth Jelin formula essas questões a partir da discussão sobre a importância das políticas públicas para a garantia dos direitos humanos, especialmente das mulheres, considerando-se que estas assumem a execução de tarefas domésticas e/ou comunitárias de atividades que deveriam ser direitos sociais providos como serviços públicos. Trata-se das tarefas reprodutivas que têm função social. Como afirma a autora,

“Hablar de la necesidad de encarar las tareas reproductivas cotidianas como parte de las políticas públicas implica básicamente reconocer que las tareas de la reproducción cotidiana de la población, esas tareas históricamente invisibles y ‘privadas’, no pueden seguir tomando como datos, dándolas por supuestas” (JELIN, 1995, p. 392).

Considerações finais

A despeito das evidências sobre a determinação de gênero nas condições de pobreza, a execução do PBF em Londrina segue tratando as funções femininas como se fossem naturalmente dadas e não construídas socialmente, na medida em que os papéis sociais de homens e mulheres e as relações de gênero não são objeto de debate e reflexão por parte das equipes de gestão e execução do programa e, muito menos junto à população beneficiária majoritariamente feminina.

Dentre os fatores dificultadores deste processo há a própria condução do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, já que a política nacional de assistência social não orienta os municípios para a adoção da perspectiva de gênero tal como a entendemos aqui. Os documentos de orientações do MDS parecem tratar gênero como sinônimo de homem e mulher, apagando qualquer pretensão de crítica às estruturas de desigualdade, hierarquia e subordinação. A diretriz da “centralidade familiar”, significando que a unidade de referência da política é a família tem dificultado ainda mais as tentativas de inclusão da perspectiva de gênero, porque as gestoras e executoras da política tendem a atender a família de forma genérica, universal e abstrata, diluindo desse modo

questões como gênero e geração, que são estruturas presentes na organização familiar.

O pressuposto ideológico de que mulher = família, ou o inverso, família = mulher, opera constantemente nos serviços da assistência social. Como falar de cidadania das mulheres quando lhes é negado o reconhecimento de sua individualidade?⁷ A cidadania não se encerra nos limites do reconhecimento de direitos individuais, mas o inclui necessariamente. Neste sentido, é preciso reconhecer, como o fez Joan Scott (2002), que o feminismo, pelo menos boa parte dele, bebeu nas fontes do liberalismo e tem com ele uma dívida no tocante à importância do indivíduo para se pensar a liberdade e o direito. As mulheres precisam se empenhar, até os dias atuais, para que sejam reconhecidas como indivíduos e não somente como materialização de um grupo, seja ele familiar ou comunitário. É importante que se acrescente, no entanto, que este tipo de feminismo, ao tomar de empréstimo do liberalismo a valorização do indivíduo, fez-no com severas críticas, revelando como a concepção tradicional de indivíduo foi historicamente construída de modo excludente. Assim, essas feministas empenharam-se em interpelar e em ressignificar a noção de indivíduo, como também o fez com a noção de sujeito (MARIANO, 2005).

Como inúmeros estudos demonstram as políticas sociais, incluindo a assistência social de modo geral e os programas de transferência de renda em particular, focalizam o atendimento às mulheres tomando-as como representantes de seu grupo familiar, em especial das crianças e adolescentes (DEMO, 2005; MACHADO 1999; FONSECA, 2001). Esta focalização funda-se nos papéis tradicionais de gênero atribuídos às mulheres e que valorizam a função materna. Há uma ambigüidade na lógica desses programas, pois se fundamentam no trabalho reprodutivo das mulheres enquanto este não goza de reconhecimento social suficiente para alçar essas mulheres à condição de respeito e de cidadania.

O resultado então é que o PBF, como também as políticas de assistência social de modo geral, atua reforçando diferenças que reproduz subordinações ao focar de modo acrítico o papel reprodutivo das mulheres. Por outro lado, o resultado esperado de maior autonomia das mulheres não é atingido em virtude dos baixos valores repassados e da precariedade de rede de apoio que complementar as ações do programa. Eis então o paradoxo: fala-se de mudança quando tudo parece uma reafirmação da tradição patriarcal.

O contraditório também nesses casos é que o PBF atua em áreas que já foram destacadas por vertentes do feminismo que defendem políticas focalizadas para as mulheres. Entretanto, ao fazê-lo, as questões reivindicadas pelas feministas assumem outro significado e produzem efeitos inversos daqueles desejados pelo feminismo crítico, defensor da democracia radical e combatente das desigualdades sociais.

Bibliografia

ALVAREZ, Sonia E. “**Em que *Estado* está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com ‘perspectiva de gênero’**”. In: FARIA, Nalu, SILVEIRA, Maria Lúcia e NOBRE, Miriam (orgs.). *Gênero nas Políticas Públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: SOF (Coleção Cadernos Sempreviva), 2000, p.9-25.

ARDAILLON, Danielle e CALDEIRA, Teresa. **Mulher: indivíduo ou família**. Novos Estudos Cebrap, São Paulo, v. 2,4, p. 2-10, abril 84.

DEMO, Pedro. **Dureza: pobreza política de mulheres pobres**. Campinas,SP: Autores Associados, 2005.

FONSECA, Ana Maria Medeiros da. **Família e Política de Renda Mínima**. São Paulo, Cortez: 2001.

FRANCHETTO, Bruna, CAVALCANTI, Maria Laura V. C., HEILBORN, Maria Luiza. “Antropologia e Feminismo”. **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro, Zahar, vol. 1, n. 1, 1981.

JELIN, Elizabeth. Mulheres e Direitos Humanos. **Estudos Feministas**, CIE/ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 2, n.1/94, p. 117-49, 1994.

_____. Família y género: notas para el debate. **Revista Estudos Feministas**, CIE/ECO/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 3, n.2, p. 395-413, 1995.

_____. **Pan e afectos – la transformación de las familias**. 2ª reimpressão. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Econômica, 2004.

_____. Las familias latinoamericanas en el marco de las transformaciones globales. Hacia una nueva agenda de políticas públicas. In: Arriagada, Irma (ed). **Políticas hacia las familias, protección e inclusión sociales**. Naciones Unidas/CEPAL. SERIE Seminarios y conferencias, n. 46/2005. p.69-88.

KLEIN, Carin. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 31-52, janeiro-abril/2005.

MACEDO Ana Gabriela e AMARAL, Ana Luísa. **Dicionário da Crítica Feminista**. Lisboa: Edições Afrontamento, 2005.

MACHADO, Leda M. V. **A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios**. São Paulo: Annablume, 1999.

MADEIRA, Felícia Reicher. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou... reclusão. In: _____ (org.) **Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**. R.J.: Record/ Rosa dos Tempos, 1997. p.45-133.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Feminismo, Estado e Proteção Social: a cidadania das mulheres pobres**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

MARIANO, Silvana Aparecida. **Movimento de Mulheres e Estado: ambigüidades da incorporação de gênero nas políticas públicas em Londrina**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

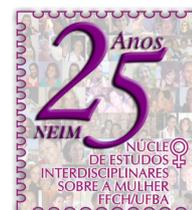
_____. *O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo*. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, CFH/UFSC, v. 13, n.3, p. 483-505, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília/DF, nov/2004. 59p.

_____. **Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família**. Brasília/DF, março/2007. 77p.

ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise (coords.). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3. ed., São Paulo: Cortez, 2005.



“De Jece Valadão à Brad Pitt: percepção do homem carioca sobre as novas formas de organização da vida familiar”

Introdução:

Na sociedade contemporânea a questão da família e a organização familiar, as novas formas de conjugalidade⁸¹ vêm sendo estudadas por diversos autores, tais como Göran Therborn, Pierre Bourdieu, Zygmunt Bauman, François de Singly.

Pode ser destacada como elemento em comum entre os autores a conclusão de que o processo de individuação do mundo moderno ou pós-moderno (BAUMAN, 2000), vem reconfigurando a organização familiar e as formas de conjugalidade, flexibilizando as representações de papéis de gênero. Apesar dessas mudanças e novas formas de organização da família no Brasil e em grande parte do mundo ocidental, usualmente identifica-se um padrão dominante nas relações de gênero, onde o homem assume posição dominante, realizando atividades de produção, ficando como provedor da família, enquanto as mulheres realizam tarefas domésticas, cuidando da casa e dos filhos, e ainda que trabalhe fora e tenha renda individual, acaba assumindo uma posição menos valorizada na esfera social.

Podemos perceber através das relações familiares e da organização da vida doméstica, diversas formas de interação e construção da vida social como um todo. A partir das vivências em família, pode se perceber os conflitos entre tradição e modernidade, os espaços definidos na sociedade para o homem e para a mulher, o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade contemporânea, os valores dessas relações transmitidos para a sociedade e o que a sociedade impõe como valores que dificultam ou facilitam a vida doméstica, havendo assim um confronto entre individualidade e conjugalidade.

⁸¹ Entendendo conjugalidade como identidade conjugal única, quando dois indivíduos de diferentes identidades e experiências passadas convivem com um desejo conjunto, têm um projeto de vida a dois, possuindo desta forma uma identidade conjugal, assim, dois indivíduos com preocupações e percepções, anseios e vivências diferentes passam a definir um modelo de casal;

Procurando entender melhor as questões sobre as relações de poder dentro das relações de gênero, as novas conjugalidades e formas de organização familiar presentes na atualidade, a flexibilização dos arranjos conjugais e em última instância, as relações indivíduo x sociedade e a redefinição ou a continuidade dos papéis sociais da mulher e do homem nas esferas pública e privada, o objetivo dessa pesquisa é mostrar como essas questões são vivenciadas, através da percepção do universo masculino nas camadas médias urbanas do Rio de Janeiro.

Discutir essa flexibilização dos arranjos conjugais a partir da visão do homem das classes médias urbanas do Rio de Janeiro, além de inovar, ao apresentar a visão do universo masculino, usualmente entendida e julgada como inerte e imutável, ajuda a esclarecer questões sobre as relações humanas na atualidade. Quais as representações masculinas sobre o modelo ideal de união, como (e se) esse modelo tem sido aplicado as suas vidas. Como se dá o convívio entre pais e filhos dentro dos novos arranjos familiares? Nesse contexto, será que podemos (e como podemos) perceber a permanência da dominação masculina? Qual a importância do indivíduo frente ao casal, qual a interferência do trabalho da mulher, qual o tipo de relacionamento desejado pelo homem contemporâneo e quais as diferenças de percepções entre homens de diferentes idades acerca destas questões.

Constituem-se assim como objetos de pesquisa, as características das flexíveis relações dessa atual, segundo Bauman, *sociedade líquida*, as percepções e representações que os homens têm de si mesmos e da masculinidade dentro desse contexto e como vêm sendo estabelecidas as relações de poder e gênero a partir da composição e da organização do núcleo familiar.

Conjugalidades, família, e masculinidade na sociedade contemporânea:

Usualmente os temas concernentes à família, casamento, relações conjugais e questões derivadas destes temas vêm sendo problematizadas por diferentes estudiosos: Historiadores, Sociólogos, Antropólogos e Psicólogos tem se dedicado ao estudo desses temas com diferentes finalidades. Diversos estudos apontam para transformações no universo da família, principalmente

no que diz respeito ao modelo de família com núcleo patriarcal, onde o homem é o provedor e à mulher cabe o papel de dona-de-casa em tempo integral.

Apesar de diversas bibliografias apresentarem mudanças no que diz respeito às formas de organização familiar através dos tempos e até mesmo novidades nas relações de poder dentro das relações de gênero, com destaque para a perda de poder do homem frente à mulher, que cada dia mais busca se emancipar do poder dominante masculino, ainda se percebe que o padrão tradicional nuclear se mantém, mesmo havendo mudanças, estas não alteram profundamente o padrão da família brasileira (THERBORN, 2006), entretanto apresentam alterações de grande importância tais como: aumento de famílias monoparentais e de casais compostos do mesmo sexo, declínio da referência de poder do patriarcado, redução de tamanho da família, a tendência cada vez maior da composição de relações orientadas por escolhas afetivas (BAUMAN, 2004), dentre outras.

Therborn argumenta que as mudanças ocorridas não foram lineares em todos os sistemas mundiais estudados por ele, e que apesar de significativas, a maior parte não trouxe transformações para o sistema familiar, salvo exceções como a diminuição do poder e da legitimidade do patriarcado, de Singly concorda com esse argumento apontando que ainda que no Ocidente haja uma tendência homogeneizadora, tendência esta que podemos presenciar através dos valores individualistas e nos efeitos da redução da fertilidade e da natalidade, não se deve desconsiderar as diferenças existentes e as reinvenções possíveis dessas diferenças e das relações de gênero.

Mesmo considerando mudanças no que diz respeito as relações nas relações sociais, para Bauman, as relações de poder continuam presentes, bem como a dependência do indivíduo em relação a sociedade, mesmo com a influência exercida pela modernidade sobre os relacionamentos interpessoais. De Singly caminha na mesma direção ao colocar a família entre o indivíduo e o Estado, destacando que a família contemporânea possui grande dependência em relação ao Estado, ao passo que se torna cada vez mais independente dos grupos de parentesco.

Bauman tal qual Bourdieu sugere que as interações afetivas e sexuais estão pautadas em questões de ordem social e cultural. São assim socialmente produzidas, até mesmo a desigualdade hierárquica de gênero. Em relação a

essa desigualdade, Bourdieu discorre sobre a dominação masculina, que estabelece a definição de dois territórios opostos e separados por fronteiras sociais e culturais que acabam por criar modelos de papéis feminino e masculino. Esses modelos tem como base a dicotomia dos papéis sexuais familiares, associados à valores e normas e as diferentes funções desempenhadas e atribuídas ao homem e a mulher. Historicamente o valor associado ao papel do homem é maior do que o da mulher, cabendo ao homem o trabalho remunerado fora do ambiente doméstico e a provisão da família, associado assim a esfera pública, e a mulher os cuidados com a casa, com o marido e com os filhos, atividades voltadas para o espaço privado. Essa desigual divisão de funções e atribuições acaba por legitimar a dominação masculina (BOURDIEU,1998). Uma vez que o homem, marido e pai, sendo o provedor da casa garante o papel de “chefe de família” e geralmente as decisões acerca da organização e do funcionamento da casa acaba por ficar por conta dele.

Nesse sentido, de Singly parece concordar com a posição de Bourdieu e aponta diferentes graus da dependência feminina, mas também aponta diferentes faces dessa dominação, ressaltando algumas mudanças, como o declínio da autoridade do marido.

Na questão relativa a autonomia do indivíduo e a centralidade das relações pautadas na afetividade, Therborn alega que os indivíduos tem conseguido conciliar a busca de autonomia individual com uma concreta dependência familiar, desta forma, a revolução sexual não teria diminuído a ânsia por laços emocionais profundos, exclusivos e duradouros. François de Singly corrobora a afirmação através de sua divisão das famílias modernas 1 e 2, que assinalam a construção de uma lógica de grupo, centrada no amor e na afeição e ao afirmar que sentimentos e satisfações deverão agora ser considerados como motivadores principais da união conjugal, ao invés de bens e tratos entre famílias. A teoria de Bauman, que considera o amor como algo sem história própria, necessitando assim de indivíduos e sociedades que vivenciem o sentimento, vai de encontro a essa idéia. Porém, ao investigar a flexibilização das relações humanas e ao avaliar essa flexibilização, aponta que ela têm contribuído para gerar níveis cada vez mais intoleráveis de

insegurança, constatando que a atual líquida sociedade pós-moderna se caracteriza por uma intensa fragilidade dos laços humanos.

Esses estudos apresentam algumas limitações, cada um inserido em sua especificidade, objetivo e questões a serem discutidas, abordam diferentes ângulos dos grandes temas a serem pesquisados neste trabalho: A percepção masculina sobre a família e os arranjos afetivos conjugais do Brasil contemporâneo, as relações afetivas e de poder entre gêneros, que orientarão as escolhas para a composição dessas famílias na atualidade.

A grande quantidade de estudos contemporâneos relacionados a esses temas ressalta a necessidade de se continuar a pesquisá-lo. Torna-se assim, de suma importância pesquisar as percepções e representações de gênero dentro do universo familiar para através deste, expor, como vêm sendo estabelecidas as relações de poder e gênero, os conflitos entre tradição e modernidade, os espaços definidos na sociedade para o homem e para a mulher, o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade contemporânea.

Metodologia:

Os estudos sociológicos sobre família têm sido organizados por duas perspectivas diferentes: a primeira enfatiza a estrutura e a organização das famílias e a segunda, foca a família enquanto valor. Na conexão destas duas perspectivas encontra-se o desafio interpretativo das articulações entre essas duas dimensões.

A confluência entre as análises que focam a diversidade e as mudanças da estrutura e as análises que enfatizam o lugar de valor que a família ocupa numa dada sociedade ou grupo social, requer uma maior proximidade e debate entre as análises quantitativas e as qualitativas.

O trabalho se compõe de um estudo analítico, constituído por duas diferentes fontes de dados, a primeira fonte é a pesquisa quantitativa “Gênero, trabalho e família” realizada em 2003, de coordenação das professoras Clara Araújo (UERJ) e Celi Scalon (UFRJ). Para realização dessa pesquisa foi utilizado um Survey (questionário com questões fechadas) aplicado em 2003, em 195 municípios de 24 Estados brasileiros a uma amostra de 2 mil indivíduos maiores de 18 anos, controlados por setor censitário urbano e rural, com cotas para sexo, idade, escolaridade e região - urbana e rural, buscando aferir quais

as opiniões e percepções sobre diferentes questões no que diz respeito às relações de gênero, à inserção da mulher na força de trabalho, à divisão do trabalho doméstico a importância dos filhos dentro do casamento, a influência da religiosidade na opção pelo casamento formal ou por viver junto.

Dessa pesquisa geral, foram selecionadas variáveis específicas de modo a contemplar somente a percepção e opinião dos homens segundo o conjunto de características e questões que eram relativas a esta pesquisa. Deste modo, houve um corte do total dos entrevistados, excluindo as respostas de mulheres.

Em razão da escolha pela abordagem qualitativa aliada a análise dos dados da pesquisa quantitativa, a entrevista semi-estruturada, tornou-se o instrumento fundamental de coleta de dados para a obtenção de informação das fontes.

Desta forma, com base nas variáveis analisadas da pesquisa “Gênero, trabalho e família”, foi possível formular um roteiro de entrevista contendo questões abertas divididas em blocos de temas que foi transmitido a dez entrevistados com perfis distintos para que se buscasse, através de uma pesquisa qualitativa, avaliar em que medida os resultados apontados pelo Survey em âmbito nacional, se aplicam à percepção dos homens das camadas médias urbanas do Rio de Janeiro.

Através da análise do conjunto das respostas das pesquisas quantitativa e qualitativa, procura-se buscar saber quais as tendências que a sociedade aponta para as articulações de gênero e em que medida o homem das camadas médias urbanas do Brasil e especificamente do Rio de Janeiro mudou através do passar do tempo, como ele percebe essas mudanças e como age frente às transformações no que diz respeito ao crescimento da mulher como co-provedora, e até mesmo provedora da unidade familiar, quais são e como são percebidas as mudanças na hierarquia das relações familiares, como se dá a divisão de trabalho entre homens e mulheres dentro do ambiente doméstico, quais as mudanças na percepção desses homens quanto ao lugar da mulher e deles próprios nas esferas pública e privada, como as relações de poder entre gêneros se estabelecem a partir das relações familiares e conjugais.

Percepções e opiniões sobre masculinidade e conjugalidade nos homens brasileiros:

Definida por conta do corte da pesquisa qualitativa, a amostra extraída da pesquisa quantitativa “Gênero, trabalho e família” se compõe de 513 homens que declararam viver conjugalmente com companheira e possuem um ou mais filhos, 58 homens que vivem com companheira e não têm filhos, 129 homens que declararam não viver conjugalmente e possuem filhos além de 273 homens que não vivem conjugalmente e não possuem filhos.

Esse recorte de conjugalidade e presença de filho na vida do indivíduo, foi realizado para que trabalhássemos com grupos distintos de homens, analisando a diferença existente (ou não) entre as respostas desses grupos, com o intuito de aferir se a existência ou não de filhos e a situação conjugal do homem afeta a sua percepção e suas opiniões sobre questões relacionadas a família, felicidade individual, divórcio entre outras. Essa dimensão foi considerada fundamental uma vez que estamos trabalhando com percepção do universo masculino a cerca da conjugalidade, e para tal é de suma importância levarmos em consideração a declaração do indivíduo sobre sua situação conjugal e as opiniões apontadas por ele.

Em relação à idade, os homens foram divididos nas seguintes faixas: 343 indivíduos têm idade entre 18 e 29 anos, 231 entre 30 e 39 anos, 173 entre 40 e 49 anos e 237 indivíduos têm 50 anos ou mais. Para a construção das faixas etárias levou-se em consideração o momento de vida desses indivíduos, o início da idade adulta, o estabelecimento desta nova fase, a faixa da maturidade e a terceira idade. A idéia é comparar as diferentes faixas etárias e buscar estimar quanto a variável idade influencia nas percepções dos indivíduos.

A variável escolaridade foi analisada através de anos de acesso e frequência ao estudo, assim sendo, 285 entrevistados estão na faixa de “sem instrução a 3 anos”, 313 indivíduos declararam ter de 4 a 7 anos de estudo, 149 de 8 a 10 anos, 189 de 11 a 14 e finalmente 48 homens que disseram ter 15 anos ou mais de estudo.

Para efeito de análise, os homens foram agrupados nessas cinco faixas de instrução na tentativa de sintetizar as informações em relação a escolaridade, mas também não deixando de levar em consideração essa

variável que é significativa para a análise, uma vez que podemos constatar se há diferença de opinião entre homens com distintos graus de instrução.

Na análise, os dados foram dispostos em unidades menores para depois serem reagrupadas em categorias que se relacionam entre si de forma a ressaltar padrões, desses padrões analisados, chegou-se a três diferentes categorias de investigação, sendo elas: Percepção do homem acerca da mulher na sociedade e da participação da mulher no mercado de trabalho (a); A questão da felicidade individual relacionada à vida conjugal (b) e Opinião masculina acerca da infidelidade, divórcio e suas conseqüências (c).

A - Percepção do homem acerca da mulher na sociedade e da participação da mulher no mercado de trabalho:

Com a finalidade de analisar a representação do papel da mulher e em especial a presença da mulher no mercado de trabalho, optou-se por analisar as respostas (concorda ou discorda) dos indivíduos às seguintes afirmativas: Homem deve ganhar dinheiro e mulher cuidar da casa; Crianças sofrem mais quando a mãe trabalha; Vida familiar fica prejudicada se a mulher trabalha tempo integral; Maioria das mulheres querem ter lar e filhos; Dona de Casa: Tão gratificante quanto trabalhar fora; Atividade profissional: Importante para se sentir feliz.

As afirmativas dizem respeito à questão do papel da mulher na vida privada e na vida pública, além de dar margem a comparação entre os papéis feminino e masculino através da última pergunta onde os indivíduos responderam sobre a importância da atividade profissional na vida do (qualquer) indivíduo.

QUADRO COMPARATIVO 1 – Concordância (em%) das afirmativas relacionadas à mulher na sociedade e participação da mulher no mercado de trabalho:

ESCOLARIDA DE	Homem ganhar dinheiro e mulher cuidar	Crianças sofrem mais quando mãe	Vida familiar prejudicada: Mulher trabalha tempo	Maioria das mulheres quer ter lar e filhos	Dona de Casa: Tão gratificante quanto trabalhar	Atividade profissional: Importante para se sentir feliz
--------------------------	--	--	---	---	--	--

	da casa	trabalha	integral		fora	
Sem instrução a 3 anos	71,6%	87,7%	73,3%	74,0%	69,8%	91,9%
4 a 7 anos de instrução	61,0%	89,5%	71,9%	72,2%	62,3%	94,2%
8 a 10 anos de instrução	42,3%	86,6%	67,8%	69,1%	57,7%	93,3%
11 a 14 anos de instrução	22,8%	79,9%	61,4%	54,5%	51,3%	96,8%
15 anos ou mais	16,7%	75,0%	62,5%	50,0%	43,8%	100,0%

SITUAÇÃO	Homem ganhar dinheiro e mulher cuidar da casa	Crianças sofrem mais quando mãe trabalha	Vida familiar prejudicada: Mulher trabalha tempo integral	Maioria das mulheres querer trabalhar e filhos	Dona de Casa: Tão gratificante quanto trabalhar fora	Atividade profissional: Importante para se sentir feliz
Vive e tem filhos	43,7%	88,3%	70,8%	70,6%	65,9%	95,7%
Vive e não tem filhos	29,2%	79,3%	67,2%	70,7%	58,6%	87,9%
Não vive e tem filhos	38,6%	82,9%	70,5%	67,4%	55,8%	93,0%
Não vive e não tem filhos	31,8%	83,9%	65,9%	62,3%	53,5%	93,4%

IDADE	Homem ganhar dinheiro e	Crianças sofrem mais	Vida familiar prejudicada: Mulher	Maioria das mulheres querer	Dona de Casa: Tão gratificante	Atividade profissional: Importante
-------	-------------------------	----------------------	-----------------------------------	-----------------------------	--------------------------------	------------------------------------

	mulher cuidar da casa	quando mãe trabalha	trabalha tempo integral	ter lar e filhos	te quanto trabalhar fora	para se sentir feliz
18 - 29	42,6%	83,7%	63,6%	60,6%	55,1%	93,9%
30 - 39	48,9%	88,3%	68,8%	68,8%	56,7%	92,6%
40 - 49	53,2%	85,0%	71,7%	66,5%	62,4%	94,8%
50 ou +	66,7%	87,8%	75,9%	78,1%	71,7%	95,8%

B - A questão da felicidade individual relacionada à vida conjugal:

Neste bloco foram analisados os percentuais de concordância às duas afirmativas presentes na pesquisa quantitativa: Melhor casamento ruim que não estar casado e Casados são mais felizes que solteiros. Através da análise das respostas dos indivíduos verificando a situação conjugal atual na qual se encontram suas idades e escolaridade, podemos fazer uma comparação com o objetivo de aferir se há relação entre a situação vivenciada e a situação desejada (ou não), se o fato de possuir filhos modifica a opinião dos indivíduos em relação ao casamento, além de buscar saber o que pensam os homens sobre se o fato de estar solteiro é questão de opção ou não.

QUADRO COMPARATIVO 2 – Concordância (em%) das afirmativas relacionadas à questão da felicidade individual relacionada à vida conjugal:

ESCOLARIDADE	Melhor casamento ruim que não estar casado	Casados são mais felizes que solteiros
Sem instrução a 3anos	14,0%	66,0%
4 a 7 anos de instrução	14,1%	56,9%
8 a 10 anos de instrução	10,7%	44,3%
11 a 14 anos de instrução	8,5%	49,2%
15 anos ou mais	10,4%	33,3%

SITUAÇÃO	Melhor casamento ruim que não estar casado	Casados são mais felizes que solteiros
Vive e tem filhos	12,1%	65,7%
Vive e não tem filhos	19,0%	65,5%
Não vive e tem filhos	13,2%	46,5%
Não vive e não tem filhos	11,4%	35,9%

IDADE	Melhor casamento ruim que não estar casado	Casados são mais felizes que solteiros
18 - 29	13,7%	43,4%
30 - 39	10,4%	55,8%
40 - 49	9,8%	59,0%
50 ou +	13,9%	67,9%

C - Opinião masculina acerca da infidelidade, divórcio e suas conseqüências:

Neste bloco trabalha-se a questão da infidelidade, o direito a punição ao infiel, o divórcio como solução para problemas de relacionamento e a possibilidade de um pai ou mãe sozinhos criar um filho tão bem quanto um casal morando junto.

Queremos analisar neste ponto os desvios, de conduta no caso da infidelidade ou de “curso” no caso do divórcio, uma vez que consideramos que ninguém queira casar buscando o divórcio.

Analisar a percepção e a opinião dos homens entrevistados sobre os desvios é uma forma de averiguar como através do tempo (a partir das faixas etárias) vem sendo trabalhado o inesperado. Através da análise da escolaridade pretende-se avaliar se essa variável é significativa para a opinião dos homens, além de verificar a partir da situação conjugal, se o fato de estar casado influencia na reação à infidelidade.

QUADRO COMPARATIVO 3 - Concordância (em%) das afirmativas relacionadas opinião masculina, acerca da infidelidade, divórcio e suas conseqüências:

ESCOLARIDADE	Pai / Mãe sozinho pode criar filho tão bem quanto casal	Divórcio: Solução casal problemas relacionamento.	Homem punir mulher caso de infidelidade	Mulher punir homem caso de infidelidade
Sem instrução a 3anos	50,2%	86,3%	39,6%	36,5%
4 a 7 anos de instrução	56,9%	87,5%	38,0%	39,3%
8 a 10 anos de instrução	63,1%	85,2%	32,2%	36,2%
11 a 14 anos de instrução	60,8%	78,3%	29,1%	32,3%
15 anos ou mais	56,3%	91,7%	22,9%	25,0%

SITUAÇÃO	Pai / Mãe sozinho pode criar filho tão bem quanto casal	Divórcio: Solução casal problemas relacionamento.	Homem punir mulher caso de infidelidade	Mulher punir homem caso de infidelidade
Vive e tem filhos	53,4%	87,7%	36,6%	37,6%

Vive e não tem filhos	53,4%	75,9%	31,0%	36,2%
Não vive e tem filhos	50,4%	84,5%	38,8%	39,5%
Não vive e não tem filhos	65,6%	83,5%	31,1%	31,1%

IDADE	Pai / Mãe sozinho pode criar filho tão bem quanto casal	Divórcio: Solução casal problemas relacionamento.	Homem punir mulher caso de infidelidade	Mulher punir homem caso de infidelidade
18 - 29	60,3%	81,9%	36,2%	37,0%
30 - 39	56,7%	86,6%	31,6%	32,5%
40 - 49	56,1%	88,4%	35,8%	38,7%
50 ou +	51,5%	86,5%	36,7%	35,9%

Considerações sobre os achados quantitativos:

Pelo exposto fica evidenciado que a presença da mulher no mercado de trabalho ainda encontra resistência por parte dos seus companheiros e dos homens de forma geral. Na percepção masculina ainda cabe a mulher a responsabilidade pelo cuidado com a casa e com os filhos, desta forma a atividade profissional tão valorizada pelos homens para alcançarem felicidade e bem-estar é esquecida, seja através de proposta ou por imposição da vida de suas companheiras.

Desta forma, ao analisar estes números, que os papéis sociais tradicionais representativos de homem e mulher, ficando o homem como provedor da casa e a mulher responsável pelas atividades domésticas e o trato com os filhos ainda predomina, mesmo na percepção dos homens solteiros e jovens.

Os números nos mostram que os homens de forma geral, independente da faixa etária, escolaridade ou estado civil pensam de forma muito parecida,

uma vez que as diferenças de percentuais nas respostas são pequenas na maior parte das perguntas.

No que diz respeito aos padrões e tendências encontradas, percebemos o tradicionalismo marcante nas opiniões dos indivíduos mais velhos, bem como nos de menor número de anos de estudo.

Deve ser salientado o grande percentual observado de opiniões tradicionais nos indivíduos que possuem filhos, havendo na maior parte das afirmativas analisadas, um padrão de alto grau de concordância com afirmações tradicionais.

Puderam ser verificadas mudanças apontadas pelos autores lidos, como a diminuição da força da tradição, transformação dos sistemas de valores, individualização ganhando cada vez mais consistência e a intensificação da atração através da afetividade, que ganha cada vez mais espaço dentro das novas diferentes e novas formas possíveis de conjugalidade no mundo atual.

Foi observada uma tendência do indivíduo em privilegiar sua condição atual, colocando-a como ideal de felicidade, desta forma respondendo como se quem estivesse em condições diferentes da sua, estivesse em situação pior.

A análise dos dados também sugere uma tendência dos indivíduos em ressaltarem a autonomia do indivíduo, privilegiando a felicidade individual em detrimento da relação conjugal. Essa tendência quando analisada em conjunto as respostas da questão relativa ao divórcio ser solução para problemas de relacionamento, pode ser associado ao crescimento do número de divórcios no país, uma vez que as pessoas tem buscado dar preferência a sua própria felicidade e assim se colocado menos a disposição para casar e para continuar casado, ratificando assim o processo de fragilização dos laços humanos proposto por Bauman.

Um enfoque mais específico

Com a finalidade de encontrar respostas, novas hipóteses ou ainda continuidade de padrões das questões da pesquisa quantitativa analisada, foi realizada uma pesquisa qualitativa através de entrevistas com dez homens de diferentes famílias de camadas médias urbanas do Rio de Janeiro, a totalidade dos indivíduos possui renda individual igual ou superior a R\$2.000,00, têm nível educacional superior cursando ou completo, são moradores das regiões do

grande Méier, grande Tijuca, Barra da Tijuca, e bairros da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, todos os entrevistados se auto-classificaram como elementos da classe média. As entrevistas foram realizadas entre os meses de Julho e Agosto de 2007.

Os informantes foram divididos em dois grupos através do fato de declararem viver ou não conjugalmente com companheira. O grupo A é composto de cinco indivíduos que declararam não viver atualmente com companheira, sendo: Um indivíduo de 35 anos sem filhos, um indivíduo de 53 anos sem filhos, um indivíduo de 26 anos que possui uma filha, um indivíduo de 52 anos que já foi casado e atualmente não vive com companheira e não tem filhos, um indivíduo de 54 anos que já foi casado e atualmente não vive com companheira e possui um filho.

O grupo B é composto por cinco homens que declararam viver conjugalmente com companheira atualmente, sendo: Um indivíduo de 25 anos, um de 28 anos e um de 43 anos, todos sem filhos, um indivíduo de 38 anos que possui duas filhas e um indivíduo de 47 anos que possui um filho.

Buscando no presente trabalho refletir sobre a masculinidade enquanto construção de gênero, aproximando-se assim da idéia de contexto de produção de masculinidades, considerando as matrizes culturais e históricas dos sujeitos, foi possível verificar entre os sujeitos, a permanência de alguns dos elementos que configuram a masculinidade hegemônica, incorporando e legitimando o patriarcado, e garantindo a posição dominante dos homens no contexto da família. Percebe-se também que a hegemonia se mantém uma vez que há uma percepção acerca da vivência em sociedade que ainda inferioriza a mulher, colocando-a como “de menor valor” segundo os padrões culturais e institucionais como a família, a escola, o estado, entre outros (BOURDIEU,1998).

Um panorama dos resultados encontrados

A partir do tratamento dos dados da pesquisa quantitativa “Gênero, trabalho e família”, associado à análise das entrevistas de homens de diferentes perfis, pertencentes as camadas médias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, contemplando parte das diferentes vertentes de representação da masculinidade na cidade, pode-se alinhar às propostas de Durkheim na França

no final do século XIX, onde o autor trabalha a questão da passagem do modelo patriarcal de família, *“que impõe aos descendentes o casamento adequado à continuidade de determinada lógica familiar e coletiva”* para o modelo de família conjugal moderna, onde encontramos a idéia de que é o casamento através da afetividade que funda a família.

Após a ruptura teórica e epistemológica a partir dos anos 1970, apontada por Anália Cardoso Torres (2001), a sociologia modifica a forma de entender e estudar a mulher, fazendo com que essa, passe a não mais ser entendida como resultado direto de sua biologia. A partir dessa perspectiva, vários sociólogos vêm revelar, por um lado, os modos de articulação entre família e casamento, e por outro, as determinações sociais, o gênero, as identidades, os modos de dominação masculina e a mudança.

Cada vez mais ganha importância o estudo das relações amorosas e afetivas para a composição e estruturação do casamento e sua interferência nas relações de gênero de forma geral, mas apesar do crescimento do número de estudos e pesquisas sobre as novas formas de casamento e conjugalidades, percebe-se que faltam pesquisas para esclarecer algumas das práticas recorrentes na sociedade, principalmente no que é dito, mas não feito.

análise comparativa das observações das pesquisas quantitativa e qualitativa.

Evidencia-se a instabilidade e a fragilidade sentida pelos entrevistados, tanto os que declararam viver conjugalmente com companheira, quanto os solteiros ou separados, em ambas as pesquisas, apontam uma maior inconstância e instabilidade das relações atuais quando comparadas às relações de outras épocas.

A indagação referente à qualidade das relações atuais em comparação as de outrora, suscitou respostas inconclusivas. Apesar de todos os entrevistados da pesquisa qualitativa terem respondido rapidamente a pergunta, a mesma característica apontada por alguns como positiva, foi apontada por outros como negativa, até mesmo como fator mais negativo das relações contemporâneas: A instabilidade.

A partir desta constatação, pode-se supor que o divórcio ser a solução do casal para problemas no relacionamento para a maioria do total dos homens pesquisados, é um fator que corrobora para essa menor estabilidade dos

relacionamentos. Uma vez que, ao invés do casal resolver os problemas, eles terminam a relação e passam a procurar outra. Nas palavras de um dos entrevistados para a pesquisa qualitativa: *“é tudo muito fácil, muita gente bonita e livre no mercado, a concorrência é grande e a fragilidade disso tudo também”*.

Na opinião dos interlocutores de ambas as pesquisas, referente à visão que eles possuem do fato de sua companheira possuir uma atividade fora de casa, destacou-se a tendência para o fato de que a presença da mulher no mercado de trabalho ainda encontra resistência por parte dos seus companheiros e dos homens de forma geral, nesse sentido, fica evidenciado que na percepção masculina ainda cabe a mulher a responsabilidade pelo cuidado com a casa e com os filhos, ainda que ela exerça alguma atividade fora de casa.

Apesar da grande maioria dos homens analisados da pesquisa quantitativa, declarar que a atividade profissional é importante para a felicidade do indivíduo, mais da metade afirmou concordar com a afirmativa de que a vida familiar fica prejudicada se a mulher trabalha tempo integral. Desta forma, podemos aferir que ainda que a atividade profissional seja altamente valorizada por esses indivíduos, interferindo diretamente na felicidade pessoal de cada um, eles avaliam que a mulher, quando esposa e/ou mãe, deva até mesmo desistir de uma atividade profissional, abdicando assim de sua felicidade individual, pela vida familiar, isto é, em prol do marido e dos filhos, como pudemos constatar com as respostas dos entrevistados na pesquisa qualitativa à questão *“Se você tivesse condições financeiras para sustentar todos os gastos da família, você iria propor a sua esposa que ela deixasse o trabalho?”*.

O estudo da dimensão da percepção da masculinidade acerca da questão da mulher no mercado de trabalho nos permitiu verificar que os homens de forma geral, independente da faixa etária ou estado civil, pensam de forma muito parecida, uma vez que temos como observações relevantes a padronização das respostas, com poucos desvios de opinião acerca do tema.

O relato dos entrevistados em 2007, aliado aos dados de respostas do Survey aplicado em 2003 demonstra crescente aceitação por parte dos homens do processo de um casal viver junto, dividindo a casa e as despesas, porém sem estar ou casado oficialmente.

No que diz respeito à questão da criação de um filho por apenas uma parte do casal de pais, “Pai ou uma mãe sozinha pode criar um filho tão bem quanto um casal vivendo junto?”, constatou-se que a maior parte dos entrevistados acredita que seja possível uma boa criação. Verificou-se nas entrevistas da pesquisa qualitativa uma maior amplitude nas respostas, uma vez que os homens puderam justificar sua opinião, desta forma, apresentaram além da aceitação, uma preocupação em relação a criação somente pelo pai, uma vez que para eles, a figura da mãe é mais importante para a criação e educação de um filho do que a figura do pai. Ressalta-se desta forma mais uma vez o tradicionalismo do padrão das respostas, onde se destacam os papéis sociais tradicionais representativos de homem e mulher.

Ao propor este campo de investigação, foi buscada a reflexão sobre a masculinidade como uma construção de gênero. Diversos estudos permitem afirmar que a masculinidade é construída socialmente e como tal é histórica, mutável e relacional.

O que se verificou neste estudo, através do tradicionalismo presente nas respostas às questões, foi a permanência de alguns dos elementos que configuram a hegemonia da masculinidade entre os sujeitos, garantindo assim a posição dominante dos homens na sociedade, no mundo do trabalho e especialmente no interior da família.

Devemos ressaltar que a hegemonia se estabelece e permanece apenas se existir correspondência entre os padrões culturais e o poder econômico e institucional, no caso a família, a escola, a mídia, entre outros. Além disso, há uma interconexão entre essas diferentes instituições, uma influenciando a outra, penetrando e deixando raízes que acabam por (ou tentam) modificar as estruturas umas das outras.

Finalmente é importante ressaltar que a questão das relações conjugais, familiares e de gênero, tem continuamente atraído a atenção de pesquisadores, acadêmicos e de grande parte da sociedade em todo o mundo ocidental, o que parece estar intimamente relacionado ao crescente aumento da fragilidade e descartabilidade dos laços afetivos, particular da sociedade de consumo, da insegurança e da instantaneidade dos relacionamentos humanos como um todo, variáveis estas relacionadas à convivência, a satisfação e a sociabilidade dos indivíduos na contemporaneidade, que afeta não só o

indivíduo em sua privacidade, como também a sociedade de forma geral, torna-se assim de suma importância a continuidade dos estudos sobre gênero, conjugalidade e família para que se possa entender mais e melhor a sociedade contemporânea na qual vivemos.

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Gênero, família e trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DE SINGLY, François. Sociologia da Família Contemporânea. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Revista de Administração de Empresas. São Paulo. 1995.

MINAYO, M. C. S. et al. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

THERBORN, Göran. Sexo e poder: A família no mundo 1900-2000. São Paulo: Contexto, 2006.